Kyldes Batista Vicente
Eduardo José Silva Lima
Maria Tereza Ribas Sabará
Rafaela Costa Vidal
(Organização)

V COLÓQUIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Universidade em movimento: novas ideias e experiências

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS ELETRÔNICOS DO V COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNITINS

9 a 12 de novembro de 2021
Palmas, Tocantins

ISBN 978-65-86285-12-3

UNITINS | PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
TOCANTINS GOVERNO DO ESTADO

REITOR
Augusto Rezende Campos

VICE-REITORA
Darlene Teixeira Castro

PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO
Alessandra Ruita Santos Czapski

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Ana Flávia Gouveia Faria

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Kyldes Batista Vicente

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Ricardo de Oliveira Carvalho

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO
Maria Tereza Ribas Sabará

REVISÃO
Maria Tereza Ribas Sabará
Maria de Fátima Rocha Medina

V COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ORGANIZAÇÃO:
Kyldes Batista Vicente
Eduardo José Silva Lima
Maria Tereza Ribas Sabará
Rafaela Costa Vidal

REALIZAÇÃO
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Os resumos que constam nesta obra foram apresentados nos simpósios temáticos do evento e publicados na íntegra, sem qualquer alteração em seu conteúdo.

C717 **V Colóquio de ensino, pesquisa e extensão: Universidade em movimento: novas ideias e experiências**/ Organizado por: VICENTE, Kyldes Batista; LIMA, Eduardo José Silva; SABARÁ, Maria Tereza Ribas; VIDAL, Rafaela Costa – Palmas TO: Unitins, 2021.
93p.; color.
2,8 Mb; ePUB
Caderno de resumos – Anais do V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários.
Disponível em: https://www.unitins.br/nPortal/extensao/page/show/biblioteca-de-extensao
ISBN 978-65-86285-12-3
1 Ensino. 2 Pesquisa. 3 Extensão. 4 Interdisciplinaridade. 5 Experiência. I. Kyldes Batista Vicente. II.
CDD 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ysabella Canindé Guerreiro Macêdo CRB-2/ 1191

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **4**

MESAS **6**

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS **9**

Teoria da história, linguagens e biografia 10
Educação no campo e dos povos da floresta 15
Direitos humanos, violência, Estado e sociedade 18
Memória institucional 29
Artes e educações no contemporâneo 38
Alfabetização em tempos de pandemia 40
Desafios da pessoa idosa na pandemia 41
Práticas e estratégias teórico-metodológicas da pesquisa social 45
Práticas pedagógicas interdisciplinares no ensino básico e superior 48
Juventudes e sociedade 56
Relações de trabalho na contemporaneidade 59
Literatura na escola 62
Educação e etnicidade 64
Direitos, consumo, crédito e endividamento 67
Produções de conhecimento por meio da extensão 73
Racismo estrutural, sistema de justiça e sistema penal 80

OFICINAS **84**

APRESENTAÇÕES CULTURAIS **87**

ORGANIZAÇÃO **89**

APRESENTAÇÃO

No ano de 2021, a pandemia que se instalou em todo mundo nos levou a pensar a fragilidade e a incerteza como aspectos das sociedades contemporâneas. As mudanças que se instauram, majoritariamente amparadas pelas tecnologias, também impactam em diversas esferas do mundo social: econômica, cultural, política, dentre outras, demandando uma postura adaptativa de toda comunidade.

Neste contexto de crise, de intensas rupturas, a ciência é essencial na busca de respostas para combater o coronavírus e amenizar os seus danos. Organizações, cientistas e instituições de pesquisa têm investido tempo e recurso na produção de variadas tecnologias que impactem positivamente no cenário global.

Recomendações preventivas e a ciência deveriam ter primazia diante dessa guerra virológica, dessa crise sanitária e humanitária. Todavia, muitos discursos políticos, no Brasil, colocam toda a população em risco de morte, pois apoiam argumentos carentes de profundidade científica e validados por posturas negacionistas que estão amparadas em conflitos ideológicos.

Esse movimento de negacionismo científico coloca em risco a luta pela valorização da ciência e das universidades públicas do Brasil. Coloca em xeque a importância da ciência para a resolução dos conflitos e problemas do mundo, abrindo espaço para narrativas que em nada contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural. Somado a isso, percebe-se um crescimento de iniciativas e discursos em defesa da privatização das universidades públicas, o que impacta de forma negativa a qualidade de vida da população e, sobretudo, da ciência brasileira.

Tal contexto provoca a Universidade a agir democraticamente pela valorização dos cientistas e das suas inestimáveis contribuições e a divulgar a importância da ciência tocantinense para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental do nosso estado.

Dessa perspectiva é que o V Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins foi pensado e organizado. O colóquio é um evento anual organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual do Tocantins (PROEX/Unitins) e pretende divulgar ideias e experiências no âmbito das instituições de ensino superior no Tocantins e no Norte do país.

Nessa edição tivemos 102 trabalhos apresentados por 348 autores, durante quatro dias nos quais aconteceram conferências, simpósios temáticos, oficinas e apresentações culturais. Esse é um número expressivo para a nossa pequena universidade e esperamos que por meio da leitura dos anais, possamos instigar ainda mais pessoas a participar das nossas próximas edições.

Uma boa leitura!

Comissão Organizadora.

MESAS

MESAS

9 DE NOVEMBRO DE 2021

MESA DE ABERTURA – A CIÊNCIA CONTRA O NEGACIONISMO
Título da fala: Relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade no contexto brasileiro.

Convidada: Profa. Daniela Alves de Alves
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestrado e doutorado em Sociologia também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa e membro permanente do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação. É vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias. Coordena o Boletim CTS em foco. Atua nos seguintes temas: CTS, sociologia do conhecimento, internacionalização da ciência, tecnologia e trabalho, tecnologia e educação, instituições de pesquisa.

Mediador: Prof. Eduardo José Silva Lima
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Intérpretes de LIBRAS: Maiquel Krutzmann e Cláudia Regina Papalardo Arantes.
Suporte técnico: Dayane Nunes Rodrigues

Onde assistir: Unitins/VColoquio-dia1

10 DE NOVEMBRO DE 2021

MESA – CONTRAPONTOS DO APRENDER E ENSINAR NA PANDEMIA

Convidada: Profa. Lyana Vírginia Thédiga de Miranda
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Doutora e Mestra em Educação (PPGE/UFSC). Bacharela em Comunicação Social (habilitações em Jornalismo e Publicidade e Propaganda) e Licenciada em Educação Física. Pós-doutora pelo Departamento de Educação da PUC-Rio através do Programa Pós-Doutorado Nota 10 - FAPERJ. É pesquisadora do Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA/UFSC/CNPq) e do Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva (LaboMídia/UFSC/CNPq). Autora do livro "A sala de aula como ecossistema: tecnologias, complexidade e novos olhares para a educação", publicado em 2021 (Editora Vozes). Pesquisa os seguintes temas: Tecnologias digitais e Educação; Mídia-educação; Ecologia da Mídia; Perspectiva Sociomaterial na Pesquisa em Educação.

Convidada: Profa. Luama Maria Socio
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Luama Socio tem graduação e mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista-UNESP e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo-USP. Atualmente é professora no curso de Letras da Universidade

Estadual do Tocantins -UNITINS. Edita a revista digital Katawixi especializada em cultura, arte, educação e filosofia. É compositora, cantora e violonista com cinco álbuns gravados.

Mediadora: Profa. Mariany Almeida Montino
Universidade Estadual do Tocantins

Intérpretes de LIBRAS: Maiquel Krutzmann e Maria Pilar Basso Teixeira.
Suporte técnico: Dayane Nunes Rodrigues

Onde assistir: Proex/Unitins/VColoquio-dia2

11 DE NOVEMBRO DE 2021

MESA – "ERA TUDO EXTENSÃO": UM CAMINHO PARA A INOVAÇÃO

Convidado: Prof. Raimundo Nonato Lima dos Santos
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Professor Adjunto III do curso de História da UFPI/CSHNB. Coordenador do GT Anpuh-PI "História, Cidades e Memória". Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "História, Cidades e Memória". Coordenador de projetos e programas de extensão da UFPI. Ex-Assessor de Extensão e Cultura da UFPI/CSHNB.

Convidado: Prof. Italo Schelive Correia
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Professor do curso de Direito, Câmpus Dianópolis, na Universidade Estadual do Tocantins. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito (GEPD/CNPq). Líder do Projeto de Extensão Laboratório Universitário de Assistência Regional Ambiental (LUARA/Unitins).

Convidado: Fabricio Noronha (ES)
Secretário da Cultura do Espírito Santo.

Secretário da Cultura do Espírito Santo e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura. Graduado em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Além de artista e produtor cultural, desenvolveu, ao longo dos últimos 10 anos, projetos e produtos em todo o território nacional, na área de tecnologia, educação e cultura – dialogando com coletivos de arte, artistas, pesquisadores, institutos culturais e universidades. Como idealizador e coordenador de projetos culturais, trabalhou de maneira recorrente com importantes instituições brasileiras.

Mediadora: Profa. Rafaela Costa Vidal
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Intérpretes de LIBRAS: Maria Pilar Basso Teixeira e Cláudia Regina Papalardo Arantes.
Suporte técnico: Dayane Nunes Rodrigues

Onde assistir: Proex/Unitins/VColoquio-dia3

12 DE NOVEMBRO DE 2021

MESA DE ENCERRAMENTO: IDEIAS CRIATIVAS NO TOCANTINS

Convidado: Gustavo Gondo

Estudante do curso de Direito, produtor cultural e audiovisual em Palmas. É membro da produtora cultural Árvore Seca há 05 anos. Promoveu dezenas de eventos alternativos no Tocantins, com destaque para o Festival Bem Ali, que já se encontra em sua 7ª edição. Recentemente, aprovou o projeto Raízes com apoio da Lei Aldir Blanc para percorrer 05 cidades históricas do Tocantins, a fim de registrar tradições e recortes da cultura do povo tocantinense para apresentar às gerações futuras saberes e raízes do nosso estado.

Convidado: Fábio Moreira Barbosa

Técnico em Meio Ambiente, Agropecuária, Agroindústria, Contabilidade, Turismo e Hotelaria. Técnico em Gestão Pública. Especialista em Contas Públicas Municipais e Turismo Rural. Ex-Secretário da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Porto Nacional. Ex-Secretário da Fazenda de Porto Nacional. Ex-vereador de Porto Nacional. Ex-Diretor da Cultura de Porto Nacional. Responsável Técnico pelos Projetos Turístico-Culturais da Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo de Porto Nacional. Últimos projetos: 1º Circuito Turístico Cultural de Audiovisual de Porto Nacional e o Plano Municipal da Cultura de Porto Nacional. Utiliza os pseudônimos Fábio Trekk, Fábio de Seu Diva, Zé Piqui e Fábio da Cultura.

Mediadora: Profa. Maria Tereza Ribas Sabará
Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)

Mediador: João Marcos Guimarães.
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Intérpretes de LIBRAS: Cláudia Regina Papalardo Arantes e Maria Pilar Basso Teixeira.
Suporte técnico: Dayane Nunes Rodrigues

Onde assistir: Proex/Unitins/VColoquio-dia4

SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

Coordenadores: Maycon da Silva Tannis e Edson Silva de Lima.
Data: 10 e 11 de novembro de 2021, das 14h às 16h, via Google Meet.

RESUMOS

A MODELAGEM TEXTUAL E SOCIOCOGNITIVA DO SIGNIFICADO DO ITEM LEXICAL *PECADO* NO TESTAMENTO DE GABRIEL SOARES DE SOUZA

Bruno de Jesus Espírito Santo
Doutorando em Linguística – UNICAMP
bruno.gel@hotmail.com

Resumo: Aliando os aportes teórico-metodológicos da Linguística Cognitiva, por meio da Teoria da Metáfora Conceptual e seus desdobramentos sociocognitivos (LAKOFF; JOHNSON, 1980; SALOMÃO, 1999; KÖVECSES, 2005; SOARES DA SILVA; LEITE, 2015; VEREZA, 2007, 2010) com os da Paleografia (CAMBRAIA, 2005) e da Linguística Histórica (MATTOSO, 2004; SILVA, 2011; PEREIRA, 2015, 2016a, 2016b; PRIORE, 2016; PAGOTTO, 2018), este trabalho objetiva-se a observar como o famoso componente da sociedade baiana colonial, Gabriel de Soares de Souza, costurou textualmente a significação do item lexical *pecado* na escrita em que ele deixava o seu legado piedoso antes da sua morte: o seu testamento. Traçando pontes interdisciplinares como citado anteriormente, acreditamos que esta aferição poderá jogar luzes acerca da singularidade da linguagem figurada como instrumento discursivo para a modelagem da conceptualização em questão, bem como nos ajudará a emergir ponderações e reflexões sobre o papel do contexto sociocultural, sociopolítico e religioso do período histórico colonial nesse processo.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva; Paleografia; Linguística Histórica; Pecado.

CONSIDERAÇÕES SOBRE HISTÓRIA E EMOÇÕES NA FILOSOFIA DE R. G COLLINGWOOD

Edson Silva de Lima
Doutorando em História - UNIRIO
edson_hist@yahoo.com.br

Resumo: Nessa comunicação tenho o objetivo de discutir alguns pontos de desenvolvimento das considerações de Robin George Collingwood sobre história e emoções. Embora nas artes as emoções apareçam como uma forma do Eu, a agitação a irracionalidade que a elas são atribuídas são colocadas em questão por Collingwood via Espinosa, para quem às emoções exige-se um controle racional em que de modo algum pode se permitir sua vida sem disciplina, diligência ou esforço positivo e negativo, pois para Espinosa o bem e o mal absolutos são uma concepção ilusória e toda busca da felicidade se dá pelo conhecimento. Os modos de conhecer engendram tipos passivos (causas exteriores – paixões alegres ou tristes) e ativos (causa interior – sempre alegres) que implica em apontarmos para uma maneira de moderar as paixões entendendo que o livre arbítrio é uma ilusão, orquestrada por uma metaética como natureza dos afetos a partir do *Conatos*, orquestrado por uma ética normativa que sustentaria o caráter relativo dos valores. Para Collingwood caso o propósito seja direcionar a expressão das emoções a uma audiência que possui os protocolos de compreensão, então as relações entre um e outro é correlacionada, é uma relação que exige aproximação entre aquele que expressa e a sua audiência em preparo ou em estado de reunir os instrumentos necessários a compreensão ao

compartilhamento, se quiser, a criação de uma comunidade emocional. Segundo Barbara Rosenwein, a comunidade emocional tem como condição formativa, organizar e compartilhar suas próprias normas e seus próprios modos de expressão[1]. Mas veja bem, esse processo de expressão das emoções e conhecimento de que ela se dirige como possibilidade de organização ou de estruturar uma comunidade emocional, que partilha dos tremores, temores, dores e amores, tem como pressuposto a autocompreensão e o autoconhecimento. Ainda em Collingwood é possível corroborar essa argumentação da seguinte maneira: "Até que um homem expresse sua emoção, ele ainda não sabe que emoção é. O ato de expressá-lo é, portanto, uma exploração de suas próprias emoções. Ele está tentando descobrir quais são essas emoções. A expressão é uma atividade para a qual não pode haver técnica".

Palavras-chave: Filosofia; História; Emoções.

ESCRITA DA HISTÓRIA, SENSIBILIDADE E IMAGINAÇÃO A PARTIR DE *COSTUMES EM COMUM* DE E. P. THOMPSON

Saulo Artur Cordeiro Leite Julião
Mestrando em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE)
saulo_historia@hotmail.com

Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro
Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE)
lipe_professor@hotmail.com

Resumo: O historiador inglês E. P. Thompson referiu-se repetidas vezes à importância da sensibilidade e da imaginação. Conforme relata seu ex-aluno e amigo Peter Linebaugh, para Thompson, o maior pecado do stalinismo havia sido o fato de tolher e padronizar a sensibilidade e a imaginação revolucionárias. Mais tarde, após o debacle do mundo soviético, o exercício imaginativo aparecia, consoante Thompson, como peça essencial de uma historiografia que se colocava contra a teleologia do "fim da história" e em favor da revitalização das paixões inconformistas e utópicas. De que modo essa relação com o sensível e com a imaginação incidiu na construção de sua narrativa historiográfica? A fim de responder a tal questionamento, este estudo se dedica a pensar o "estilo emocional" (conceituado por Peter Gay) de Thompson tal como se manifesta na construção narrativa de *Costumes em comum*, obra na qual o historiador e militante político inglês parece praticar a estratégia romântica, explicitada por Michel Löwy, de imaginar novas rotas de futuro a partir de um desvio pelo passado. Em que medida a escrita da história poderia se relacionar com a imaginação de novos futuros possíveis? De que modo a sensibilidade romântico-revolucionária de Thompson incide sobre sua forma de construir seu objeto de estudo? Busca-se na presente comunicação oferecer algumas respostas iniciais a essas complexas indagações.

Palavras-chave: E. P. Thompson; Escrita da história; Imaginação.

FOFOCA QUE EDIFICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O OFÍCIO DO HISTORIADOR NO PORTUGAL OITOCENTISTA

Andrezza Alves Velloso
Mestranda História, Departamento de História e Culturas Políticas (UFMG)
andrezza.velloso@gmail.com

Resumo: Há uma certa problemática em torno do diálogo da História e a Literatura ao longo dos tempos que antecede a verdadeira "revolução de costumes" no mundo dos historiadores da década de 1970, extrapola a

correspondência entre os discursos narrativos de ambas as áreas e se mescla aos debates acerca do próprio fazer historiográfico e o ofício do historiador. Unidas pela utilização da narrativa como forma de apresentar seus respectivos resultados e interpretações de mundo, ambas as áreas buscaram suas emancipações teóricas e metodológicas enquanto se afastavam entre si dentro do campo científico das Humanidades. O estabelecimento da História enquanto ciência – e, consequentemente, o ofício do Historiador – centralizou as discussões de diversos pesquisadores e intelectuais ao longo do século XIX e se tornaria uma missão a ser refletida pelos séculos seguintes. A partir de tais considerações, a presente comunicação objetiva analisar as proposições do ensaísta literário Teófilo Braga acerca das atribuições condizentes com o fazer (ou não) historiográfico. A pesquisa focará no estudo da obra *Historia da Litteratura portugueza*, publicada em 1870 pela Imprensa Portugueza, onde Braga dedica-se à organização e apresentação de uma história da literatura produzida em Portugal. Suas reflexões partem de um diálogo entre a História e outras áreas do conhecimento humano, sobretudo a Literatura, para compreender os elementos literários que constituíram a nacionalidade e história portuguesas. Em diálogo com tais estudos, serão apresentados também o contexto do Portugal Oitocentista em comparação ao cenário europeu na ascendência e consolidação dos ideais franceses, a circulação de ideias que inflamavam entre os intelectuais contemporâneos à Teófilo Braga e como a definição de História e Literatura, naquele momento, correspondia à definição do próprio ser português em finais do século XIX.

Palavras-chave: Teoria da História, Historiografia, Portugal Oitocentista, Teófilo Braga.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO VALE DO ARAGUAIA AMAZÔNICO TOCANTINENSE E SEUS REFLEXOS NA QUALIDADE DE ENSINO

Vanderley José de Oliveira
Doutorando em Educação na Amazônia (PGEDA/UFT)
vanderley.oliveira@mail.uft.edu.br

Maria José de Pinho
Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA/UFT)
mjpgon@uft.edu.br

Resumo: O presente recorte tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos gestores da educação que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1º ao 5º Ano, diante da necessidade de promover ações voltadas para à formação continuada de professores na região do Vale do Araguaia amazônico tocantinense, especificamente entre os anos de 2007 e 2019. O percurso metodológico da investigação caracteriza-se como pesquisa documental. Para tanto, em um primeiro momento, apontou-se o contexto geográfico da região, bem como, as cinquenta e sete unidades escolares de âmbito municipal responsáveis pelos alunos do 1º ao 5º Ano. Posteriormente, analisou-se, de forma comparativa com os resultados nacionais, o impacto de tais atividades no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Ambas as análises foram pautadas nos dilemas ontológicas, epistemológicas, metodológicas, linguagem, valorização, pesquisa, qualidade e resultados enfrentados pelos docentes pertencentes a rede pública municipal. Por fim, os dados inferem que, apesar de alguns avanços, ainda há um longo caminho de aperfeiçoamento e investimento a ser trilhado pelos gestores inseridos na Amazônia transitiva do Vale do Araguaia Trata de uma pesquisa documental, que contará com os teóricos: Rocha (2019), Mello (2015), Moraes (2008), Saviani (2009), Gatti (2009), Pinho (2007) Freire (1996), dentre outros.

Palavras-chave: Formação Continuada; Vale do Araguaia; Ensino Fundamental.

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, VIDA COTIDIANA E ORALIDADES EM OCUPAÇÕES URBANAS NA PALMAS DOS ANOS 1990

Eduardo José Silva Lima
Professor Mestre na Unitins/Estudante de Doutorado História/UFG
eduardo.js@unitins.br

Resumo: As transformações na ciência histórica foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI, as reflexões referentes a estreita relação entre passado e presente interligados pela História e a ruptura da identificação desta com o passado sendo seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando que é o nosso objeto de estudo. As disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propagando oficial do estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer tornam essa questão um meio de entendimento da própria história recente do Tocantins. Os testemunhos trazem consigo uma superação das dificuldades encontradas em um ambiente hostil para os chamados, pejorativamente, de orelhas secas, uma cidade que se planejava para um tempo futuro, para uma população específica, mas que não lidava de forma inclusiva com seus problemas presentes e populares. Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. São essas questões expostas que estão sendo trabalhadas no decorrer desta pesquisa.

Palavras-chave: História Oral; História do Tempo Presente; Disputas Fundiárias; Ocupações.

NEM VIVIDO, NEM IMAGINADO: USOS DA FOTOGRAFIA EM DOIS ROMANCES BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS

José Eduardo Landim Campos
Bacharel em História, UFRJ
zelandim@gmail.com

Resumo: Esta apresentação tem o objetivo de propor interpretações para os usos das fotografias em dois romances brasileiros contemporâneos: *Machado* (2016), de Silviano Santiago, e *Nove Noites* (2002), de Bernardo Carvalho. Nela, partirei do conceito de *romances fotográficos,* tal como foram utilizados pela crítica literária argentina Natália Brizuela, em seu livro *Depois da fotografia: uma literatura fora de si;* a partir do qual serão destacados alguns elementos centrais dos dois livros que podem ser interessantes para o campo da historiografia e da teoria da história. Dessa maneira, buscarei esmiuçar de que formas as imagens podem produzir diferentes efeitos nas narrativas, considerando principalmente a relação particular que se estabelece entre a fotografia e seu referente. Para tal, pretendo partir de algumas importantes referências críticas sobre a fotografia, como Walter Benjamin, principalmente em seu texto *Pequena história da fotografia* (2014), Susan Sontag em *sobre fotografia* (2014) e Roland Barthes, em *Câmara Clara* (2015). Para além, buscarei também analisar de que maneiras podem ser pensadas as possíveis relações entre as fotografias e outros tipos de documentos — como cartas, notícias de jornal, cartões postais etc. — reproduzidos nos dois romances, para tal será importante perguntar-se até que ponto os dois *romances fotográficos* são também *narrativas documentais,* tal como foram descritas pelo crítico francês Lionel Ruffel.

Palavras-chave: Literatura contemporânea; Fotografia; Romance fotográfico; Narrativas Documentais.

O CORPO GÓTICO SEGUNDO *FRANKENSTEIN* (1831): ENTRE A EMOTIVIDADE E A MONSTRUOSIDADE

Matheus Almeida Gonçalves Pereira
Mestrando, UFRJ, PPGHIS, História Social
matheus-pereira95@hotmail.com

Resumo: A proposta do presente artigo é analisar a figuração literária da emotividade em *Frankenstein* (1831), romance da escritora inglesa Mary Shelley, a partir de uma estética romântica, que subverte elementos da ficção gótica britânica do século XVIII, e de uma perspectiva histórica. Busco também discutir a possibilidade de construir uma análise acerca da emotividade no romance com base na história social das emoções. Afinal, uma obra literária exige uma metodologia específica para tratar deste tipo de fonte. Por isso, a abordagem deste trabalho busca perceber a historicidade desta obra como um aspecto da dimensão estética formal, seguindo uma tradição que evita, por um lado, uma análise puramente formalista e por outro, uma análise contextualista e sociologizante. O romance não reflete a época em que foi escrito, por isso a dificuldade em aplicar o método da história social das emoções no estudo da história literária. É claro que é possível construir um contexto em que a obra foi escrita e analisar o ciclo social em que a escritora estava inserida, afinal há elementos da subjetividade do escritor em sua obra, e assim compreender como aquela sociedade compreendia a emotividade, no caso a sociedade inglesa do início do século XIX. Em suma, acredito ser possível utilizar as considerações da história social das emoções na construção de um contexto a respeito da tradição científica e sua relação com a emotividade na sociedade inglesa do século XIX, permitindo maior entendimento do corpo gótico.

Palavras-chave: Frankenstein; Emoção; Gótico; Romantismo; Monstruosidade.

ORIGEM DO HOMEM E ORIGEM DA POESIA EM OCTAVIO PAZ [1914-1998]

Maycon da Silva Tannis
ms.tannis@yahoo.com

Resumo: O presente trabalho visa tratar a relação entre escrita da história, quando esta se põe como crítica do tempo, e sua relação com a poesia na obra ensaística de Octavio Paz. Para o poeta e ensaísta a linguagem se abre em um duplo corte que possibilita a criação de elementos generalizadores que se encaminham conceitualmente e tendem a se uniformizar, esta parte da linguagem vai desde sua explosão original, no nascimento sempre supositivo da linguagem enquanto criadora do homem; por outro lado, a linguagem se desdobra dentro da mesma força originária que a cria: a metáfora absoluta, em sua forma máxima e mais feroz encontrada na Poesia. Paz elabora, então, a possibilidade de nos perguntarmos, para além de ambas as origens: qual a contribuição que a poesia pode vir trazer para a história, quando ela, a poesia, não for tomada como mera fonte de relato sócio-histórico? Este trabalho visa trazer a contribuição que a relação História-Poesia tem para pensarmos a natureza de ambos os discursos e a localização da questão fundamental sobre a natureza de quem escreve: o que a poesia permite ao historiador quando ele escreve História?

Palavras-chave: Octavio Paz; Deontologia; Mimesis; Poesia; Teoria da História.

Coordenadora: Maria Tereza Ribas (Suplente)
Data: 10 de novembro, das 14h às 16h, via Google Meet.

RESUMOS

ANÁLISE PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO RURAL E AS RUPTURAS COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Angela Maria da Silva
Mestranda em História pelo PPGHispam/ UFT
angelamariasilva07@gmail.com

Edivaldo B. de Almeida Filho
Graduando em Educação do Campo/ UFT
aedivaldo70@gmail.com

Sátila Menezes Aires
Graduada em Pedagogia/ UFT
satila.sma@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta as narrativas da educação no Brasil no meio rural a partir de 1940 contextualizada entre sujeitos e currículos socioeducacional. O objetivo é compreender a superação social e cultural do campesinato da pedagogia rural para a pedagogia do movimento proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para os povos do campo. Tal investigação parte das concepções educativas implantadas/ ofertadas para o meio rural, no chamado ruralismo pedagógico, passando pelo Movimento de Educação de Base- MEB e chegando ao paradigma da educação do campo. Para tanto, foi realizado análise da lei orgânica do ensino agrícola, a primeira lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional – LDB, Movimento de Educação de Base, e as Diretrizes Operacionais para a Educação básica nas escolas do Campo. Assim apontaremos as reformulações que o Estado adotou em função dos princípios de políticas públicas direcionadas a educação do campo. O ensino sofreu diversas mudanças no currículo operacional para as escolas do campo embora regimentado pelas diretrizes operacionais para as escolas no meio rural, as práticas pedagógicas traduzem concepções de uma pedagogia urbana.

Palavras-chave: Ruralismo; Educação do Campo; Políticas Públicas.

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA QUALIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS DOCENTES NAS ESCOLAS DO CAMPO

Lucivânia Rodrigues da Silva
lucivaniaueg@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como foco, mostrar a importância da formação do professor, para o uso adequado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em sala de aula. Respaldando-se em Almeida (1997), Grinspum (1999), Moran (2000) e Libâneo (2004). O uso das TICs implicará a construção de novos paradigmas educacionais com vistas à superação da sala de aula tradicional, onde o professor passa a ser o

mediador nesse processo de apropriação das novas tecnologias sem para isso desconsiderar a cultura dos sujeitos do campo. Descreve-se sobre a formação continuada para os educadores, como pesquisa campo, utilizamos a roda de conversa semi-estruturada na Escola Estadual Zulmira Magalhães, no distrito da Canabrava-TO, com professores, os quais fizeram relatos significativos e fundamentais para a elaboração e conclusão desse estudo sobre o uso das tecnologias nas escolas do campo. Em suas considerações finais o trabalho apresenta a perspectiva e qualidade da educação no campo que os professores encaram no cotidiano. Partindo desse pressuposto foi realizada uma revisão bibliográfica nas obras que comentam sobre a Educação do Campo: Nascimento (2007), Arroyo (2007), Caldart (2002) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002).

Palavras-chave: TICS; Qualificação. Escolas do campo.

OS SIGNOS POÉTICOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NAS NARRATIVAS INFANTO-JUVENIS DE MURUÉ SURUÍ E GECLÉSIO GUAJAJARA

Lohanna da Silva Azevedo
Acadêmica, UNITINS, Campus Araguatins, Letras
lohaazevedo@gmail.com

Luama Socio
Doutora, UNITINS, Campus Araguatins, Letras
luama.s@unitins.com

Resumo: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido a partir de estudos de obras e de representações artístico-culturais de jovens autores e representantes oriundos de comunidades de povos originários. A proposta do mesmo vai de encontro à necessidade de se discutir a importância da produção literária indigena atrelada à literatura infanto-juvenil, ademais, que não se restringe somente ao público infantil. O objetivo Geral de pesquisa foi realizar a leitura e análise dos livros "No tempo em que os animais falavam", de Geclésio Guajajara Vituriano F. (2019), e "As histórias dos índios Aikewára", de Murué Suruí (2011). Ao longo da leitura e análise das obras, intentamos refletir sobre a importância das histórias dos povos originários na formação cultural dos leitores brasileiros à medida que contribuem com valores específicos para a noção de identidade ligada às raízes da formação do país. Os principais materiais utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa são os livros analisados citados acima, acessados em formato PDF, adicionados de obras de teoria literária geral de autores tais como Antonio Candido e Gaston Bachelard e específica, relacionada à literatura infanto-juvenil tal como Daniel Munduruku. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórica bibliográfica, que se caracteriza através da utilização de documentos e materiais bibliográficos necessários para compor o *corpus* do texto. A partir das análises parciais das obras, destacamos aqui dois aspectos: do ponto de vista temático, as narrativas literárias indígenas, embora vistas por muitos como fabulações imaginárias, apresentam-se sempre do ponto de partida real do mundo, refletindo valores importantes para todos os seres humanos, dentre os quais o respeito à natureza; do ponto de vista formal, a maior parte das narrativas indígenas classificadas como infanto-juvenis apresentam a ideia de metamorfose entre os seres como pontos-chaves da técnica do enredo, aproximando-se de estratégias narrativas tradicionais de outras partes do mundo. Em um mundo globalizado, onde as informações vêm e vão de forma muito rápida, e a valorização dos objetos inanimados está no centro das nossas atenções, o acesso às histórias dos povos originários tem o poder de nos colocar em contato com modos culturais e valores fundamentais relacionados à importância da natureza, das formas vivas, e de seus fenômenos.

Palavras-chave: Literatura indígena; Literatura infanto-juvenil; Povos originários.

PRONERA: CENÁRIO E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO EM PALMAS-TO

Jailane Janaina Delmaschio Alves
Mestre em Desenvolvimento Regional – PPGDR UFT
jailane@uft.edu.br

Resumo: O acesso à educação é um direito assegurado pela Constituição Federal, entretanto há diversas pessoas com tal direito tolhido, um exemplo é a população camponesa. Os moradores do campo por um longo período estiveram marginalizados, mas no ano de 1998 foram contemplados com uma nova política pública que visava não apenas a educação formal, mas que se a adequasse a realidade dos sujeitos: O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O objetivo central do programa é fortalecer os territórios rurais através das vertentes econômica, política, social e cultural. Sendo que, através de sua característica intersetorial, amplia a percepção da realidade e as oportunidades dos participantes. Mas a execução do programa nem sempre é fácil, pois envolve diversas parcerias do INCRA com instituições de ensino públicas, privadas sem fins lucrativos, prefeituras, entre outras. Desta forma, o objetivo deste artigo é apresentar o programa e os desafios enfrentados para a execução deste no município de Palmas-TO. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica, levantamento de dados e entrevistas semiestruturadas a gestores, professores e demais atores envolvidos na execução do projeto.

Palavras-chave: Pronera; Educação; Desenvolvimento sustentável.

Coordenadores: Christiane de Holanda Camilo e Marcos Júlio Vieira dos Santos.
Data: 10 e 11 de novembro, das 14h às 16h, via Google Meet.

RESUMOS

A ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADE DAS REDES SOCIAIS DIANTE DO DILEMA ENTRE A DESINFORMAÇÀO E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Neide Aparecida Ribeiro
Doutora em Educação. Mestre em Direito Público. Professora da UNITINS
neide.ar@unitins.br

Resumo: Objetiva-se tratar sobre os fluxos de comunicação e os limites à liberdade de expressão nas redes sociais. Com o advento da internet surgiram vários outros formatos para as pessoas se comunicarem nas comunidades virtuais passando a ser protagonistas dos conteúdos postados. O problema está centrado nas fronteiras que limitam essa liberdade de expressão que são impostas pelos aplicativos das redes, pela legislação brasileira e pelos tribunais. Justifica-se a necessidade de se estudar a tensão existente entre o exercício pleno da cidadania no Estado Democrático de Direito das liberdades e a censura aplicada na remoção de conteúdo e bloqueio do perfil do usuário na internet. A metodologia utilizada será a exploratória e netnográfica mediante o estudo da arte e da análise das políticas do *Facebook*, do *Instagram* e *WhatsApp* e da legislação existente. O resultado preliminar da pesquisa poderá implicar em sugestões de ajustes nos protocolos adotados pelas redes virtuais e nas normas que estabelecem punições aos usuários que extrapolarem o limite da liberdade de expressão.

Palavras-chave: Redes sociais; Comunicação; Liberdade de Expressão.

A SÉTIMA ARTE SOB A ÓTICA DO PERCURSO POLÍTICO BRASILEIRO: AFINAL, QUE FRAGMENTOS DITATORIAIS AINDA REMANESCEM DIANTE DO CINEMA NACIONAL EM TEMPOS DE DEMOCRACIA?

Geovana Borges Soares
Graduanda do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins do Câmpus Palmas
E-mail: geovanaborges@unitins.br

Fabiani Aparecida Barbosa
Graduanda do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins do Câmpus Palmas
E-mail: fabianibarbosa@unitins.br

Maria Tereza Ribas Sabará
Socióloga e Cientista política. Professora Mestre da Universidade Estadual do Tocantins
maria.ts@unitins.br

Resumo: Vislumbrar a sétima arte - o cinema - no período ditatorial é considerar que uma das características mais notáveis desse momento, a censura, atuou implacavelmente ao moldar a produção cinematográfica conforme os ideais políticos vigentes, barrando, assim, caminhos, inviabilizando sonhos e calando gerações. Nesse sentido, a primeira legislação referente ao cinema brasileiro surgiu ainda no governo Vargas, com o

Decreto n.º 21.240 de 1932, concretizando a intervenção estatal ao nacionalizar o serviço de censura da cinematografia. Em seus artigos, o cinema foi concebido como instrumento de reforma educacional e transmissão da ideologia nacionalista, estando também vinculado ao desenvolvimento industrial. Destaca-se ainda a criação da Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme), em 1969, e do Conselho Nacional de Cinema (Concine), em 1976, responsáveis por monitorar as produções cinematográficas. Nesse contexto ditatorial, percebe-se o uso do cinema para propagar o nacionalismo e a falsa imagem de um país democrático nas mídias internacionais através da recorrente aplicação do chamado carimbo da Boa Qualidade (PINTO, 2006). Torna-se nítido, portanto, o modo como a cinematografia brasileira é tratada enquanto instrumento estratégico do Estado, o qual, acabou por permitir a profissionalização da censura. Por outro lado, adentrando no cenário democrático, é estabelecida a extinção desse controle estatal pela Constituição de 1988, com a Divisão de Censura Federal (1972) sendo substituída pelo Departamento de Classificação Indicativa. Entretanto, o cinema brasileiro ainda não se encontra imune aos diferentes meios de censura, pelo contrário, acresce-se a isso a ausência de apoio ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e o ambiente de concorrência inundado de produções norte-americanas. Em tempos de crise democrática e crescente autoritarismo, discutir como esses mecanismos ainda estão presentes nas produções nacionais pode contribuir para a identificação de ataques a direitos individuais, assim como a propagação de ideologias de opressão. Destarte, compreender a dimensão da censura de outrora é visualizar aspectos oriundos do regime ditatorial que ainda repercutem em um contexto democrático, o que nos leva a analisar os resquícios da ditadura que ainda permanecem no cinema nacional brasileiro, a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. Assim, essa pesquisa apresenta uma análise das principais legislações brasileiras vinculadas à censura, bem como as mudanças provocadas pela Constituição de 1988, oferecendo dados que culminem em uma discussão sobre como a herança ditatorial acarreta o distanciamento entre o cinema nacional e seu público, quando este último, ao contemplar aquele como sendo ruim, não compreende entraves históricos e não se permite desconstruir tal concepção negativa alimentada por tempos de desmantelamento de direitos humanos, da proibição de liberdades individuais, bem como a interrupção de caminhos e sonhos.

Palavras-chave: Cinema brasileiro; Regime Ditatorial; Democracia.

A UTILIZAÇÃO DO *VISUAL LAW* COMO MECANISMO INOVADOR NA PUBLICIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA EM DIREITO

Luiz Augusto Gonzaga Barros Rezende
Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Tocantins
luiz.rezende@mail.uft.edu.br

Christiane de Holanda Camilo
Doutora em Sociologia. Professora do Curso de Direito da Unitins

Resumo: A universidade pública tem como objetivo a produção de conhecimento por meio dos pilares ensino, pesquisa e extensão. É necessário, a partir dessa geração, levar à sociedade o produto de suas ações. Por conta disso, a comunidade acadêmica deve acompanhar as evoluções sociais, principalmente no que diz respeito à constante mudança na forma em que consumimos informações, assim como a maneira que nos comunicamos uns com os outros. Paralelamente a isso, tem-se a formação do profissional de Direito, que, na era atual, se vê diante de um mundo imerso na revolução tecnológica, fazendo com que seus operadores tenham que se adaptar à multidisciplinariedade. É pensando nessa conversão que, partindo das análises jurisprudenciais da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizadas pelos membros do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Violência Estado e Sociedade - DIHVES / UNITINS, o objetivo do trabalho é transformar a produção acadêmica em uma linguagem mais acessível, tanto para os operadores do direito, quanto para a comunidade em geral. Busca-se, assim, sintetizar as informações nelas trazidas, e, pautando-se na tratativa de *visual law,* apresentada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através da Resolução nº 347/2020, fazer uso de imagens, infográficos e fluxogramas, publicizando-as nas redes sociais, com o intuito de tornar a linguagem acadêmica e

jurídica mais clara, usual e compreensível. Esse mecanismo utilizado parte de uma das grandes tendências da prática jurídica contemporânea – o chamado *Legal Design,* que oferece diversas possíveis melhorias aos serviços jurídicos, partindo da forma com a qual os jurisdicionados são atendidos, até as experiências do usuário nas plataformas digitais. Desta forma, contrapõe o tradicionalismo e o formalismo contidos tanto no Poder Judiciário brasileiro quanto no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Universidade; Adaptabilidade; *Visual Law*; Direitos Humanos.

ANÁLISE DO CASO GOMES LUND E OUTROS VS BRASIL NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Júlia Cunha Martins
Estudante, Universidade Estadual do Tocantins, Campus Palmas, Direito.
cunhajuliam@gmail.com

Resumo: O quinto caso brasileiro analisado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, Gomes Lund e Outros vs Brasil, foi submetido em 7 de agosto de 1995. O caso aconteceu durante a ditadura civil-militar brasileira, um grupo militante do Partido Comunista do Brasil se instalam a margem do rio Araguaia, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e do atual Tocantins, visando armar um exército popular por meio da mobilização dos camponeses e alcançar o fim do regime militar vigente através da luta armada. O Exército Brasileiro realizou diversas operações entre 1972 e 1975 na região dizimando a Guerrilha do Araguaia. Dentro desse contexto foram praticados os crimes de detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil e camponeses da região. Devido a inercia do Brasil em realizar uma investigação penal com o objetivo de julgar e punir os responsáveis pelo desaparecimento forçado das vítimas e pela execução extrajudicial de Maria Lúcia Petit da Silva; a falta de acesso à justiça, à verdade e à informação tiveram efeitos negativos sobre a integridade pessoal dos familiares dos desaparecidos e da pessoa executada, deste modo, os familiares das vítimas são considerados vítimas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A junção desses fatos culminou para que o Tribunal declarasse o Estado Brasileiro responsável pela violação dos Direitos Humanos, tendo como Sentença a adoção de determinadas medidas a serem cumpridas. Tais medidas visam garantir que a Lei da Anistia não continue representando um obstáculo para a persecução penal de graves crimes contra a humanidade cometidos, a responsabilidade penal pelos desaparecimentos forçados das vítimas da Guerrilha do Araguaia e a execução de Maria Lúcia Petit da Silva, mediante uma investigação judicial completa e imparcial dos fatos, a fim de identificar os responsáveis e sancioná-los penalmente. Atualmente mais de dez anos se passaram da Sentença e o Estado Brasileiro a cumpriu parcialmente, no que se refere à publicidade da sentença e a permissão da solicitação de indenização por parte dos familiares dos desaparecidos. Ainda em Supervisão do Cumprimento pela CIDH a respeito do andamento das investigações penais, buscas, identificação e reconhecimento das vítimas. Deste modo, nota-se que a Sentença serviu para que o Estado Brasileiro reconhecesse sua responsabilidade, para realização de políticas de reparação e memória das vítimas e para às investigações das violações cometidas, apesar de que as iniciativas de busca de restos mortais, bem como de sistematização e publicação de informações sobre a Guerrilha terem sido enfraquecidas durante o governo Bolsonaro, devido o Decreto que extingue conselhos e comissões atingir o Grupo de Trabalho Perus, responsável por identificar corpos de desaparecidos políticos da ditadura militar, e o Grupo de Trabalho Araguaia, responsável pela busca e identificação dos restos mortais da guerrilha do Araguaia.

Palavras-chave: Gomes Lund; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Guerrilha do Araguaia; Direitos Humanos.

BANCO DE DADOS DE PERFIS GENÉTICOS NA ELUCIDAÇÃO DE CRIMES: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 12.654/2012

Arthur Ângelo de Oliveira Brito
Acadêmico do curso de Bacharelado em Direito, UNITINS
arthurangelo_@hotmail.com

Sarah Coelho Lima
Especialista em Direito Tributário, UNIDERP
sarah.cl@unitins.br

Resumo: Os bancos de dados de perfis genéticos são utilizados na investigação criminal para o armazenamento e comparações de informações genéticas a fim de elucidar crimes. No Brasil, o instituto foi regulado através da Lei n. 12.654/2012 e do Decreto n. 7.950/2013 que instituiu o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos. Dado o caráter recente da legislação em comento, a pesquisa está direcionada a responder às seguintes questões: as modificações trazidas pela Lei n. 12.654/2012 no ordenamento jurídico são compatíveis com a Constituição Federal? E quais são os efeitos resultantes da atuação dos bancos de perfis genéticos criminais no Brasil? Para responder o problema proposto, objetivou-se compreender as implicações legais do funcionamento destes bancos de dados e os processos geradores da extração, depósito, comparação e exclusão dos perfis genéticos. Como objetivos específicos, pretendeu-se conhecer o DNA e suas regiões utilizadas para a obtenção do perfil genético. Outrossim, buscou-se argumentar sobre os possíveis confrontos entre a utilização dos dados genéticos e os princípios constitucionais concernentes à incolumidade do indivíduo. Por fim, objetivou-se analisar os resultados obtidos pela Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos no Brasil, desde a sua implementação até maio de 2021. Buscando analisar o tema proposto, a metodologia do presente estudo foi delineada sobre o procedimento bibliográfico e documental, de natureza exploratória e realizada mediante a abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto aos resultados obtidos, constatou-se que a constitucionalidade da matéria se encontra ainda em discussão no Supremo Tribunal Federal. Não obstante, mediante os argumentos elencados no ensaio, é possível inferir que a colheita e utilização do perfil genético humano não fere o direito à não autoincriminação, vez que a colheita somente é obrigatória após a condenação do indivíduo. Portanto, a identificação genética, neste sentido, não seria considerada produção de prova incriminadora. Quanto aos efeitos do instituto, o ensaio constatou sua atuação precipuamente sobre os crimes sexuais e crimes contra o patrimônio, sendo este último, por sua vez, o de maior incidência e reincidência no Brasil. O crescimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos tem operado sob um índice médio de 81,62% ao ano em relação ao número de perfis cadastrados e de 38,88% ao ano concernente à taxa de coincidência. Sob este viés, é possível inferir que a expansão do instituto tem tido um aproveitamento razoável, avançando dentro dos parâmetros normais de crescimento.

Palavras-chave: DNA; Banco de dados; Investigação criminal.

CASO FAVELA NOVA BRASÍLIA VS. BRASIL: OS IMPACTOS DA CONDENAÇÃO DO BRASIL NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

Izabela Costa Arantes
Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
iarantes.costa@gmail.com

Christiane de Holanda Camilo
Doutora em Sociologia. Professora do Curso de Direito da Unitins
christiane.hc@unitins.br

Resumo: Em maio de 2015, foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos o caso. O caso refere-se a duas operações policiais realizadas nos anos de 1994 e 1995, no Rio de Janeiro, na Favela Nova Brasília,

situada no Complexo do Alemão, em que ocorreu a execução de vinte e três civis. Além disso, foi alegado que três mulheres, sendo duas menores, foram violentadas sexualmente pelos agentes. Em razão da falha e demora na investigação policial, que terminou sem apuração e punição de condutas praticadas pelos agentes de segurança pública, restou evidente a omissão do Estado brasileiro na aplicação dos direitos humanos e no resguardo das garantias judiciais aos cidadãos envolvidos no caso. Diante disso, o caso foi submetido a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, posteriormente, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, doravante denominada Corte. Após análise processual, o Brasil foi julgado pela Corte, e condenado pelas acusações de maneira unânime, tendo como Sentença uma série de medidas a serem cumpridas. Tais medidas visavam a garantia dos direitos fundamentais, justiça para as vítimas e os familiares, além de prevenções para evitar que casos de mesma matéria retornem a acontecer no país. Ocorre que, após seis anos de condenação, o Brasil segue sem cumprir a maior parte das medidas pela Corte impostas. Nesse sentido, verifica-se que a lacuna no implemento da Sentença no país traz uma série de consequência e prejuízos à nação, tendo em vista que reafirma a impunibilidade de crimes cometidos pela força policial pátria, e a sensação de não garantia de direitos humanos nos casos de violência policial à população brasileira. Em razão disso, e de outros casos julgados pela Corte que seguem com a Sentença parcialmente descumprida, o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Violência, Estado e Sociedade (GP DHIVES) da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) iniciou uma Pesquisa visando realizar a análise processual dos casos julgados pela Corte, dando ênfase na observação do cumprimento ou descumprimento das medidas impostas ao Brasil. Assim, o presente trabalho tem como objetivo efetuar o estudo do Caso Cosme Rosa Genoveva e outros – Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, apreciando o trâmite de inteiro teor do processo, bem como dando destaque à aplicabilidade ou não da Sentença no país.

Palavras-chave: Favela Nova Brasília; Violência policial; Violação de Direitos Humanos; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Omissão estatal.

CASO VARDO DOS FOGOS – SANTO ANTÔNIO DE JESUS

Helena Mayã Costa Miranda
Graduanda, Universidade Estadual do Tocantins.
mayacostahelenamiranda@gmail.com

Christiane de Holanda Camilo
Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
christiane.hc@unitins.br

Resumo: O caso se trata da explosão da fábrica clandestina de fogos de artifício em 1998, na região do recôncavo baiano, que "empregava" majoritariamente mulheres negras e crianças em condições de pobreza e baixa escolaridade. A explosão causou 60 vítimas fatais e deixou outras gravemente feridas – todas as vítimas fatais eram mulheres. É importante destacar que Santo Antônio de Jesus é a 2° localidade do país com maior produção de fogos de artifício. As investigações do caso mostraram que por mais que a fábrica possuísse licença do exército para seu funcionamento, as instalações e as formas de trabalho eram totalmente irregulares e careciam da fiscalização do poder público, que não a fez. Apesar da gravidade dos fatos e da condenação, o Estado brasileiro foi ineficaz na punição dos responsáveis. No âmbito cível foram ajuizados processos visando a reparação de danos aos familiares das vítimas que não sobreviveram e às vítimas sobreviventes. Entretanto, essa reparação não foi efetivada. No âmbito trabalhista foram ajuizados inúmeros processos, mas que tiveram que ser arquivados por ausência de bens que garantissem as execuções dos mesmos. Assim, em 2001 o Brasil foi denunciado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Em 2007, o Brasil fez acordo perante a OEA manifestando que iria reparar os danos morais e materiais às vítimas sobreviventes e aos familiares das vítimas que não sobreviveram, porém, o acordo não foi cumprido. A partir disso, o Estado brasileiro se tornou réu na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 2020, a Corte IDH declarou a responsabilidade do Brasil por 60 vítimas fatais, 7 vítimas gravemente feridas e 100 familiares das pessoas falecidas e sobreviventes. Por

conseguinte, foi declarado, por unanimidade, que o Estado brasileiro é responsável: pela violação dos direitos à vida e da criança – artigos 4.1 e 19 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos – em que das 60 vítimas falecidas, 20 eram crianças; pela violação dos direitos à integridade pessoal e da criança – constante nos artigos 5.1 e 19 – em relação a 3 crianças sobreviventes da explosão; pela violação dos direitos da criança, à igual proteção da lei, à proibição de discriminação e ao trabalho; pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial – artigos 8 e 25; e, por fim, responsável pela violação da integridade pessoal – artigo 5.1 da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos. O Brasil, ainda, foi sentenciado a dar continuidade aos processos criminais e aos processos trabalhistas, além das ações civis de indenização por danos morais e materiais. Deverá, também, oferecer tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico às vítimas sobreviventes, de forma gratuita, dentre outras determinações sentenciadas pela Corte.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Trabalho Irregular; Vulnerabilidade; Violação de Direitos de Mulheres e Crianças; Corte Interamericana de Direitos Humanos.

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE: UM PANORAMA DOS IMPACTOS E MEDIDAS ADOTADAS COM FINS NA REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DESSE DIREITO NO BRASIL E NO TOCANTINS.

Robson Feitosa Leal Morais
Bacharel em Administração, estudante de Direito pela Universidade Federal do Tocantins
robsonmorais@mail.uft.edu.br

Resumo: Trata-se de um breve ensaio acerca do fenômeno da judicialização da saúde no Brasil e no Estado do Tocantins, mais especificamente, buscou-se resposta ao seguinte questionamento: quais medidas têm sido adotadas com fins na redução da judicialização no Brasil e no Estado do Tocantins? Para responder ao questionamento norteador, adotou-se o método dedutivo-dialético e sua fundamentação se deu por meio de uma análise de conteúdo através de revisões bibliográficas em livros, artigos, jurisprudências, leis Constitucionais, Infraconstitucionais e notas técnicas sobre o tema. Logo, num primeiro momento demonstrou-se os marcos legais e históricos da judicialização do direito à saúde, posteriormente, breve retrato acerca desse direito no Estado do Tocantins e seus impactos. Como conclusão ao questionamento base deste ensaio, evidenciou-se as recomendações feitas pela Tribunal de Contas da União - TCU, dentre elas a criação de rotinas permanentes de detecção de indícios de fraude, processamento e análise de dados relativos às ações judiciais de saúde; estabelecimento de objetivos e metas para minimizar os impactos da judicialização; centralização das informações relativas aos processos judiciais relacionados à saúde pública, fiscalização da emissão de prescrições médicas de medicamentos e, por fim, o fortalecimento do patrimônio imaterial do Brasil: o Sistema Único de Saúde - SUS.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Direito à Saúde; Judicialização; Políticas Públicas.

DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTO LGBTQIA+: O RECONHECIMENTO DE SEUS DIREITOS NA ESFERA JURÍDICA

Francisca Benigno de Lima
Pós-graduanda em Serviço Social na Educação, UFT/Faculdade Dom Alberto
francisca.benigno2020@gmail.com

Lorrany Gomes da Silva
Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins
lorranygomes.1234@gmail.com

Resumo: Este artigo aborda como temática, “Direitos humanos e Movimento LGBTQIA+: o reconhecimento de seus direitos na esfera jurídica” o intuito visa compreender como se dar a relação antagônica entre as classes

sociais, visto que, o direito não é neutro e possui uma dualidade, ora atende aos interesses da classe burguesa, ora se ver pressionado a ceder as demandas da classe trabalhadora dentro das legislações. Dessa forma, faz-se inicialmente uma explanação a respeito da historicidade do movimento LGBTQIA+ no contexto brasileiro, conseguintemente, será abordado os conceitos sobre gênero e sexualidade, ampliando esta discussão também sobre um recorte de étnico/racial e de classe dentro do sistema capitalista, fazendo a análise de algumas legislações voltadas para este público, considerando também como as questões de patriarcado, machismo, preconceito e discriminação ainda perpetua dentro das instituições judiciais. Além disso, será tratado sobre alguns direitos alcançados pelo movimento LGBTQIA+, discorrendo sobre algumas conquistas e luta por alguns reconhecimentos de direitos defendidos pelo movimento LGBTQIA+ como: a criminalização da homofobia e demandas das pessoas trans, destacando, por fim, como as pautas que versam sobre direitos os fundamentais, sexuais, reprodutivos da população LGBTQIA+ são ainda subordinadas a contatos e interesses políticos e deixada à mercê de estigmas pessoais, que se sobrepõem aos deveres institucionais. Todas estas questões serão consideradas sobre um direcionamento dos direitos humanos.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Gênero; Legislação; Judiciário; Direitos humanos.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA: O PROTAGONISMO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ANISTIA NO BRASIL

Marcos Júlio Vieira dos Santos
Mestrando em Direito pela Universidade de Brasília (UnB)/ Bacharel em Direito (UNITINS)
E-mail: mj.marcosvieira@gmail.com

Christiane de Holanda Camilo
Doutora em Sociologia. Professora da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)
christiane.hc@unitins.br

Resumo: Instigado pelo mais recente capítulo das discussões sobre a anistia brasileira, a partir de ações constitucionais propostas junto ao Supremo Tribunal Federal, este resumo aborda uma reconstrução histórica e crítica dos principais dispositivos legais e marcos jurisprudenciais brasileiros sobre o processo de perdão institucional, enquanto parte da transição iniciada desde o fim ditadura civil-militar, em direção à nova democracia brasileira. Para instrumentalização da pesquisa, foi utilizada a metodologia de análise documental, que conforme André Cellard (2008), estrutura a interpretação textual pautada em eixos analíticos como: seu contexto, seu autor, sua natureza, autenticidade e conceitos-chave. Inicialmente, as legislações revisadas foram, a própria Lei de Anistia, a Emenda Constitucional n° 26/1985, a recepção da temática perante a Constituição Federal do Brasil, e por último, a Lei n° 10.559/2002 (BRASIL; 1979; 1985; 1988; 2002). Nesse percurso, identificou-se um anistiamento seletivo, que beneficiou especialmente os agentes estatais, em detrimento dos movimentos insurgentes (SOUSA, 2011). No que se refere ao protagonismo das cortes de justiça nesse processo, também foi realizada uma análise comparada da ADPF 153 de competência do Supremo Tribunal Federal, evidenciando a constitucionalidade do perdão concedido (BRASIL, 2010). Por outro lado, têm-se casos julgados na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre esse mesmo tema, junto aos casos Gomes Lund (Guerrilha do Araguaia) e Vladimiir Herzog, nos quais a Lei 6.683/1979 foi considerada inconvencional perante a Convenção Americana (OEA, 2001; 2009; 2018). Por último, discute-se o impacto jurídico social e histórico da recente discussão conduzida pela corte constitucional brasileira sobre a possibilidade de cancelamento de anistias concedidas pelo Estado brasileiro, a partir de uma concepção alargada de autotutela da Administração Pública e possiblitou a revisão de indenizações e reparações financeiras já deferidas (BRASIL, 2019; 2020). Esse embate travado União federal e Ordem dos Advogados do Brasil demonstra que o longo e tortuoso caminho da anisitia no Brasil está longe do fim.

Palavras-chave: Anistia; Corte Interamericana de Direitos Humanos; Supremo Tribunal Federal; Brasil.

ENVELHECIMENTO E ISOLAMENTO SOCIAL DO IDOSO: O PARADIGMA DO ASILAMENTO

Dayane Nunes Rodrigues
Universidade Estadual do Tocantins
dayane.nr@unitins.br

Mirian Dorneles dos Santos Monteiro
Universidade do Tocantins, Pró Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
mirian.ds@unitins.br

Resumo: Este relato de experiência busca aprofundar a discussão acerca da palestra proferida pelo Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros, da Universidade de Brasília (UnB), em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, em que teve sua culminância com a palestra "A Pessoa Idosa e o Envelhecimento Humano" do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), onde buscou-se a participação de todos os envolvidos, como alunos, professores e comunidade. Os agrupamentos urbanos moldam sua dinâmica de acordo com os processos constitutivos sociais. Novos arranjos de moradia, de família e suas relações intrínsecas repercutem no crescente individualismo e isolamento social, reflexo de valores tradicionais da sociedade solapados pela modernidade, que influenciam de modo desigual e contraditório na qualidade de vida das pessoas, notadamente no idoso. Isolamento social pode ser definido como sendo um torpor social, onde há sempre menos envolvimento, menos contato e à anulação das atividades de interação social, levando a uma sensação de quase subjetiva solidão, fruto da falta de interação social objetiva que potencializa a percepção da solidão, impactando severamente na longevidade, da qual pode-se inferir a premente necessidade de ressignificação dos espaços sociais para a população idosa. Metodologicamente optou-se por uma abordagem bibliográfica qualitativa descritiva, buscando em livros, artigos científicos e demais produções sobre a temática abordada uma análise mais realística da problemática apontada na palestra, e, ainda, utilizou-se das narrativas experienciais do Grupo Temático. A palestra mostrou-se proveitosa pois trouxe à baila diversos pontos focais para a discussão acadêmica. Para o palestrante há uma falta de sistematização de políticas para a pessoa idosa, evidenciando a inversão da pirâmide social, onde hoje há mais idosos que jovens. A sociedade mudou sua configuração, rearranjando a família, que apresenta menos filhos por família, que leva a uma reformulação do estilo de vida, vendo no idoso o protagonista e sustentáculo econômico da família, ainda que sem espaço de expressão, participação social ou mesmo sem o efetivo direito ao envelhecimento. Relegados a asilos, os idosos se apresentam como um fardo para as famílias modernas, que depositam, e outrora depositavam, seus idosos, muitas vezes, escondendo atrás do véu da caridade, metonímia do humano. Assim, e considerando o exposto, resta aprofundar o tema analisado, parte do escopo da palestra proferida, mas achadiço em nosso universo pormenorizado de estudo, como forma e ação de resgate dessa parcela da sociedade, ciosa de atenção.

Palavras-chave: Asilamento; Envelhecimento; Sociedade; Família.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA: MUSICOTERAPIA COMO FERRAMENTA PARA O CUIDADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marcus Vinicius Alves Galvão
Mestre, especializando ENSP-FIO CRUZ, Impactos da Violência na Saúde
markusvag@gmail.com

Resumo: O acolhimento institucional é uma medida protetiva para a criança e adolescente que são vítimas de abandono, maus-tratos e violência em geral, previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste contexto o ambiente que deveria ser acolhedor desvela circunstâncias diversas que retratam a realidade de situações de exclusão e vulnerabilidade. Este trabalho é um recorte do plano de ação no qual defende a inserção do profissional Musicoterapeuta nas intituições de acolhimento e apresenta a Musicoterapia como uma proposta

para a melhora, recuperação e manutenção da saúde física e psicossocial da criança e do adolescente institucionalizado. O trabalho do profissional Musicoterapeuta nas intuições de acolhimento reverberará nos acolhidos propiciando um desenvolvimento saudável para além da sua permanência nas instituições. Nesse sentido, o fazer musical promoverá o acolhimento e a ressignificação do que estes sujeitos trazem da sua realidade por meio da escuta qualificada do profissional musicoterapeuta, propiciando assim a promoção e a defesa dos diversos direitos por ora cerceados do ser humano criança e adolescente.

Palavras-chave: Direitos humanos; Musicoterapia; Criança e adolescente; Institucionalização.

ORIGENS DA ESCRAVIDÃO NEGRA

Francinete Pontes Cassiano
Estudante do Curso de Serviço Social (Unitins)
francinetepo@gmail.com

Juraildes Barreira Nunes
Docente no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Tocantins
juraildes.bn@unitins.br

Resumo: O trabalho em forma de resenha acadêmica do capítulo 1, *Origens da Escravidão Negra*, do livro de Eric Williams, *Escravidão e capitalismo* apresenta as origens da escravidão com discussão essencial para entender-se a formação econômica e social dos países latino-americanos, a raiz das desigualdades sociais e a persistência do racismo estrutural no continente. A descoberta do Novo Mundo desencadeou uma feroz rivalidade internacional, as principais potências europeias, Inglaterra, França e Holanda, disputavam as possessões coloniais, exigiam seu direito aos novos territórios, que até então, tinha sido dividido apenas entre Portugal e Espanha via arbitragem papal. Frente a abundância de terras, e o acometido anseio de acumulação, os colonizadores buscaram um mecanismo de controle sobre a mão-de-obra e sobre as terras, buscaram a escravidão. A escravidão foi uma instituição política, social e econômica que serviu de base ao capitalismo moderno, na perspectiva histórica, ela fez parte de um quadro geral do tratamento cruel das classes desprivilegiadas, das insensíveis leis dos pobres e severas leis feudais, e da indiferença com que a classe capitalista ascendente estava "começando a calcular a prosperidade em termos de libras esterlinas e... acostumando-se à ideia de sacrificar a vida humana ao imperativo sagrado do aumento da produção". O primeiro exemplo de tráfico e trabalho de escravos no Novo Mundo refere-se, racialmente, não ao negro, mas ao índio. Contudo, o sucessor imediato do índio, não foi o negro, mas o branco pobre, que emigrava como: servos; resgatadores; e/ou sentenciados. Essas emigrações voluntárias e involuntárias representou para a Inglaterra uma dupla conveniência, que foi: a exploração de mão-de-obra e a redução no contingente de pobres, criminosos, e etc. A situação do servo no Novo Mundo tornou-se gradativamente pior, ao que se aproximou em certos aspectos da verdadeira escravidão, porém, não chegou a atingir o estado de um bem móvel ou imóvel como o negro o foi, os brancos sob regime de contrato eram portadores de direitos limitados, condição essa que deixava os mercantilistas temerosos acerca de competições, e receosos de possíveis aspirações de independência nas colônias, isso os obstinava em sua preferência pela escravização do negro. A instituição da servidão branca teve sérias desvantagem, mas a experiência que se obteve era inestimável, ela foi a base histórica em que se ergueu a escravidão negra, e a razão para a escravização do negro foi "econômica, não racial; não teve relação com a cor do trabalhador, mas com o preço do trabalho. O trabalhado não-livre no novo mundo era, portanto, moreno, branco, negro e amarelo, católico, protestante e pagão. A servidão branca nos ajuda a compreender o desenvolvimento do Novo Mundo e do lugar do negro nesse desenvolvimento, além disso, desmente completamente o mito de que os brancos não podiam suportar o rigor do trabalho manual. A escravidão negra, portanto, foi a solução para o problema de mão-de-obra em certo período, de maneira alguma, denotava, em qualquer sentido científico, a inferioridade do negro, sem ela, o grande desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar das Antilhas, entre 1650 e 1850, teria sido impossível.

Palavras-chave: Escravidão. Capitalismo. Mão-de-obra.

OS APÁTRIDAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Ellen Thais Oliveira Santos
Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
ellenunitins@gmail.com

Christiane de Holanda Camilo
Professora do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
christiane.hc@unitins.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o fenômeno da *apatridia* no cenário internacional global e, de forma específica, no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da análise comparada entre a *"Lei de Migração"* e o *"Estatuto do Estrangeiro"*, outrora revogado. O assunto é pertinente, uma vez que atualmente existem cerca de 10 milhões de apátridas pelo mundo, os quais têm dificuldades para realizar tarefas básicas, como ir ao médico, estudar, viajar, casar e trabalhar. Nesse sentido, é certo que a "Lei de Migração" representa um marco na legislação brasileira, uma vez que deixa de abordar o estrangeiro unicamente sob os aspectos econômicos e patrimoniais, passando a trata-los sob a égide da dignidade da pessoa humana. Assim, pela primeira vez na história, o Brasil não só reconheceu a situação de *apatridia*, mas concedeu a nacionalidade brasileira a duas apátridas: as irmãs Mamo.

Palavras-chave: Apátridas; Nacionalidade, Dignidade; Migração.

UMA VISÃO HUMANITÁRIA SOBRE A IMIGRAÇÃO DE VENEZUELANOS NO BRASIL: O CASO DE ARAGUAÍNA – TO

Antonia Beatriz Carneiro Silva
Graduanda, Universidade Estadual do Tocantins, Curso de Direito
beaatrizz123@gmail.com

Maria Tereza Ribas Sabará
Socióloga e Cientista Política, Professora na Universidade Estadual do Tocantins
maria.ts@unitins.br

Resumo: Diversos são os fatores que permitem o processo de imigração, e dentre as causas principais, temos crises econômicas ou guerras. A gestão do fluxo migratório tem sido um desafio para o Brasil, reforçando discursos xenofóbicos e uma falsa narrativa de "crise imigratória". Nesse contexto, este trabalho discute como a imigração venezuelana tem sido debatida e gerida no âmbito da cidade de Araguaína – TO, bem como os principais desafios enfrentados pelos imigrantes venezuelanos no contexto do estado do Tocantins. A discussão parte da Lei n.º 13.445/17, que dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e regula a sua entrada e estada no país, bem como estabelece os princípios e diretrizes para as políticas públicas migratórias. Todavia, essa lei estabelece que essas políticas sejam executadas em regime de cooperação entre os entes subnacionais e a União. Assim, discutir como essas políticas têm sido realizadas no município de Araguaína, considerando a inexistência de trabalhos sobre o tema, contribuirá para discutir as políticas migratórias não apenas no Tocantins, mas em todo o país, especialmente ao se considerar as especificidades regionais. Tem-se como objetivo geral, portanto, apontar os principais desafios relativos ao cumprimento das leis específicas sobre migração em relação à sua prática, frente a imigração no Brasil, e em especial, em Araguaína-TO. E como objetivos específicos: i) discutir os fatores positivos e negativos da imigração, em sentido humanitário; ii) identificar como a literatura brasileira tem lidado com essa temática, apontando seus principais questionamentos; e iii) verificar o processo de adequação dos imigrantes nos principais setores da sociedade brasileira/araguainense. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando a pesquisa documental e bibliográfica para a coleta de dados. Percebe-se que nos últimos tempos tem ocorrido uma intensificação do fluxo migratório no território

brasileiro, principalmente de venezuelanos que adentram as presentes terras pelas fronteiras nortes do país, os quais não estão restritos apenas às capitais, mas também em cidades interioranas de grande porte como Araguaína/TO. O Brasil possui uma lei específica que guarda os direitos dos imigrantes, além de decisão judicial julgada recentemente que determina a contratação de venezuelanos na cidade tocantinense acima relatada. Nota-se a amplitude de englobamento humanitário frente a ações como estas, que foi arrolada sobre o direcionamento contratual laboral para os refugiados. É um cenário gradativo, em crescimento, paulatino em adaptação, e até mesmo aceitação por parte da sociedade. No mais, prioriza-se a efetivação generalizada da população em acolhimento deste grupo social.

Palavras-chave: Imigração, Políticas Públicas, Tocantins.

Coordenadoras: Marinalva do Rego Barros Silva e Maria de Fátima Rocha Medina
Data:11 e 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

ACERVO AUDIOVISUAL E MEMÓRIA

Gleydsson Circuncisão Nunes
Jornalista. Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Unitins
gleydsson.cn@unitins.br

Resumo: A fim de ser representativa e relevante para a sociedade onde está situada, toda instituição precisa cultivar a história, formada por muitas mentes e mãos, ao longo dos anos. Cada decisão, ação ou documento elaborado constituem e consolidam a identidade institucional e precisam ser valorizadas na edificação histórica da instituição. Assim, a ligação com o passado é uma necessidade para que o presente seja sólido o suficiente para prosseguir rumo ao futuro. Nesse contexto, os registros audiovisuais são importantes e necessários instrumentos de memória externa. Então, o objetivo de registrar imagem e áudio, na Unitins, é contribuir com a formação de acervo da memória institucional. Esse trabalho, apesar de não revestido desta intencionalidade, vem sendo realizado desde a primeira teleaula do curso de Normal Superior oferecido pela Unitins, no ano 2000, e continuando com os demais cursos na mesma modalidade que vieram a seguir. Por contar com uma estrutura completa de gravação, produção e transmissão de conteúdo audiovisual, os registros foram, naturalmente, extrapolando as teleaulas e contemplanto eventos relativos à Universidade de forma geral: congressos, simpósios, jornadas de iniciação científica, seminários, colações de graus, participação da IES em eventos promovidos por órgãos públicos e/ou da iniciativa privada. Integrando-se a esses materiais ainda não devidamente catalogados e salvarguadados, a proposta da abordagem audiovisual no âmbito do projeto Memória Institucional é gravar depoimentos de pessoas com conhecimento e participação efetivas na trajetória dos últimos trinta anos da Unitins. Os depoimentos serão gravados com equipamento profissional *(broadcasting),* antecedidos de pesquisa e discussão entre os integrantes do projeto e arquivados, provisoriamente, no *google drive*. Em uma fase futura o acervo, já organizado ficará disponível ao público e servirá como relevante mediação entre a Unitins e a comunidade externa. Com uma memória institucional preservada, certamente a universidade terá mais visibilidade e credibilidade.

Palavras-chave: Registros audiovisuais; Acervo; Memória institucional; Unitins.

CULTURA E MEMÓRIA: POLÍTICAS PÚBLICAS CONSTRUÇÃO PERMANENTE

Luciélia de Aquino Ramos
Mestre em Comunicação e Sociedade pelo PPGCOM/UFT.
luaraquino@gmail.com

Resumo: O panorama de políticas públicas para a cultura no Tocantins ainda requer muito empreendimento para que sua estruturação alcance mecanismos que venham de encontro a um Sistema de Cultura que proporcione desenvolvimento a cadeia produtiva da arte e da cultura tendo os seus componentes do arranjo institucional implantados. As Conferencias Nacionais de Cultura, e o fomento as realizações nos estados e municípios foi um elo que trouxe a proposta dos sistemas de Cultura. Período que o órgão de cultura estava bem estruturado e o Conselho de Cultura cumprindo seus mandados de dois em dois anos. Em 2013 a Cultura teve sua estrutura

organizacional reduzida e ainda que tivesse um Conselho de Cultura formado a falta de articulação com os gestores, causou grande queda no que diz respeito a implementação de políticas e até manutenção daquilo já estava implantado, tendo desistência de membros eleitos da sociedade civil. Em 2015 foi criada a Secretaria da Cultura, período que o Conselho Estadual de Cultura trabalhou junto a gestão na organização da IV Conferência de Cultura do Tocantins, participaram representantes delegados dos municípios, ativistas e agentes culturais, produtores e artistas em oito eixos temáticos, das discussões geraram metas para o desenvolvimento de políticas culturais. Momento que culminou na aprovação do Plano de Cultura do Tocantins, que é um planejamento estratégico devendo ser elevado a marco regulatório. Foi neste período que se trabalhou o marco legal do Sistema de Cultura do Tocantins, publicada em 31 de julho de 2017 a Lei nº3252 SC/TO, que inclui a nova proposta de Conselho de Políticas Culturais e revoga a Lei 1.804, de 4 de julho de 2007. Do ano de 2014 a 2019 a gestão da cultura do estado passou por muitas transformações administrativas que causaram transtornos deixando uma lacuna as ações e fomento aos recursos do fundo cultural. Com a criação da ADETUC – Agencia de Desenvolvimento do Turismo, da Cultura e da Economia Criativa do Governo Estadual um novo impulso é alimentado e o Conselho de Políticas Culturais foi reestruturado. Entende-se que a Lei Aldir Blanc causou aceleração deste processo para atuação do Conselho de Políticas Culturais – CPC-TO para que os recursos chegassem ao seu destino. CPC/TO, órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade, com 28 componentes. É possível observar, no cenário atual, que o CPC-TO transita em atuar no que tange a demanda de recursos do Fundo Cultural do Tocantins (Lei 1402). Um fator preocupante é a dificuldade de preencher as lacunas dos representantes da Sociedade Civil nas Câmaras Setoriais. No universo de atuação é preciso atentar aos marcos regulatórios tão necessário as políticas públicas, as metas do plano de Cultura e sua relação com o Plano Plurianual, que valorize a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã, econômica, sem esquecer do patrimônio cultural de um povo que se revela entre o intangível e o tangível.

Palavras-chave: Políticas; Cultura; Conselho.

CULTURA, ARTE E MEMÓRIA: PROPOSTA PARA SER FORTALECIDA NA UNITINS

Albetania Pessoa de Sousa
Mestra em Letras Literatura (UFT), Proex/Unitins
albetania.ps@unitins.br

Kyldes Batista Vicente
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) - Proex/Unitins
kyldes.bv@unitins.br

Resumo: As políticas para a cultura ainda ocupam posição periférica na agenda da maioria das universidades, além de serem conduzidas de forma pouco profissional no âmbito do Estado. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público na vida cultural e, também, no pouco entendimento dos conceitos culturais por alguns agentes que assumem posição estratégica nos equipamentos culturais. Outra problamática, percorre na própria definição do que é cultura, uma vez que há os que pensam que o termo se refere somente às atividades intelectuais e artísticas, enquanto outros entendem a cultura de forma mais ampla, como os modos de viver, fazer e criar de indivíduos, grupos, povos e nações. Por ser mais abrangente, essa consepção engloba a anterior. A Constitição de 1988, estabelece que o poder público deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais, o mesmo que cidadania cultural. Em consonância com essa política, a Unitins, no ano de 2019, por meio de sua estruturação e do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, incluiu em sua organização a Coordenação de Programas e Projetos Culturais com uma normativa articulada com o conceito de cidadania cultural. Pautado nisso, foi institucionalizado o Programa de Cultura, Artes e Memória que, atualmente, abriga um quadro de projetos articulados com suas temáticas: Sarau Cultural, Memória Institucional, Vivências e Cultura em Movimento Conexão Unitins. Além disso, está em fase de estruturação normativa o Núcleo de Cultura, Artes e Memória -

NECAM, que visa a criação de grupos de estudos e debates sobre a diversas temáticas da cidadania cultural. Por meio desses equipamentos culturais, a Unitins pretende avançar na estruturação de sua política de modo a favorecer que a comunidade acadêmica e externa reconheça o direito à identidade e à diversidade de cultura, ao patrimônio cultual, autoral e ao intercâmbio cultural nas decisões de políticas culturais. Desejamos que a política cultural da Unitins contribua para o reconhecimento e apropriação do que é uma cidania cultural pela comunidade acadêmica que ecoe no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Cidadania Cultural; Políticas; Unitins.

DIFERENTES FORMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E O IMPACTO NA GESTÃO DE PESSOAL DOCENTE NA UNITINS

Vida Kamila Pinheiro da Conceição
Assistente Administrativa (Unitins), Estudante de Direito (UFT)
vida.kp@unitins.br

Resumo: Este trabalho propõe investigar os impactos das modificações na natureza jurídica da Unitins, no que diz respeito, principalmente, a gestão de pessoal docente. A curiosidade surge diante das diferentes formas de organização administrativa assumidas pela universidade ao longo dos seus pouco mais de trinta anos de existência. Neste cenário atípico em instituições públicas de ensino superior no Brasil, pergunta-se como se deu e quais as principais mudanças nas burocracias que comumente envolvem a contração de profissionais para execução do serviço público, bem como as consequências desses processos no serviço prestado pela universidade. A discussão se faz pressupondo que as diversas reestruturações inviabilizaram a construção de uma política de gestão com objetivos de longo prazo, que tem influência direta na estrutura organizacional atual. Com a análise das legislações que tratam das mudanças de regime jurídico da Unitins, relacionada com o estudo da contração de pessoal docente nos diferentes períodos, pretende-se compreender os principais aspectos da gestão de professores alcançados pelas decisões político-administrativas.

Palavras-chave: Natureza jurídica; Estrutura organizacional; Gestão de Pessoas.

HISTÓRIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS (1990-2020)

Livian Fernanda Batista Castanho
Graduanda, Universidade Estadual do Tocantins
livianbatista@unitins.br

Rafaela Costa Vidal
Professora Mestre, Universidade Estadual do Tocantins.
rafaela.cv@unitins.br

Resumo: O projeto para o Programa Institucional de Bolsas em Iniciação Científica denominado “História e preservação patrimonial da Universidade Estadual do Tocantins (1990-2020)” parte do trabalho fundamental da organização Universidade Estadual do Tocantins no processo de construção do estado e das mudanças que esta traz à sociedade tocantinense. Sendo a universidade uma instituição que contribuiu efetivamente na formação do Tocantins, é importante que sua história seja devidamente reconhecida e seu patrimônio preservado, trazendo para a comunidade um sentimento de pertencimento à instituição. Haja vista que a Unitins foi instituída com a criação do estado, não resguardar sua história e patrimônio implica em um esquecimento de um trabalho na área acadêmica que foi primordial para um novo estado. Sendo assim, o projeto de pesquisa busca, através de um trabalho analítico e investigativo, organizar a história da Unitins através de fontes do âmbito político,

administrativo, gerencial, midiático bem como através das produções científicas e orais entre os anos 1990 até 2020. Dessa forma, o projeto vem com o objeto de solidificar essa história e conservar seu patrimônio, trazendo um sentimento de orgulho a quem fez parte dessa trajetória e de pertencimento a quem deseja integrá-la.

Palavras-chave: História; Patrimônio; Unitins.

JANELAS PARA A HISTÓRIA INSTITUCIONAL: MEMÓRIAS SOBRE O ANTIGO CURSO DE HISTÓRIA DA UNITINS CAMPUS DE PORTO NACIONAL

Genilson Rosa Severino Nolasco
Doutorando em Antropologia pela (UFG)/NUTA/UNITINS
genilson.rs@unitins.br

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo apresentar minhas memórias sobre o curso de História da antiga Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), atual Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), memórias essas criadas quando fui aluno do curso ente os anos de 2002 e 2003. O curso de História foi criado em 1985 para fazer parte do conjunto de cursos ofertados pela extinta Faculdade de Filosofia do Norte Goiano (FAFING), que foi absorvida pela UNITINS no ano de 1990. Treze anos depois a estrutura do curso e nós, alunos, fomos absorvidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) quando esta foi encampada no ano de 2003, encerrando, assim, meu ciclo como aluno da UNITINS ao me integrar ao corpo estudantil da UFT. Desde o dia em que fui convidado para falar sobre esse assunto, fiquei submerso num poço profundo de memórias e da minha subjetividade, são memórias de um tempo que não tem volta, mas que estão presentes na minha vida e que revelam um olhar particular sobre a história daquele curso e da própria instituição. Há uma frase atribuída a Agostinho de Hipona que resume bem o valor que atribuo à memória, que é "a verdadeira vida é a memória" (*Magna Vis est Memoriae*), ou seja, não há vida sem a memória e não há memória sem a vida. Nesse mesmo caminho, Pierre Nora (1993, p. 09) argumenta que "a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências de repentinas revitalizações". Entendo, assim, que minhas memórias sobre o curso de História são como pequenas janelas cujas vistas nos permitem contemplar um pouco das memórias da própria instituição. Logo, sou levado a dizer que não há UNITINS sem as memórias que foram criadas pelos estudantes, professores, pelos técnicos administrativos, pelo contexto sociocultural em que cada campus foi inserido e pela própria instituição ao longo de mais de três décadas de atuação. A UNITINS tem passado, memórias, histórias e, acima de tudo, tem vida.

Palavras-chave: Curso de História; UNITINS; Memória.

MEMÓRIA DA UNITINS EM CONSTRUÇÃO

Marinalva do Rego Barros Silva
Doutorado em Artes. Proex/Unitins
marinalva.rb@unitins.br

Maria de Fátima Rocha Medina
Doutorado em Letras. Proex/Unitins
maria.fm@unitins.br

Resumo: Preservar a memória é um fator importante para as instituições, não apenas como exercício de registrar a história, mas como um meio de consolidar missão, valores e métodos. A memória institucional da Unitins, por exemplo, tem o propósito de consolidar costumes, tradições e valores que colaboram na construção

da identidade da organização, fortalecendo a imagem e o sentido de pertencimento de seus integrantes. O objetivo do projeto extensionista "Memória Institucional", em andamento, tem como objetivo identificar, sistematizar e disponibilizar o acervo da história da Unitins em perspectiva de passado e presente com projeção de futuro. Metodologicamente, já foram iniciadas várias buscas de documentos, fotos, audiovisuais, produções acadêmicas já existentes. Como também está programada a produção de um audiovisual com o panorama histórico da instituição. E foram aprovados quatro projetos de iniciação científica PIBIC/CNPQ 2021/2022. Desejamos que o desenvolvimento desse projeto de memória contribua decisivamente para fortalecer a imagem e o sentido de pertencimento dos integrantes da Unitins. E que registros históricos e processos do presente sejam resguardados de modo a garantir que, no presente e no futuro, a Unitins seja reconhecida como uma instituição fundamental na estruturação e desenvolvimento das pessoas que vivem no Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Registros; Memória Institucional; Unitins.

MEMÓRIA VISUAL: A UNITINS EM FOTOGRAFIAS/IMAGENS

Laureana Barbosa Carvalho
Graduanda em Serviço Social (Unitins).
laureanabarbosa@unitins.br

Heloisa Faustino Gama
Graduanda em Serviço Social (Unitins)
heloisafaustino15@gmail.com

Resumo: É importante a organização e sistematização da memória institucional para o reconhecimento interno e externo de determinada instituição. Este trabalho, que está no começo, tem por objetivo contribuir com a organização da memória institucional da Universidade do Tocantins (Unitins) por meio de fotografias/imagens que sejam parte da história da IES, no período de 1990 a 2020. É uma pesquisa documental com abordagem quali-quantitativa ao recolher imagens/fotografias em espaços digitais de domínio público e outras impressas que foram doadas ao projeto extensionista "Memória Institucional". A amostra a ser analisada será composta de fotografias/imagens registradas no período citado que sejam relevantes na constituição do acervo histórico da Unitins. As fotos recolhidas serão organizadas em pastas digitais de acordo com o tema e a cronologia e, na sequência, serão armazenadas no *Google Drive* até que seja desenvolvido um repositório institucional no qual serão abrigados e se tornarão parte do acervo da memória institucional da Unitins. Além disso, serão debatidas razões para possíveis reincidências e/ou raridades a partir do tratamento estatístico apresentado por meio de gráficos e/ou tabelas. Os dados organizados serão base para a escrita de relatórios, resumos expandidos e artigos científicos. Esperamos que esse trabalho possa impactar de forma positiva os envolvidos e aqueles que terão a oportunidade de conhecer a identidade histórica da universidade.

Palavras-chave: Memória; Fotografia; Unitins.

O CAIPIRITINS NA HISTÓRIA DO CÂMPUS PALMAS – UNITINS

Tais Bogo Monteiro da Silva
Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
tais.bm@unitins.br

Resumo: O Caipiritins é parte da história da Universidade do Tocantins ligado ao entretenimento. Inicialmente, era organizado por servidores do setor administrativo. Entretanto, passado um tempo, os acadêmicos encamparam a ideia e foram inseridos no projeto, no ano de 2013, na terceira sede do Câmpus, localizada na Av. Teotônio Segurado. O objetivo do Caipiritins no Câmpus Palmas/TO é promover a integração dos acadêmicos, docentes e servidores dos cursos presenciais do referido Câmpus e Sede Administrativa com a comunidade

local, por meio de atividades culturais e típicas de festas juninas, promovendo um resgate da cultura popular. Metodologicamente, esse é um evento que ocorre, anualmente, no mês de junho, no período das festas juninas. No I Caipiritins foi elaborado um projeto, na versão que atendia aos servidores da Unitins, ao ampliar a abrangência para os acadêmicos, na edição de 2016, foi elaborado pela Direção do Câmpus, um projeto com esse propósito. Em 2017 foi institucionalizada a identidade visual do Caipiritins Câmpus Palmas e em 2019 a edição contou com certificação pela PROEX. Desde que os alunos passaram a ser os protagonistas da festa manteve-se a proposta da arrecadação de fundos para as Comissões de Formatura, CA's e Atléticas e de alimentos para doação a instituições de caridade, sendo a primeira beneficiada o Abrigo João XXIII, em Porto Nacional. Sua última edição foi em 2019, em razão da pandemia do COVID-19. Como resultado, o Caipiritins tem se consolidado no decorrer dos anos e fortalecido os laços de universitários, professores, servidores do administrativo e da gestão, como também da comunidade externa. É um momento privilegiado de alegria, encontro, descontração, lazer e valorização da cultura das festas juninas. Assim, o Caipiritins faz parte da memória institucional da Unitins e como tal precisa compor o acervo da história.

Palavras-chave: Entretenimento; Caipiritins; Comunidade acadêmica; Unitins.

O CURSO NORMAL SUPERIOR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS-UNITINS

Alcides do Nascimento Moreira
Mestrado em Educação. Prograd/Unitins
alcides.nm@unitins.br

Willany Palhares Leal
Doutorado em Sociologia. Propesq/Unitins
willany.pl@unitins.br

Resumo: A memória histórica institucional pode ser entendida como o conjunto de atividades desenvolvidas por uma instituição no decorrer de sua existência, tais como os instrumentos normativos, os momentos e trajetória em que os sujeitos históricos realizam as suas ações, sedimentando a razão de ser de determinada instituição o que passa a refletir as diversas facetas históricas, muitas vezes hibridizadas por um processo dialético que, inegavelmente passa a compor as marcas da memória da instituição. O texto em tela apresenta um relato de experiência em que os autores vivenciaram no tempo e no espaço os momentos relatados. No caso do Curso Normal Superior, na então Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, foi um marco memorável, considerando o momento pelo qual a instituição passava. Em 2000, a UNITINS iniciou um novo processo de adequação com a criação da Universidade Federal do Tocantins que encampou o patrimônio imobiliário, imóveis, móveis, equipamentos, automóveis e a estrutura pedagógica, somando aí os cursos em funcionamento na instituição. Assim, na metade de 2000, começaram-se as discussões sobre a criação e a implantação do Curso Normal Superior – séries iniciais do ensino fundamental. Essa ação efetivou a criação e implantação do primeiro projeto de educação a distância para formação de professores da rede pública da educação básica no Estado do Tocantins. Em janeiro de 2001, foi realizado o primeiro vestibular para o curso Normal Superior na modalidade telepresencial sob o comando da parceria UNITINS, TV Palmas e SEDUC-TO. Foi celebrado contrato entre UNITINS e EDUCONT, em que a EDUCONT era responsável pela infraestrutura tecnológica e a universidade respondia pela estrutura pedagógica de ensino. Em fevereiro de 2001, foi realizado o primeiro processo seletivo para o Curso Normal Superior com 4.040 vagas. No segundo semestre do mesmo ano, a UNITINS lançou um segundo edital para mais 10.160 vagas, totalizando, assim, num único ano, 14.200 vagas distribuídas em 125 telessalas, em 262 turmas, em 121 dos 139 municípios do Estado do Tocantins, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Em 2003, por meio do Decreto estadual n. 1.841, de 4 de setembro, ocorreu o reconhecimento do Curso Normal Superior para as séries iniciais do ensino fundamental. Consolidou, assim, o início da educação a distância na modalidade telepresencial no Estado do Tocantins, realizado pela UNITINS e seus parceiros até 2011.

Palavras-chave: Memória Institucional; Normal Superior; Unitins.

O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NA UNITINS

Julienne da Silva Silveira
Mestranda em Literatura (UFT), graduada em Letras - Editora/Unitins
julienne.ss@unitins.br

Darlene Teixeira Castro
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) – Reitoria/Unitins
darlene.tc@unitins.br

Kyldes Batista Vicente
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) - Proex/Unitins
kyldes.bv@unitins.br

Liliane Scarpin S. Storniolo
Doutora em Arte Educação (Unesp) – Editora/Unitins
liliane.ss@unitins.br

Resumo: A Unitins tem tradição em produção de material didático e revisão de documentos institucionais desde 1990. Inicialmente, o nome do setor que realizava esse trabalho era denominado "Material Impresso", depois passou a ser "Publicações e Edições" e hoje, temos a "Editora Unitins", que teve seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho Universitário – Consuni, nº17, de 1º de outubro de 2021. A Editora também é responsável pelas publicações nas Revistas Humanidades e Inovação e Revista Extensão. A Revista Humanidades e Inovação foi criada em 2014 e teve sua primeira publicação em 26/09/2014. Atualmente, contamos com parcerias de universidades nacionais e internacionais. Neste ano foram publicados 620 (seiscentos e vinte) trabalhos, divididos em 22 (vinte e duas) edições, compostas de artigos, resenhas, relatos e entrevistas. A Revista Extensão foi reativada em 2018 com a primeira publicação digital de um volume impresso em 2008 com o objetivo de divulgar artigos, entrevistas, resenhas e relatos de experiência de extensão universitária. A edição v. 5 n. 2 (2021) comemora sua décima publicação. Estamos em fase de expansão com a publicação de editais para produção de e-books com conteúdos relacionados, especialmente, aos cursos oferecido pela Unitins.

Palavras-chave: História. Revistas. Editora Unitins.

TRAJETÓRIA DO NAPE NA UNTINS

Zaynne Cardoso de Freitas de Oliveira
Acadêmica do Curso de Serviço Social, Unitins, Câmpus Palmas.
freitaszaynne@unitins.br

Leda Santana de Oliveira Noleto
Mestranda em Educação/UFT, Docente Unitins, Câmpus Palmas, Serviço Social.
ledasant@hotmail.com

Resumo: Este trabalho registra a memória institucional Núcleo Psicossocial e Educacional (NAPE) vinculado a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). A trajetória para proposta de criação do Projeto com esboço realizado em março/2013, pela psicóloga Raquel Castilho Souza, vinculada ao curso de Serviço Social Presencial, a partir da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, criado pelo SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que no art. 3 – Inciso IX prevê políticas de atendimento aos estudantes como uma ação obrigatória das Instituições de Ensino Superior, com o objetivo de aprimorar o trabalho desenvolvido pelos acadêmicos, no sentido de promover o sucesso de ensino-aprendizagem e a integração de sua vida acadêmica. Além disso, a UNITINS em seus documentos institucionais

previa atividades acadêmicas e complementares referentes à Universidade, seus serviços, órgãos de apoio e complementares consubstanciados em sua estrutura acadêmica, conforme Estatuto Constitutivo da Fundação Universidade do Tocantins que prediz sobre a orientação psico-pedagógica do corpo discente e destaca a necessidade do apoio e orientação sociassistencial aos alunos. Vale ressaltar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012-2016 previa a inclusão de projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, Núcleo Docente Estruturante, Projeto de Nivelamento, inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicossocial extensivo aos docentes e colaboradores administrativos. Desse modo, a elaboração do projeto justificou-se pela necessidade de implantar o Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional (NAPE) na UNITINS, para atender às necessidades Institucionais, bem como fornecer subsídios para o desenvolvimento acadêmico, integração do discente e colaboradores no contexto universitário. Por conseguinte, em 2015 os atendimentos foram realizados como projeto piloto, enquanto a comissão instituída pela finada Reitora Elizângela Glória Cardoso, concluíam a documentação para institucionalização do NAPE. Este processo contou com apoio de docentes vinculados ao colegiado do Serviço social e no desenvolvimento das atividades para formalização do NAPE, como: Reformulação da Proposta de Implantação, elaborado pela Psicóloga Raquel em março de 2013; Elaboração do Regimento; Elaboração do Projeto e Regulamento do Concurso da Logomarca; Lançamento do Concurso da Logomarca do NAPE na V Semana Acadêmica da UNITINS/Câmpus de Palmas; Encaminhamentos do Concurso em andamento; Relatório quantitativo dos atendimentos da equipe Multiprofissional. Em 2018.1 houve mudanças dos profissionais que ao assumir, deliberou em sua primeira reunião sobre Questionário Socioeconômico a ser aplicado aos ingressantes pelo SISU, bem como a organização da acolhida para as turmas em 2018/2. Porém, o NAPE registra seu marco com a institucionalização e regulamentação pelo Consuni Nº36/ 2019.2 com publicação no diário oficial do Estado do Tocantins em dezembro/2019. Conclui-se que, oferecer serviço de apoio psicológico, social e educacional aos acadêmicos e colaboradores, significa dispor, possibilidades para pensar, construir uma percepção positiva para o longo da vida.

Palavras-chave: História; IES; Apoio; Psicossocial.

TRAJETÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NA UNITINS

Leda Santana de Oliveira Noleto
Mestranda em Educação/UFT, Docente Unitins, Câmpus Palmas, Serviço Social.
ledasant@hotmail.com

Resumo: Este trabalho registra a memória institucional do Curso de Serviço Social em Palmas – TO na atual Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). A trajetória do curso de Serviço Social inicia-se em 2007 por meio da Lei 874/96, de novembro de 1996, em que foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado. O Curso de Serviço Social foi um dos cinco primeiros cursos incorporado em 2007 que formaram a extinta Fundação Universidade do Tocantins. Sua origem remonta a modalidade EaD por meio da condução de parcerias interinstitucionais, abrindo novas turmas em vários estados brasileiros. No período de 2008 a 2009, o MEC desautorizou a oferta de novos cursos e abertura de novas vagas para os cursos em andamento na modalidade EaD. Assim, a comunidade acadêmica se mobilizou junto à sociedade civil para traçar novos caminhos para a universidade por meio de novos cursos presenciais. Em 2010, com o suporte da Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (Unitins, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), a instituição foi autorizada a oferecer cursos presenciais. Os Conselhos (Consepe e Consuni) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. Por aprovação unânime nas instâncias do Consepe, do Consuni e do Conselho Curador, (Resolução nº 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para 04 cursos presenciais, sendo um deles o de *Serviço Social,* com 40 vagas no período diurno. O Prédio de funcionamento das aulas era alugado e localizado no centro da cidade de Palmas. Com a entrada de novas turmas nos semestres de 2011.1 e 2011.2 houve a

necessidade de mudança para um espaço maior, que pudesse atender ao número de turmas formadas dos 04 cursos. Em 2012.1 houve a necessidade de um novo espaço e alugaram um prédio maior situado na Av. Teotônio Segurado. No ano de 2014.1 a entrada de estudantes na Unitins ocorreu pelo vestibular com oferta de 28 vagas e pelo SISU/ENEM de 12 vagas, totalizando 40 vagas. Por conseguinte, no ano de 2015.2 os cursos são transferidos para nova sede da Unitins, situada ao lado da Universidade Federal do Tocantins. A partir deste semestre a oferta de vagas para o curso de Serviço Social passou a ser apenas noturno, considerando perfil dos estudantes na maioria de trabalhadores. Pode-se afirmar que o curso presencial de Serviço Social da Unitins vivencia, atualmente, a sua fase de maturidade, celebrando inclusive curso de Pós-Graduação Lato sensu em Política Social e Direitos Humanos e composição do colegiado de mestre, doutores e uma mestranda em fase final.

Palavras-chave: História. Universidade. Curso. Presencial.

UNITINS E OS ESTÚDIOS TELEVISIVOS

Resumo: O presente estudo apresenta uma etapa da trajetória institucional da Universidade Estadual do Tocantins, Unitins, um período de sua história em que as aulas eram planejadas para serem ministradas ao vivo em estúdios de televisão. O propósito da pesquisa foi conhecer os investimentos e adaptações da Unitins ao buscar um outro modelo de ensino, o Ensino a Distância (EaD), onde os alunos se reuniam para assistir as aulas em polos educacionais, e o que mudaria no trabalho docente quando o planejamento pedagógico e a prática em sala de aula é migrada para estúdios de televisão. Como metodologia utilizou-se de pesquisa bibliografia e roteiro semiestruturado de entrevistas com os profissionais responsáveis pela direção dos estúdios. Entre os resultados foi possível perceber em diferentes dimensões, na infraestrutura: uma experiência de investimentos entre os setores público e privado para construção dos estúdios; no alcance: regiões sem perspectivas de ter uma instituição de ensino superior presencial passaram a tê-la pela EaD; e na atuação docente: professores se adaptavam pedagogicamente e esteticamente à linguagem televisiva para transmissão das aulas. Concluiu-se que os investimentos na criação dos estúdios televisivos na Unitins oportunizaram a ela, aos diretores e produtores de estúdio, coordenadores e professores do Ensino Superior, assim como aos alunos, a adaptarem suas formas de produzir, planejar e aprender, a partir da atuação entre profissionais da educação e comunicação.

Resumo: Televisão. Universidade Pública. Comunicação. Ensino à distância.

Coordenadora: Roseli Bodnar (Suplente)
Data: 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A FOTOGRAFIA COMO RECURSO NO ENSINO DE ARTES VISUAIS PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO A PARTIR DAS OBRAS DE PEDRO MOTTA

Josiene Gomes dos Santos
Pós-graduada/UFMG, Escola de Belas Artes, Ensino de Artes e Tecnologias Contemporâneas
josienegomesdossantos@gmail.com

Resumo: Este estudo aborda a importância da fotografia como recurso no ensino de Artes Visuais, e busca, através da elaboração de um material didático inspirado nas obras do fotógrafo mineiro Pedro Motta, evidenciar a importância de novas metodologias e práticas artísticas, por meio de atividades para a sala de aula. Como professora de Arte, lecionando na educação básica, percebo a necessidade em abordar um estudo no ensino-aprendizagem que atrele a fotografia ao ensino de Artes Visuais, contribuindo diretamente para experimentações e reflexões em sala de aula. O material conta com proposições que beneficiam a integração da materialidade e da fotografia, permitindo ampliar a percepção do olhar e da aproximação com metodologias em que a prática artística esteja presente. Na contemporaneidade, as novas formas de ver o mundo, mudam constantemente e a fotografia, portanto, teve o seu uso multiplicado e principalmente popularizado. Essa popularização precisa ser uma oportunidade para novas práticas de ensino em arte, visando principalmente favorecer o conhecimento e dar oportunidade de ampliação de repertorio afetivo e imagético dos alunos. O material didático-pedagógico produzido para este estudo foi desenvolvido para que seja usado nas minhas aulas, mas os desdobramentos deste podem ser diversos, uma vez que os alunos também contribuem para que novos usos aconteçam. Afinal, o material tem a sua construção inicial idealizada pelo professor, mas só assume uma forma quando seu uso acontece efetivamente. Daí em diante, é possível avaliar ajustes e propostas, bem como a sua flexibilidade. Mesmo com tantos desafios, a criação do próprio material didático-pedagógico desenvolvido pelo professor é possível, já que este conhece seus alunos e a comunidade em que estão inseridos, além de ter a oportunidade de associar temas e objetos que não sejam de conhecimento dos estudantes. Mesmo com a limitação de recursos, é importante pensar caminhos que permitem o processo de fruição, contextualização e produção que é tão fundamental para o ensino de arte.

Palavras-chave: Fotografia; Artes Visuais; Ensino.

ARTES E EDUCAÇÕES NO CONTEMPORÂNEO

Giuliano Maurizio Ronco
Mestre em Artes Visuais pela ECA-USP
gmr@usp.br

Resumo: Dentro do contexto contemporâneo da proliferação de câmeras de vídeo e distribuição descentralizada de imagens há algo a mais que ocorre quando a aula de artes é gravada em vídeo. Algo que supera o mero registro audiovisual. De acordo com Elliot Eisner, durante a realização de uma prática artística nos deparamos com uma espécie de "resistência" oferecida pela singularidade do material que nos coloca em sintonia com uma

espécie de "investigação qualitativa". Este tipo de processo envolve, de acordo com o autor, a sensibilidade, a imaginação, a técnica e a avaliação. Ou seja, dentro da lógica de entender o audiovisual (linguagem cinematográfica) como tela, espelho e janela o exercício de gravar e editar a própria aula de artes oferece ao educador uma experiência de imersão no próprio trabalho capaz de ter desdobramentos decisivos na sua prática pedagógica.

Palavras-chave: Arte; Audiovisual; Cinema; Educação.

Coordenadora: Mariany Almeida Montino
Data: Dia 10 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

LETRAMENTO E A MÍSTICA CULTURAL NAS ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS E ACAMPAMENTOS DO MST NO ESTADO DO PARÁ

Samuel Pereira Campos
samuel.campos@uepa.br

Isaias Lima Silva
isaiasteacher105100@gmail.com

Resumo: O presente trabalho faz uma abordagem da relação entre letramento e a mística cultural responsável pela formação da identidade dos alunos das escolas dos assentamentos e acampamentos do MST no Estado do Pará, mais precisamente no acampamento Dalcídio Jurandir, no Município de Eldorado dos Carajás, onde está localizada a Escola Municipal Carlito Maia. Esse artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica e da análise do trabalho docente que faço nesta escola desde agosto de 2016, onde pude perceber que há uma importância muito grande desse fenômeno chamado de mística cultural no processo de letramento e na formação da identidade dos alunos da escola Carlito Maia.

Palavras-chave: Letramento; Mística; Identidade.

Coordenadores: Thaís Almeida de Aguiar e Paulo Fernando de Melo Martins
Data: 11 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

CONSCIENTIZAÇÃO: UMA MEDIDA DE ATENÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Wesquisley Vidal De Santana
Mestre em Ensino em Ciências e Saúde (UFT). Integrante do GT-IEH/NedihProex/Unitins
wesquisley_santana@hotmail.com

Soely Kunz Cericatto
Mestre em Educação (UFT). Professora e Coordenadora do GT- Pieh/Nedih/Proex/Unitins
soely.kc@unitins.br

Resumo: Este trabalho tem como *objetivo* apresentar algumas reflexões acerca das medidas de atenção e combate à violência contra a pessoa idosa desenvolvidas pelo Grupo Temático - A Pessoa Idosa e o Envelhecimento Humano (GT-PIEH)do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Unitins em tempos de pandemia. Esta pesquisa é de relevância social, tendo em vista que o combate a violência é uma medida necessária e se mostra essencial para maior prevenção e proteção da pessoa idosa. No entanto, conforme descrição abaixo, a realização das atividades foi ajustada de modo a atender a realidade do momento, e as atividades previstas foram realizadas com êxito. Partindo da ideia de que muito se tem a fazer em prol da pessoa idosa no estado do Tocantins principalmente nesse momento de isolamento Social em virtude da pandemia, a coordenação e integrantes do Grupo Temático não mediram esforços, e partiam para elaboração de uma cartilha sobre a "Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa" essa cartilha foi elaborada com o objetivo sensibilizar as pessoas sobre o significado da violência, tipos de violências contra a pessoa idosa, alertando sobre algumas formas de prevenção, pois é nosso dever enquanto Instituição e cidadãos "Valorizar, respeitar, proteger a Pessoa Idosa" e não permitir a violação dos seus direitos. Para a *fundamentação,* utilizou-se do Estatuto do Idoso, cartilhas e produções sobre a temática publicados na Internet. Para metodologia e desenvolvimento desse trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa descritiva, tendo como base o Estatuto do Idoso, Cartilhas, Ebook, artigos e produções sobre a temática publicados na Internet entre outros. Os *resultados* possibilitaram *concluir* que essa iniciativa se constitui em uma medida de referências que merece destaque, pois as ações promovidas pelo grupo temático em linhas gerais superaram as expectativas, e fizeram e farão grande diferença, pois na cartilha disponibilizada na página da Unitins apresenta as principais informações para que a pessoa idosa possa se proteger e buscar ajuda em casos de violência. Já as pulseiras distribuídas na IES e em outras Instituições na semana de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, serviram como uma forma de apoio e alerta a comunidade sobre a importância da prevenção do combate a violência contra a pessoa idosa. *Conclui-se* que, é por meio de ações como essas é que iremos ultrapassar barreiras e construir um legado inesquecível para nossos idosos. Vamos juntos combater a violência contra a pessoa idosa, vamos tornar a pessoa idosa protagonista de nossas ações. Diga não à violência contra a pessoa idosa, seja ela física, psicológica, sexual, emocional, financeira, negligência ou abandono.

Palavras-chave: Combate à violência; Pessoa Idosa; Pandemia.

ENVELHECIMENTO HUMANO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Eliane Lima do Nascimento Borges
Especialista em Políticas Públicas e Gerontologia (IPEMIG)
elianenascto27@gmail.com

Soely Kunz Cericatto
Mestre em Educação (UFT). Professora e Coordenadora do GT- Pieh/Nedih/Proex/Unitins
soely.kc@unitins.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma breve reflexão referente a palestra "Envelhecimento Humano e Gerontologia" realizada pelo Grupo Temático - A Pessoa Idosa e oEnvelhecimento Humano do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Unitins em tempos de pandemia. Este evento foi organizada com objetivo evidenciar, disseminar conhecimentos sobre a temática, para alunos, professores, profissionais da área, comunidade externa, idosos e para integrantes do grupo, umavez que o envelhecimento populacional é um fenômeno social pelo qual o mundo inteiro está passando. Diante dessa realidade, faz-se necessário a promoção constante de momentos de sensibilização, reflexão e divulgação de informações sobre envelhecimento humano. Por isso, buscou-se por meio desse estudo apresentar algumas reflexões e decorrentes desse evento considerado fundamental para ampliação dos conhecimentos. Para metodologia edesenvolvimento desse trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa descritiva, tendo como base livros, revistas, artigos e produções sobre a temática publicados naInternet, cuja a técnica utilizada foi a análise do projeto e do relatório do evento realizado, e também da palestra proferida, e de informações advindas das experiências vividas no grupo supracitado. Em virtude do corona vírus as atividades do grupo temático estão sendo realizadas via *Google Meet,* mas é importante destacar que o distanciamento social não tem inviabilizado as atividades/ações. Os resultados dos estudos e pesquisas mostram que a palestra proferida foi considerada de grande relevância, pois as palestrantes esclareceram o que é o envelhecimento? os tipos de envelhecimento, o que é velhice? o que estuda a gerontologia? o papel do gerontólogo e onde ele pode atuar. No geral a palestra foi avaliada como muito importante, poisas palestrantes esclareceram que o envelhecimento é um processo natural, e que nessa fase da vida ocorrem mudanças biopsicossociais específicas, associadas à passagem do tempo e que pode variar de pessoa para pessoa, e que essas mudanças são determinantes tanto por fatores internos, quanto pelo estilo de vida, pelas características do meio ambiente e pela condição de saúde de cada um. Esclareceram também, os tipos de envelhecimento biológico; social, psicológico. Destacaram que para ter um envelhecimento saudável é necessário adotar hábitos adequados, tais como: alimentação saudável, prática de atividade física, não fumar e evitar o consumo de bebidas alcoólicas, além de manter uma rotina regular de sono e descanso. Diante do exposto, conclui-se que, mesmo em tempos de isolamento social, o grupo temático conseguiu atingir seus objetivos pois este tipo de evento deve ser estimulado, pois proporcionam as pessoas a oportunidade para ampliar os conhecimentos e um caminho para interagir com a comunidade externa em tempos de isolamento social. Poderíamos elencar aqui inúmeras outras contribuições referentes à palestra proferida, mas as evidências aqui relatadas são suficientes para comprovar que eventos como esse, mesmo em tempos de pandemia se constituem em um caminho para ampliar e socializar conhecimentos. A intenção foi, contribuir para o crescimento e fortalecimento dessa temática e socializar essa iniciativa, pois acreditamos que é por meio de eventos e ações como essas é que vamos promover transformações e mudanças significativas em relação a esse segmento.

Palavras-chave: Envelhecimento Humano; Gerontologia; Grupos Temático.

O ISOLAMENTO SOCIAL E ISOLAMENTO AFETIVO NO PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19 VIVENCIADOS PELAS PESSOAS IDOSAS: O USO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE AJUDA.

Bruna Patrícia Ferreira Pinto
Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT)
brunapatricia03@gmail.com

Vinícius Pinheiro Marques
Doutor em Direito (PUC/MG). Professor da Universidade Federal do Tocantins
viniciusmarques@uft.edu.br

Resumo: Com a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), a qual tomou proporções globais no início de 2020, os direitos da pessoa idosa foram temas de discussões e ações voltadas para a proteção e efetivação das garantias inerentes a este grupo social. Os idosos foram considerados como integrantes do grupo de risco ao contágio da Covid-19, ante ao isolamento social, principal forma de evitar a disseminação do vírus. Nesse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo destacar a diferença entre o isolamento social e isolamento afetivo e o uso da tecnologia como instrumento de ajuda no período pandêmico. Para tanto, utilizou-se o método de pesquisa qualitativo e os procedimentos técnicos adotados foram pesquisa documental e bibliográfica. Após as leituras e debates sobre a temática, identificou-se que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que aos idosos é garantida sua participação na comunidade, a dignidade e o bem-estar, assegurando o direito à vida. Ressalta-se que por mais que os idosos estejam inseridos no rol daqueles mais suscetíveis a desenvolver a forma grave da doença, estes não devem sentir-se isolados afetivamente dos seus familiares e amigos, como sinônimo de distanciamento social. Com base nisso, destaca-se o crescimento do uso dos dispositivos de tecnologia por essa parcela da população durante o período de pandemia, seja para se conectar e interagir com seus filhos, netos e amigos, bem como, para realizar compras, se informar e estudar. A título de conclusão tem-se que problemas relacionados às condições de vida de idosos durante a pandemia de COVID-19, devem ser vistos como prioridade, diante do aumento de doenças psicológicas, sentimentos de abandono, problemas estruturais de luto e estigma da velhice, do qual se agravaram nesse momento, de forma que esse grupo diante do distanciamento social necessita de acolhimento afetivo, no qual a tecnologia encontra-se como aliada a minimizar essas barreiras.

Palavras-chave: Idoso; Isolamento afetivo e social; Tecnologia.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Fábio Oliveira Costa
Acadêmico do Curso de Direito, Unitins, Câmpus Dianópolis.
fabiocosta4789@gmail.com

Leda Santana de Oliveira Noleto
Mestranda em Educação/UFT, Docente Unitins, Câmpus Palmas, Serviço Social.
ledasant@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de descrever a experiência obtida na realização da palestra *Tipos de violência contra a pessoa idosa e seus agressores*, promovida pelo grupo temático "Pessoa Idosa e Envelhecimento Humano", vinculado ao Núcleo de Estudos em Direitos Humanos da Unitins, da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex). A atividade extensionista foi realizada no dia 15 de junho de 2021, por meio da plataforma *Google Meet*, em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa. A palestra contou com a participação de aproximadamente quarenta pessoas, entre acadêmicos, docentes, e comunidade, sendo ministrada e mediada por integrantes do grupo temático, a ação teve como finalidade evidenciar e compartilhar conhecimentos sobre as formas de violência contra os idosos, que

aumentou significativamente com o isolamento social ocasionado pela pandemia de covid-19, bem como apresentar quem são os agressores. Devido aos efeitos causados pela pandemia, as universidades implementaram novas estratégias para continuar difundindo conhecimento, com observância às recomendações de isolamento e distanciamento social. Nesse viés, a extensão institucional buscou utilizar recursos tecnológicos para potencializar os debates e ações de relevância social. Assim, a atividade foi desenvolvida de modo virtual respeitando as orientações de enfrentamento ao novo coronavírus. Entende-se que houve positivo impacto da atividade, vez que foi possível apresentar aos partícipes informações sobre os tipos de violência contra a pessoa idosa, seus agressores, bem como os mecanismos de prevenção e combate. Por conseguinte, é relevante destacar que essas ações são de grande relevância para contribuir com o enfrentamento das violações de direitos em desfavor da pessoa velha. Ademais, a atividade extensionista contribuiu com a democratização do conhecimento acadêmico e, ainda, permitiu aos acadêmicos e docentes organizadores a atuação prática e conjunta. Por fim, sugere-se a continuação de ações que abordem o tema, pois a difusão de informações é necessária para minimizar o problema abordado.

Palavras-chave: Extensão; Idoso; Palestra; Violência; Virtual.

Coordenadoras: Mariléa Borges e Maria Helena Cariaga
Data: 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

MAPEAMENTO COMO FERRAMENTA DE TRANSPARÊNCIA: A RELAÇÃO DAS PARCERIAS-PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Rafaella Tosi da Rosa
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
tosirafaella@gmail.com

Leonardo Dorneles Golçalves
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
dorneles05@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa o mapeamento das parcerias público-privadas na educação básica nos municípios do Rio Grande do Sul, assim como a disponibilização das informações educacionais adquiridas em um banco de dados. Com as mudanças no âmbito da política educacional, novos questionamentos são impostos, urgindo a necessidade de compreensão por parte dos pesquisadores e estudiosos da área. A proposta de pesquisa se iniciou da dificuldade de obtenção das informações necessárias para dar suporte às investigações acerca dos processos de inserção de setores privados com ou sem fins lucrativos na educação pública. Sendo assim, a pesquisa parte do seguinte problema: Quais são as parcerias público-privadas existentes nos municípios do estado do Rio Grande do Sul e suas relações com a caracterização geral e educacional local. A relevância da pesquisa consiste em utilizar o mapeamento como um meio de políticas públicas, transparência e democratização da educação no estado, visto que possibilita o conhecimento de projetos, ações e programas no campo das instituições públicas.

Palavras-chave: Parcerias Público-Privadas; Mapeamento; Educação.

ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO CICLISTAS NA CIDADE DE PALMAS/TO NOS ANOS DE 2019 E 2020

Camila Rufino Lima
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

João Pedro Brandão da Silva
Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

Mahbio Alves Gomes
Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

Myriã Marinho Ventura
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

Pedro Lucas Coelho
Acadêmico do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

Renata da Silva Blasius
Acadêmica do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo em Palmas/TO

Resumo: Com o crescimento populacional o espaço que parecia gigante se tornou pequeno, o trânsito que fluía engarrafou, a poluição aumentou, como tantas outras consequências que o aumento populacional gera, quando ocasionado de forma desenfreada em lugares despreparados (não planejados) para tanto. Para a execução do projeto utilizou-se o método indutivo, partindo de uma análise micro para uma análise macro do tema proposto. Tratando-se da natureza da pesquisa, caracteriza-se como básica, a qual será confeccionada por meio da abordagem qualitativa. Tocante aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Os procedimentos adotados para o desenvolvimento do projeto foram o bibliográfico, por meio do estudo da lei e consultas em sites governamentais, e o método de entrevista semiestruturada, com base em bate-papos/entrevistas, os quais foram transformados em um podcast. O objetivo geral do presente artigo é analisar as características da estrutura urbanística da cidade de Palmas/TO, tendo em vista os acidentes de trânsito que tiveram ciclistas como vítimas fatais na cidade de Palmas/TO, nos anos de 2019 e 2020. Já os objetivos específicos consistem na verificação quantitativa dos acidentes de trânsito que tiveram ciclistas como vítimas fatais na cidade de Palmas/TO, nos anos de 2019 e 2020, na análise do projeto urbanístico da cidade de Palmas/TO quanto aos espaços reservados para uso exclusivo de ciclistas, verificação dos obstáculos enfrentados pelos três perfis de ciclistas (trabalho, esporte e hobby) para um bom e seguro uso das vias e na análise da legislação protecionista do ciclista, em nível nacional, estadual e municipal. Apesar de Palmas ter sido projetada, a cidade ainda não possui um plano de mobilidade urbana. O plano de mobilidade urbana é algo bastante complexo e que demanda muito estudo sobre a cidade, um dos principais motivos de até hoje não existir. Com relação a ocorrência de tantos acidentes de trânsito envolvendo ciclistas na cidade de Palmas, principalmente no período de 2019/2020, a convidada informou que eles ocorrem por diversos motivos, desde a forma de andar com a bicicleta até a falta de fiscalização do freio que o motorista de veículo automotor não fez. Por fim, verificou-se que no ano de 2019, dentro do perímetro urbano, cinco ciclistas foram vítimas fatais de acidentes de trânsito, e no ano de 2020, três ciclistas morreram. E que os ciclistas enfrentam muitos obstáculos nas vias da cidade, falta de sinalização adequada, pouco espaço destinado especialmente aos ciclistas, a velocidade alta dos veículos automotores, entre vários outros pontos problemáticos. Por último, quanto ao projeto urbanístico da cidade de Palmas observou-se que a sua estrutura não é totalmente inadequada, o que pode se aferir é que ela não foi construída, com relação aos espaços destinados aos ciclistas, sendo pensada no quesito da mobilidade urbana, tornando as poucas infraestruturas criadas para os ciclistas pouco úteis, pouco utilizadas.

Palavras-chave: Ciclismo; Mobilidade urbana; Segurança; Acidentes de trânsito.

APORTES LEGAIS DO ESTÁGIO E DA SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Magnólia Pereira da Silva Moura
Assistente Social. Mestranda em Serviço Social (UFT)
magsocial2@gmail.com

Mariléa Borges de Lima Salvador
Doutora em Serviço Social. Professora da Universidade Federal do Tocantins
mborges@mail.uft.edu.br

Resumo: O presente trabalho remete à legislação do estágio supervisionado no Serviço Social brasileiro, debatida na perspectiva do projeto ético-político da profissão no Curso de Aperfeiçoamento em Serviço Social – "A Supervisão em Serviço Social: Reflexões Atuais", na realização de Módulo intitulado: "Os Aportes Legais do

Estágio e da Supervisão". Com o objetivo de reexaminar a legislação brasileira do Serviço Social que embasa o estágio e supervisão sob a direção do Projeto Ético-Político da profissão, operacionalizado na realidade das Instituição de Ensino Superior - IES e nos espaços sócio ocupacionais tocantinenses. Como metodologia, explorou-se a temática em encontros reflexivos, com debates e dinâmicas de facilitação da aprendizagem em grupo, além da discussão do cotidiano do estágio e da supervisão dos assistentes sociais participantes. Ao final do módulo concluímos que a legislação é o aparato de defesa da profissão diante das pressões da ordem capitalista às políticas sociais e seus usuários, tendo a supervisão de estágio como estratégia operacional de avaliação do exercício profissional e o ordenamento do estágio em aprendizado democrático e participativo na formação do assistente social.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Legislação de Estágio; Projeto Ético-Político; Espaços Sócio ocupacionais.

UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS DE ARAGUATINS-TO ACERCA DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Andrea Pereira da Conceição
Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional/ Unitins/ Campus Augustinopolis.
andrea.pc@unitins.br

Mirela Maria Campos Barros
Bacharel em Ciências Contábeis/ Unitins/ Campus Augustinopolis
mirelamariabarros@gmail.com

Ana Paula Monteiro de Oliveira
Professora Pesquisadora/ Unitins/ Campus Augustinópolis
anna.pm@unitins.br

Resumo: Desde os primórdios a contabilidade faz parte da vida dos seres humanos no que tange a contabilização do patrimônio, ao contrário de sua utilização antiga hoje ela não só contabiliza os fatos econômicos- financeiros como permite os usuários tomar decisões assertivas baseadas em informações seguras. Pode-se perceber isso com a sua evolução para acompanhar as necessidades legais físicas e jurídicas. As empresas hoje se tratando de grande ou pequeno porte como as micro e pequenas empresas requerem de atribuições do profissional contábil devidamente habilitado para dar suporte não só fiscal como também contábil, em contrapartida é importante que os micro e pequenos empresários tenham a concepção que a atribuição do profissional contábil é de suma importância, podendo contribuir diretamente com o sucesso e permanência do empreendimento no mercado. Desta forma, o presente trabalho visa apresentar a dada importância das atribuições do profissional contábil diante da visão dos micro e pequenos empresários, demonstrando que a atribuição do mesmo vai além da criação, legalização e elaboração da escrita fiscal e contábil. O presente trabalho apresenta a seguinte problemática: Qual a concepção dos micro e pequenos empresários acerca das atribuições do Profissional Contábil? O objetivo é o de demonstrar a concepção dos micro e pequenos empresários de Araguatins-TO, acerca das atribuições do profissional contábil. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa quantitativa com objetivo descritivo e embasamento bibliográfico, sendo o mesmo elaborado através de procedimentos técnicos de pesquisa de campo. Deste modo a coleta dos dados para a elaboração da pesquisa foi realizado por meio de um questionário objetivo, direcionado aos micro e pequenos empresários. Verificou-se que os micro e pequenos empresários compreendem a importância das atribuições do profissional contábil e da contabilidade como um todo para a gestão da empresa, entretanto não as utilizam em sua maioria, dando ênfase para as que concerne com as obrigações fiscais.

Palavras-chave: Atribuições contábeis, Contador, Empresas.

Coordenadoras: Frank de Sousa Santos e Débora Cristiana A. S. de Albuquerque
Data: 11 e 12 de novembro de 2021, 14h00 as 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A ESPACIALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS E SUA CONTRIBUIÇÃO COMO SUPORTE HISTÓRICO-PEDAGÓGICO PARA A MELHORIA DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE XINGUARA - PA.

Maria José Pereira da Silva
Mestranda em Letras (UFT). Bibliotecária-Documentalista (UNIFESSPA)
maria.jose@unifesspa.edu.br

Eliane Miranda Machado
Doutoranda em Letras (UFT). Secretária Executiva (UNIFESSPA)
elianemiranda@unifesspa.edu.br

Débora Maria Oliveira Costa
Graduanda em Licenciatura Plena em História (UNIFESSPA)
debymaria@unifesspa.edu.br

Resumo: O arquivo tem uma função importante na vida de uma sociedade, tanto a parte de seu conteúdo, que vem desde coisas simples do cotidiano, quanto as suas lembranças sobre acontecimentos de um grupo no âmbito coletivo ou individual. Portanto é necessário destacar que as informações existentes nestes arquivos servem de fontes para o desenvolvimento de estudo e pesquisas. Os arquivos têm documentos que servem para entender a sociedade e sua maneira de funcionar, sendo possível ainda compreender sua complexidade e suas especificidades. É possível, desse modo, compreender este espaço como um lugar de memória e história, que vem sendo apropriado desde então de diversas formas e para os mais variados fins. Em vista disso, o presente projeto visa colocar os alunos das escolas públicas em contato com os arquivos públicos, com a história dessas entidades, seus acervos e a relação de sua atuação com a preservação da memória histórica e cultural da cidade de Xinguara-PA. A difusão educativa dos arquivos compreende-se pelo reconhecimento da importância que os seus acervos têm, pelo poder da visibilidade que eles conferem aos acontecimentos do passado e aos fenômenos sociais. Há uma enorme potencialidade na utilização do patrimônio documental dos arquivos no ensino-aprendizagem da História da Educação, pois mais do que ensinar, os documentos manuscritos podem prender a atenção dos alunos, favorecer a capacidade reflexiva e a capacidade de transferir os conhecimentos. Com efeito, o aluno que exercitar a capacidade de ler um documento antigo e relacionar o seu conteúdo com outros textos, contextualizando-o historicamente, estará, sem dúvida, ampliando (cognitivamente) a capacidade de pensar e construir saberes. Com isso, não nos esqueçamos que um arquivo que não sabe alimentar nos mais pequenos o gosto pela memória, não estará cumprindo uma das suas funções, nesse caso especial, aquela que salva-guardaria o seu próprio futuro.

Palavras-chave: Arquivo público; Ensino-aprendizagem; História.

A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL (UEMS): CONCEITO, BREVE PERCURSO HISTÓRICO E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.

André Luiz de Souza Garcia
Mestrando em Letras (UEMS)
andreluiz.garcia2@gmail.com

Neurivaldo Campos Pedroso Junior
Pós-Doutor em Letras. Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
npedrosojunior@yahoo.com.br

Resumo: A política de formação de professores é uma ferramenta de extrema relevância para o sucesso da educação pública no Brasil e, no âmbito deste trabalho, para a formação de professores de línguas. A partir desse entendimento, é possível considerar que os meios que possibilitam que a formação docente tenha qualidade são de fundamental importância para a qualificação dos professores em formação. Por isso, o Programa de Residência Pedagógica (PRP) é uma política que encontra na formação docente o seu espaço de relevância, tendo em vista que é durante a realização das atividades do PRP que os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês e suas Literaturas e Licenciatura em Letras Português/Espanhol e suas Literaturas, enquanto residentes, têm a possibilidade de exercer a prática do ensino de Língua Portuguesa e de adquirir o conhecimento da realidade escolar em seus mais diversos e complexos aspectos, desde aqueles que envolvem o ensino da Língua até as questões de âmbito administrativo de possibilitam a execução da educação enquanto política pública. A partir do exposto, o presente trabalho tem por finalidade trazer o conceito geral do Programa de Residência Pedagógica, seu percurso até a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul com evidência para o ensino de Língua Portuguesa como principal exercício dos residentes. Para tanto, são expostos os aspectos legais de formulação do PRP e do ensino de Língua Portuguesa, alguns exemplos de residências pedagógicas pelo Brasil e a constituição do programa na UEMS.

Palavras-chave: Educação; Residência Pedagógica; Formação de professores; Língua Portuguesa.

ACCOUNTABILITY EM EDUCAÇÃO: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

Ana Cléia Gomes da Silva
Mestranda em Educação- PPGE/UFT
anacleiag@mail.uft.edu.br

Rosilene Lagares
Doutora em Educação, Docente do Curso de Pós-graduação em Educação da UFT
roselagares@uft.edu.br

Resumo: Com o tema *accountability* em educação, o trabalho tem por objetivo discutir questões atinentes à *accountability* em educação em uma perspectiva democrática e as pressões contrárias a sua materialidade. Assentados na revisão de literatura, aborda aspectos conceituais do tema, realçando as bases para a materialização da *accountability na referida perspectiva, assim como os tensionamentos que perpassam essa discussão.* A *accountability* em uma perspectiva democrática vem ao encontro do debate a respeito de governos porta-vozes dos ideais emancipatórios e democráticos, sendo que sua materialidade dependerá do ideário político dos governos, assim como as conjunturas sociais e políticas, e será tensionada pela perspectiva gerencial. A abordagem que aqui se privilegia procura acrescentar alguns argumentos teórico-conceituais para problematizar a ideologia gerencialista dominante que tem feito prevalecer uma *accountability* baseada em resultados mensuráveis.

Palavras-chave: Política educacional; Gestão da educação; Gestão democrática da educação; *Accountability* gerencial; Governo democrático.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SALAS DE APOIO NA PROMOÇÃO DO AUTO CUIDADO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA (TEA) – REVISÃO DE LITERATURA

Isabelle Gomes do Nascimento
Enfermeira, Universidade Paulista - Palmas –TO
isabellegn.enf@gmail.com

Resumo: Todos os indivíduos necessitam interagir com outros e com o meio ambiente desde o princípio de suas vidas, um processo importante para que seu desenvolvimento ocorra da forma esperada. Quando bebês, a todos os momentos recebemos estímulos que vão contribuir para que sejam adquiridas habilidades, tais como conseguir erguer o pescoço, rolar, começar a engatinhar, ficar sentado e até falar. Crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) vão apresentar déficits na aquisição de uma ou mais aptidões que deveriam estar presentes ao longo do seu processo de desenvolvimento. Alguns estudos revelam prognósticos positivos quanto a aquisição da linguagem verbal, melhor relacionamento interpessoal, autonomia, entre outras habilidades que foram reforçadas de maneira positiva quando houve intervenções precoces, principalmente em crianças diagnosticadas com TEA. Pretende-se com esse trabalho realizar uma revisão de literatura, coletando dados referentes a prestação de assistência de enfermagem em salas de apoio que promoveram autocuidado para crianças diagnosticadas com TEA, reunindo produções onde podem ser evidenciadas melhorias em amplo aspecto de suas vidas e na autonomia de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista, contribuindo positivamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, no intuito de trazer melhor qualidade de vida para todos os envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação Especial; Autocuidado; Cuidados de enfermagem; Educação em Saúde; Enfermagem.

O USO DO LÚDICO COMO METODOLOGIA NO ENSINO DE FÍSICA, NO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO, PARA ALUNOS COM BAIXA VISÃO: UM ESTUDO DE CASO

Itamara de Souza Lima
Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FAADEMA)
itamara.souzalima@gmail.com

Pedro Gilvan Everton Maciel
Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FAADEMA)
pedrogilv@gmail.com

Frank de Sousa Santos
Doutorando em Letras (UFT). Professor (FAADEMA)
prof.franksousa@gmail.com

Resumo: Estudos sobre Educação Inclusiva têm mostrado novas metodologias de inserção deste público em salas regulares de ensino. Entretanto, é nítida a "carência" de estudos sobre a inserção de pessoas com baixa visão ou cegas neste espaço. Assim, o presente artigo visa reportar a importância da inclusão deste público. Apresentando um estudo de caso feito com aluno com baixa visão do 2º ano do Ensino Médio, durante as aulas de Física. O estudo é pautado a partir da dificuldade no ensino de Física para alunos com baixa visão ou cegueira. Neste contexto, este artigo traz conceito de deficiência visual, formas de atendimento especializado e, por fim

análise, da metodologia proposta. Contudo, faz-se necessário o aprofundamento desta temática, bem como a divulgação de dados obtidos para que incentive outros docentes.

Palavras-chave: Lúdico; Ensino de Física; Ensino Médio; Baixa visão.

O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM QUALITATIVA: UM ESTUDO NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JEAN PIAGET EM PARAUAPEBAS - PA

Raimundo Santana
Especialista em Educação Especial e Inclusiva (FAADEMA
rsraikelvison@gmail.com

Frank de Sousa Santos
Doutorando em Letras (UFT). Professor (FAADEMA).
prof.franksousa@gmail.com

Resumo: A escola sempre teve papel fundamental na civilização, e hoje além de ensinar para a cidadania e para o trabalho, tem também a responsabilidade de repassar valores fundamentais para o indivíduo. O presente estudo teve como objetivo analisar o papel da escola e da família frente à aprendizagem dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da EMEF Jean Piaget, em Parauapebas. Como família e escola se ajudam, até onde e quais as responsabilidades que cada um desses entes – família e escola – assumem em face da construção de valores, atitudes positivas e da formação efetiva da escolarização das crianças. Para dar conta desse intento, o presente estudo foi conduzido a partir do cunho metodológico quantitativo, voltado a um levantamento de campo (*survey*). Para coleta de dados utilizamos um questionário com perguntas abertas e fechadas para os professores e a equipe técnico-gestora da escola e um questionário com perguntas fechadas para pais/responsáveis e alunos, esses foram visitados em suas residências. Os resultados apontam que, de fato, família e escola são dois importantes e imprescindíveis elos de uma construção qualitativa da educação que se propõe: nem família sozinha e nem escola sozinha dão conta de tamanha responsabilidade. É preciso que haja e se fortaleça a parceria entre ambas as instituições. Assim, constata-se que a relação família e escola é imprescindível para aprendizagem dos alunos, atuando de forma efetiva na formação de sujeitos capazes de atuarem positivamente em face dos problemas e desafios da vida moderna: quer seja no âmbito individual ou profissional, fortalecendo o convívio social.

FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL: JOVEM NEGRA NO MUNDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Eliane Pinto Teixeira
Mestranda em Educação (UFT)
eliane.teixeira@uft.edu.br

Resumo: O presente resumo aborda a formação acadêmica da docente e discente Eliane Pinto Teixeira, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Arraias Tocantins. Iniciou os estudos em 2014 vendo-os como leque de possibilidades para crescimento pessoal e profissional. A Universidade proporcionou o reconhecimento e a descoberta como mulher negra e contribuiu para sua formação política. E com isso, ambientou sua pesquisa de conclusão de graduação no Distrito do Príncipe - Município de Natividade-Tocantins sobre a Lei 10.639/2003 como uma forma de pertencimento e valorização do contexto do qual é pertencente como um retorno para sua comunidade de origem. Mas passou por um doloroso período de depressão, entretanto, nesse tempo teve acesso a uma rede de apoio. E participou de um dos momentos importantes para a construção de sua própria história, e para sua formação acadêmica e social também, o movimento ocupa UFT Arraias, foi de muito

aprendizado e emancipação discente. O mundo da Universidade abriu possibilidades para viver cada processo e momento com seriedade e objetivo, e foram várias as participações dentro do Movimento Estudantil, por meio de bolsas de estudo, eventos, viagens e outros, nesse percurso o crescimento foi acontecendo e preparando para viver tudo aquilo que uma jovem negra sonha e precisa em uma sociedade preconceituosa e excludente. Ela confessa que os medos foram indo embora à medida que a vontade de vencer era maior, após a conclusão do Curso de Pedagogia veio a posse de um concurso municipal na Cidade de Gurupi-TO, duas pós-graduação e na atualidade, o tão sonhado mestrado. Concluiu-se que quando uma mulher negra aproveita as possibilidades de ocupar espaços de poder e rompe com a realidade de que, enquanto mulher negra não poderia estar em todos os lugares e não tem voz e vez, e acaba abalando toda uma estrutura econômica, social e política e de fato é isso que as mulheres negras precisam fazer sempre: conquistar todos os espaços possíveis.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Mulheres Negras; Movimento Estudantil.

GESTÃO DE PESSOAS E SÍNDROME DE BURNOUT: ANÁLISE REALIZADA EM COLABORADORES DE UMA EMPRESA PRIVADA DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO

Giovana Melo Sousa
Acadêmica Curso de Administração – Campus de Dianópolis
giovanamelodno20@gmail.com

Ana Rita Moreira Gonçalves da Silva
Mestranda em Administração/Professora na UNITINS – Campus de Dianópolis
ana.rm@unitins.br

Claudia Rodrigues Costa de Carvalho
Mestranda em Administração/Coordenadora na UNITINS – Campus de Dianópolis
claudia.rc@unitins.br

Resumo: Esta pesquisa é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Administração e discute a importância de se ter um olhar numa perspectiva interdisciplinar nos processos de gestão da empresa. Desse modo, o presente estudo tem como objetivo geral observar se há fatores na gestão de pessoas que podem deixar os colaboradores propensos a síndrome de *burnout*. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa que se utiliza de levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Gestão de pessoas; Síndrome de Burnout; Motivação; Qualidade de vida.

MUSICALIZAÇÃO INFANTIL: UM INSTRUMENTO UTILIZADO PELO PEDAGOGO (A) PARA O COMBATE A XENOFOBIA

Lorrany Gomes da Silva
Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins
lorranygomes.1234@gmail.com

Francisca Benigno de Lima
Pós-graduanda em Serviço Social na Educação (UFT/Faculdade Dom Alberto)
Francisca.benigno2020@gmail.com

Resumo: Este artigo possui como tema central: A Musicalização Infantil: Um instrumento utilizado pelo pedagogo(a) para o combate a xenofobia, partindo do pressuposto de que a xenofobia é um tema de extrema relevância quando se trata de preconceito, discriminação e diversidade cultural, chega-se à conclusão de que a

musicalização infantil pode ser utilizado como um importante mecanismo para que as crianças possam compreender a respeito das diversas formas de culturas, considerando que a música estimula, não somente a coordenação motora, como também a capacidade de aprendizagem, desenvolver conhecimento e subjetividade, no intuito de aprender a respeitar e cultivar a inclusão cultural, pautando-se no conceito da cidadania. Dessa forma, possui como objetivo geral, fazer uma reflexão sobre a musicalização infantil no Brasil, assim como a compreensão da xenofobia, para entender a relação que existe entre ambas. Neste intuito, busca-se compreender como se dar o conhecimento sobre diversidade cultural, utilizando como instrumento para musicalização infantil e assim, a construção de valores e os princípios que visam respeitar a diversidade cultural, por fim, como isso influência para combater o preconceito em relação a diversidade cultural musical no Brasil. Partindo dessas questões, o artigo será abordado nos seguintes tópicos: a formação sócio-histórica brasileira, para entender os aspectos culturais e regionais, a concepção de criança e sociedade na medida em que esta é compreendida como construção histórica e social e finalizando com a discussão sobre preconceito e discriminação. Dessa forma, pretende-se refletir sobre tais discussões e levantar a pauta sobre como a musicalização infantil pode contribuir para combater a Xenofobia no Brasil? Este artigo foi motivado pela participação das acadêmicas durante sua graduação do curso de Serviço Social, assim, a partir da necessidade de ter tais questões levantadas, analisadas e discutidas, por meio de uma entrevista aplicada com pedagogos/as.

Palavras-chave: Xenofobia; Musicalização; Diversidade Cultural.

O USO DA FERRAMENTA EDUC@ NO ENSINO REMOTO: DESAFIO OU OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM?

Leonardo Alves Carvalho Couto
Acadêmico Curso Ciências Contábeis- Campus de Dianópolis
leocoutogt2521@gmail.com

Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque
Mestranda em Educação/Professora na UNITINS-Campus de Dianópolis.
debora.cs@unitins.br

Manoel Pinto Suares
Economista/Especialista/Docente Campus de Dianópolis
manoel.ps@unitins.br

Resumo: Esta pesquisa discorre sobre práticas vivenciadas na universidade no contexto de pandemia. O objetivo é relatar as experiências dos acadêmicos com a ferramenta digital Educ@. A metodologia é baseada em pesquisa de campo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário virtual no Google Forms sendo destinado aos acadêmicos da Unitins do Campus de Dianópolis sobre a ferramenta em questão.

Palavras-chave: Ferramenta Educ@; Interdisciplinaridade; Educação Superior.

OS DESAFIOS DE SER ACADÊMICO DURANTE O ENSINO REMOTO: UM ESTUDO NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Brenner Zanard Viana Lopes
Acadêmico Curso Ciências Contábeis- Campus de Dianópolis.
bzanrd.1998@gmail.com

Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque
Mestranda em Educação/Professora na UNITINS-Campus de Dianópolis
debora.cs@unitins.br

Pollianna Barros Marques
Doutoranda em Ciências Contábeis. Professora do Curso de Ciências Contábeis (Unitins)
polianna.bm@unitins.br

Resumo: A presente pesquisa tem como ponto de partida a Portaria/Unitins/Nº252/2021 artigo 4º, que orienta a comunidade acadêmica sobre a metodologia adotada pela universidade neste período pandêmico. Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo aplicando questionário aos discentes do Curso de Ciências Contábeis. O objetivo é apresentar reflexões acerca das práticas pedagógicas vivenciadas pelos acadêmicos do curso em questão.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Interdisciplinaridade; Educação Superior.

PROPOSIÇÕES REFLEXIVAS: A CTS E A ESCRITA CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE

Paula Jucá de Sousa
Doutoranda do Curso de Ensino da Universidade Vale do Taquari – UNIVATES
paula.sousa@universo.univates.br

Eniz Conceição Oliveira
Professora (UNIVATES): Doutora em Química (UFRSG)
eniz@univates.br

Resumo: O presente artigo trata do enfoque curricular em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) a partir da construção de textos científicos. O objetivo foi evidenciar as contribuições da disciplina de Língua Portuguesa na abordagem CTS para a formação e preparo de cidadãos capazes de compreender, refletir e agir ativamente no mundo em que vivem. Para tanto, foi apresentado uma proposta didática que envolve a escrita acadêmica de estudantes do 3º ano do Ensino Médio Integrado Profissionalizante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Neste contexto, buscou-se evidenciar principalmente o uso da linguagem científica adquirida durante o processo de aprendizagem. Os resultados obtidos demonstraram que, de uma forma geral que os conceitos científicos e conteúdos abordados conforme o programa curricular, foram, com recurso aos artigos científicos, melhor apreendidos e consolidados.

Palavras-chave: Aprendizagem; Escrita científica; Ensino.

(RE)CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS IDENTIDADES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA SALA DE AULA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS OFICIAIS?

Keylla Cristina Arruda Farias
Mestranda PPGL/UFT, Câmpus de Porto Nacional
keyllafarias57@gmail.com

Resumo: A intenção deste trabalho é aprofundar teorias referenciadas por autores que a visão pós-moderna do mundo humano é altamente pluralista. A linguagem discursiva em sala de aula e a construção da identidade social estão relacionados aos conhecimentos construídos na escola e às nossas identidades sociais. É a inserção do letramento como prática social, no que diz respeito aos valores, às ideologias e às crenças que envolvem essa atividade humana, alterando a concepção homogênea da identidade social para nos entendermos como seres subjetivos, fragmentados e construído em práticas discursivas situadas na história, na cultura e na instituição. A escola é apontada como uma das mais importantes instituições na construção de quem somos. Os participantes discursivos constroem significados ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em

circunstâncias culturais, históricas e institucionais. Para tanto, o objetivo deste trabalho é analisar as identidades sociais no espaço escolar, numa perspectiva de (re)construção da linguagem, visando as identidades sociais de gênero e de sexualidade no discurso de sala de aula, numa ancoragem teórica de legislação que sustenta a prática do tema de gênero e sexualidade, nos princípios curriculares. Tal análise será conduzida a partir dos pressupostos teóricos de Moita Lopes (2002); Louro (1997) e Araújo (2016).

Palavras-chave: Identidade; Gênero; Sexualidade; Currículo; Linguagem.

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO PARA A PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALUNOS DO CURSO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Marina de Alcântara Alencar
Mestre/Faculdade de Ciências do Tocantins, Campus II/Curso de Direito
marina.alencar@faculdadefacit.edu.br

Priciane Cristina Correa Ribeiro
Doutora/Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus Cimba/Curso de Biologia
priciane.ribeiro@mail.uft.edu.br

João de Deus Leite
Doutor/Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus Cimba/Curso de Letras.
joaodedeus@uft.edu.br

Resumo: Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido com um grupo de alunos do curso de matemática da Universidade Federal do Tocantins. O objetivo do trabalho foi a educação ambiental com contextualização socioeconômica, cultural e legal. Participaram do grupo, 12 alunos de ambos os sexos, com idades entre 21 e 35 anos. Foram realizadas quatro aulas grupais de educação ambiental, no período entre outubro e novembro de 2019. Foram levantadas as principais dúvidas que os alunos tinham sobre meio ambiente e legislação ambiental, que foram esclarecidas no decorrer das aulas de educação para o meio ambiente, com utilização de uma estratégia participativa, associada a vários recursos didáticos. Os termos jurídicos foram decodificados para a linguagem popular. A experiência permitiu conhecer as peculiaridades dos alunos do curso de matemática e planejar orientações de educação ambiental compreensíveis e significativas aos perfis pedagógicos do curso.

Palavras-chave: Meio ambiente; Legislação ambiental; Matemática, Direito.

Coordenadoras: Lóry da Silveira Ribeiro e Elisabete da Silveira Ribeiro
Data: 10 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

FORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL: JOVEM NEGRA NO MUNDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Eliane Pinto Teixeira
Mestranda em Educação, Universidade Federal do Tocantins – UFT
eliane.teixeira@uft.edu.br

Resumo: O presente resumo aborda a formação acadêmica da docente e discente Eliane Pinto Teixeira, na Universidade Federal do Tocantins, campus de Arraias Tocantins. Iniciou os estudos em Universidade proporcionou o reconhecimento e a descoberta como mulher negra e contribuiu para sua formação política. E com isso, ambientou sua pesquisa de conclusão de graduação no Distrito do Príncipe - Município de Natividade-Tocantins sobre a Lei 10.639/2003 como uma forma de pertencimento e valorização do contexto do qual é pertencente como um retorno para sua comunidade de origem. Mas passou por um doloroso período de depressão, entretanto, nesse tempo teve acesso a uma rede de apoio. E participou de um dos momentos importantes para a construção de sua própria história, e para sua formação acadêmica e social também, o movimento ocupa UFT Arraias, foi de muito aprendizado e emancipação discente. O mundo da Universidade abriu possibilidades para viver cada processo e momento com seriedade e objetivo, e foram várias as participações dentro do Movimento Estudantil, por meio de bolsas de estudo, eventos, viagens e outros, nesse percurso o crescimento foi acontecendo e preparando para viver tudo aquilo que uma jovem negra sonha e precisa em uma sociedade preconceituosa e excludente. Ela confessa que os medos foram indo embora à medida que a vontade de vencer era maior, após a conclusão do Curso de Pedagogia veio a posse de um concurso municipal na Cidade de Gurupi-TO, duas pós-graduação e na atualidade, o tão sonhado mestrado. Concluiu-se que quando uma mulher negra aproveita as possibilidades de ocupar espaços de poder e rompe com a realidade de que, enquanto mulher negra não poderia estar em todos os lugares e não tem voz e vez, e acaba abalando toda uma estrutura econômica, social e política e de fato é isso que as mulheres negras precisam fazer sempre: conquistar todos os espaços possíveis.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Mulheres Negras; Movimento Estudantil.

JUVENTUDES E DEFICIÊNCIA: NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DE JOVENS MULHERES

Elisabete da Silveira Ribeiro
Mestra em Educação/ FAE/UFPel Professora do Curso de Pedagogia da UFT
btsilverira@uft.edu.br

Resumo: Este trabalho apresenta parte da discussão de tese de doutorado em educação que está sendo desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aborda as relações entre juventudes e deficiência. Analisaremos como se estabelece a condição juvenil de duas mulheres consideradas com deficiência desde a perspectiva delas. Escolheu-se a narrativa autobiográfica como método e fonte de pesquisa, nesse contexto, pelo reconhecimento da palavra de mulheres com deficiência como sujeitos de direito, capazes de narrar e

refletir sobre suas experiências e contribuírem para o avanço teórico e metodológico no âmbito da pesquisa em educação especial. Trabalharemos com entrevistas sobre os itinerários biográficos de duas mulheres com deficiência, que estudaram em escolas públicas regulares e ascenderam ao ensino superior. A partir dos conceitos de geração desde Mannheim (1928) a Feixa (2019), moratórias social e vital, tomadas de Margulis e Urresti (2000) procuramos compreender melhor as juventudes contemporâneas. Nesta pesquisa temos como preceitos: reconhecer as experiências juvenis das entrevistadas; identificar o que há de comum entre essas; cotejar entre o singular dessas experiências e o que as assemelham. Trata-se também de perspectivar os achados da pesquisa a partir dos estudos feministas da deficiência Gomes (2019). Frente às especificidades das pessoas consideradas com deficiência, apostamos nos efeitos epistemológicos, éticos e políticos da pesquisa

Palavras-chave: Juventude; Deficiência; Mulheres.

A ATUAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS DE DIREITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS DURANTE O ANO DE 2020

Gabriel Soares Messias
Graduando em Direito da Universidade Estadual do Tocantins
gabrielsoaresmessias2020@gmail.com

Andre Luiz Santos de Oliveira
Mestre em Sociologia. Professor da Universidade Estadual do Tocantins
adv.andredeoliveira@gmail.com

Resumo: É bem-sabido que a pandemia alterou a ordem social que até então vigia nos entes que compõem a sociedade, em especial, a organização e promoção de eventos que necessitavam migrar do campo físico para o virtual. Um Centro Acadêmico (CA) é uma entidade estudantil que representa o corpo discente de um curso superior, suas atribuições envolvem a promoção de ações extraclasse, luta por direitos estudantis e demandas acadêmicas junto a instituição de ensino a qual possuem vinculo. A existência de tais entidades é assegurada pela lei N° 7.395, de 31 de outubro de 1985. Nesse sentido, os centros acadêmicos sempre tiveram como prática promover eventos voltados para a comunidade discente de seus cursos. O presente trabalho trata-se de estudo comparativo da atuação dos quatro centros acadêmicos dos cursos de direito da Universidade Estadual do Tocantins- UNITINS no ano de 2020, em matéria de promoção de eventos acadêmicos. Busca-se aqui comparar as atividades desenvolvidas em 2019 e 2020, de modo a compreender se houve aumento na produção, diminuição ou se manteve estável. Para tanto, foi utilizado a Analise de Redes Sociais (ARS), com enfoque nas páginas do Instagram de cada entidade, onde se quantificou os anúncios de eventos organizados pelo CA em questão. Assim sendo verificou-se: o CA de Direito do Campus Palmas produziu 5 ações em 2019 e 12 ações em 2020. O CA de Direito do Campus Dianópolis produziu 2 ações em 2020, contudo em sua página no Instagram não possui historio anterior a outubro de 2020. O CA de Direito do Campus Augustinópolis produziu 1 ação em 2019 e nenhuma em 2020. O curso de direito do campus Paraíso não possui CA. Assim sendo, percebe-se dois movimentos distintos na análise proposta, o primeiro mostra que em um dos CAs a produção aumentou de forma vertiginosa, provavelmente ocasionada pela possibilidade de organizar eventos pela internet, onde se demanda um menor trabalho com logística e organização de espaços físicos. O segundo movimento evidenciado apontou uma queda na produção, há de considerar-se o impacto social, psicológico e organizacional provocado pela pandemia, ademais, o acesso à 'internet' no estado do Tocantins é desigual. Assim sendo, conclui-se que a pandemia impactou as produções de eventos dos Centros Acadêmicos de Direito e produziu efeitos distintos em cada uma das entidades, a indicação das razões para a existência de impactos distintos será averiguado em pesquisa futura com maior aprofundamento no fenômeno em questão.

Palavras-chave: Eventos; Movimento Estudantil; Pandemia.

NEXOS ENTRE O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA E A CATEGORIA JUVENTUDE

Gisania Carla de Lima
Doutora em Educação /PPGE/UFPB
lima.180816@gmail.com

Severino Bezerra da Silva
Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP), Professor PPGE/UFPB
severinobsilva@uol.com.br

Resumo: Este trabalho é um recorte das ponderações feitas em nossa tese de doutorado. Nosso sentido, o objetivo desse trabalho foi vislumbrar um caminho para compreender a relação entre a categoria social juventude e o conceito de experiência na prática de jovens em espaços rurais da região do Brejo Paraibano. O desenho teórico-metodológico toma como referencial as contribuições Stropasolas (2006), Groppo (2000, 2015, 2017), Abramoway (2015), Novaes (2013), Leão e Antunes-Rocha (2015), Castro (2005, 2015), Thompson (1981, 1998), entre outros. Além disso, procedimentos metodológicos como: visitas, observação direta e aplicação de entrevistas, foram executados para favorecer o conhecimento acerca do tema. Daí, organizamos este trabalho em três seções, cuja primeira trata da categoria em destaque, considerando que não existe apenas uma juventude, uniforme, homogenia, mas que subcategorias se formam para dar conta das especificidades das juventudes, no nosso caso, da juventude rural. Dialogamos nas seções seguintes com o conceito de experiência buscando compreender a condição social desse ator social no campo, relacionando esse conceito à materialização de práticas que se apresentam com potencial de incidência em sua realidade. Assim, as práticas desenvolvidas revelaram trajetórias que expressam a particularidade de suas experiências nesse contexto, e asseguram a existência de um lugar para a atuação dessa juventude, que garante um sentido de pertencimento.

Palavras-chave: Juventude; Experiência; Protagonismo.

ADOÇÃO TARDIA E FORMAS DE PRODUÇÃO DAS JUVENTUDES EM TEMPOS DE MODERNIDADE LÍQUIDA

Lóry da Silveira Ribeiro
Mestre, Universidade Federal do Tocantins, Campus Miracema, Educação Física
loryedufi@gmail.com

Resumo: Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado. Neste momento, busquei desenvolver uma análise bibliográfica sobre a adoção tardia e formas de produção das juventudes em tempos de modernidade líquida. A metodologia centra-se no campo dos Estudos Culturais. Algumas condições históricas, políticas, sociais e culturais, colocam em destaque a constituição de modos de significar as crianças e os/as jovens, de conduzir suas vidas e sua educação, geridos pelo Estado, pela Igreja e pela família. Portanto, no contexto das instituições disciplinares como os abrigos e a família, assim como no âmbito jurídico e científico, foram sendo engendradas formas bastante específicas de compreensão acerca da condução da vida dos sujeitos, em específico dos mais jovens. Nesse contexto, as crianças passaram a ser concebidas como seres carentes de razão e de autonomia, ao passo que sua preparação, cuidado, instrução e moralização se colocaram como condições irrefutáveis para a construção do projeto societário Moderno, nutrido pelos ideais de ordem, progresso, racionalidade e produtividade. As mídias são estratégias emergentes no contexto do ciberespaço, que visam produzir representações de juventude. Os espaços midiáticos se constituem como importantes instâncias de produção e compartilhamento de significados que pautam modos de ser, pensar, viver, instituindo "verdades" sobre nosso tempo. Assim, é relevante estudar expressões culturais construídas e disseminadas na modernidade líquida.

Palavras-chave: Adoção; Juventude; Modernidade Líquida.

Coordenadoras: Fabian Serejo Santana e Fernando Antônio de A. A. de Oliveira Junior
Data: 10 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DO ESTADO DO TOCANTINS

Paula Kintya De Oliveira Frutuoso
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Marckson Costa Silva
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Raquel Ribeiro Rodrigues Nobre
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Yasmim Pires De Souza
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Manoel dos Reis Alves de Sousa
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Ana Júlia Bichara
Faculdade Serra do Carmo/Aluno, Direito

Resumo: A mudança na percepção do indivíduo nas relações de trabalho, juntamente com a transformação tecnológica e a competitividade empresarial, trouxe grandes impactos no dia a dia das organizações. O aumento na competitividade trouxe maior pressão sobre os indivíduos, principalmente no aspecto psicológico. Essa pressão, por vezes, se materializa na violência moral, quando submete o indivíduo a situações de constrangimento e humilhação pessoal, causando danos a sua integridade psíquica ou física. Em vista disso foi realizado uma pesquisa com o objetivo de identificar através de um estudo de caso desenvolvido no âmbito da Justiça Federal do Tocantins, características de assédio moral no trabalho, apontadas pelos servidores da instituição, analisando seus reflexos psicológicos, sociais e jurídicos. A coleta de dados foi realizada no ano de 2021 por meio de formulário eletrônico, elaborado na plataforma Google Forms. O referido instrumento foi composto por 3 partes, sendo que a primeira contém informações gerais da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na segunda parte estão presentes perguntas de caráter sócio demográfico, e na terceira, questões relacionadas a comportamentos negativos no ambiente de trabalho (Assédio Moral). No e-mail de divulgação do link da pesquisa serão fornecidas informações gerais da mesma, bem como uma projeção de tempo destinado para o preenchimento do instrumento de coleta de dados, estimado em 10 minutos. Antes da divulgação da pesquisa, será enviado um ofício ao Juiz Federal Diretor do Foro da Justiça Federal do Tocantins, solicitando permissão para a realização da referida pesquisa. Participaram do estudo 43 funcionários da Justiça Federal do Tocantins, sendo 55,8% do sexo masculino e 44,2% do sexo feminino. Sobre a etnia 48,8% de declararam brancos, seguido de 39,5% parda, e 11,6% afrodescendente. Ficou evidente que a grande maioria dos entrevistados nunca sofreram assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, vale destacar que 16,3% e 11,6% já sofreram algum tipo de assédio moral no âmbito do poder judiciário. 66,7% relataram que o assédio moral veio dos próprios chefes, seguida dos colegas de trabalho (33,3%), dos quais,

esse comportamento negativo de assédio no ambiente de trabalho adveio especialmente de mulheres (41,7%), seguidas de homens (33,3%) e homens e mulheres (25%). 91,7% das pessoas entrevistadas nunca fizeram qualquer tipo de queixa sobre o assédio moral sofrido em âmbito do trabalho. Assim, fica evidente com a pesquisa realiza que embora o assédio seja um tema bastante discutido, ainda as pessoas se sentem acuadas em fazer qualquer denúncia sobre a violência sofrida. Há poderosos instrumentos para a prevenção do assédio moral, conscientizar e fomentar bons valores e princípios e estabelecer programas e políticas tendentes a consolidar parâmetros éticos no ambiente de trabalho são alguns deles. Deve-se garantir que os assediados tenham a quem e/ou onde encaminhar seus casos. E principalmente, a organização precisa construir e implementar políticas de assédio moral e um sistema seguro de ouvidoria.

Palavras-chave: Assédio Moral; Justiça Federal do Tocantins; CEP.

DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHADOR NO ÂMBITO DA SOCIEDADE HIPERCONECTADA

Camilla Polonini Salgado Silva
Graduada em Direito (UFU). Pós-graduada em Direito Constitucional pela Uniderp.
camillapolonini@gmail.com

Resumo: O Direito do Trabalho é ramo do Direito que visa normatizar as relações sociais desenvolvidas entre empregado e empregador, estabelecendo direitos e obrigações para ambas as partes. Busca garantir o equilíbrio entre os interesses financeiros da empresa e os direitos do trabalhador o qual, como regra, encontra-se em situação hipossuficiente face a seu empregador. As relações de trabalho vêm, paulatinamente, tomando novos moldes no âmbito da sociedade hiperconectada. Conquanto outrora era necessária a presença física para que as orientações fossem passadas para o trabalhador, hoje em dia, com a massificação do uso de *smartphones,* o poder diretivo pode ser exercido a qualquer momento, ao alcance das mãos. Ainda que se caracterize como uma facilidade, na prática, o envio de mensagens instantâneas fora do horário de expediente pode implicar em violações ao direito de desconexão do trabalhador, tornando-o suscetível a violações em sua saúde psicológica. Além disso, pode caracterizar a ocorrência de *dumping social,* conquanto o custo da hora do empregado que faz horas extras não pagas em virtude de excessos por seu empregador será proporcionalmente menor do que aquela paga pelas empresas que não violam os direitos de seus colaboradores. O presente trabalho analisa a relação do direito à desconexão e aplicativos de mensagens instantâneas no contexto de uma sociedade hiperconectada. Para tanto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Direito à desconexão; Saúde do trabalhador; Sociedade hiperconectada.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): UMA ABORDAGEM DOS IMPACTOS OCORRIDOS NA SUA IMPLANTAÇÃO

Isadora Brito de Oliveira
Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade do Bico do Papagaio.
isaexapli@hotmail.com

Valdenês Pacheco Barbosa
Mestre em Ciências Contábeis (UNISINOS). Professor Ciências Contábeis/Unitins.
valdenes.pb@unitins.br

Resumo: A profissão contábil vem passando por mudanças tecnológicas na execuão de rotinas e na relação de trabalhos especializados em tecnologia da informação. Diante disso, o objetivo geral do estudo foi identificar os principais impactos ocorridos na implantação do SPED de acordo com a literatura nacional. Para a análise, levou-se consideração o estudo de Capristani, Carraro e Bianchi para categorizar os impactos em dois grupos:

impactos positivos e impactos negativos. Assim utilizou-se uma abordagem descritiva com o método qualitativo para avaliar os estudos relevantes publicados no Brasil, entre os anos de 2010 a 2021. Os resultados apontam que a maioria dos achados retratam, em determinado contexto da obra pontos negativos, como a implantação do SPED gerou altos custos às empresas e escritórios contábeis, pois exigi um avanço tecnológico com maiores investimentos em softwares e em treinamentos de pessoal, além da necessidade de um sistema de controle interno para gerir processos. Mesmo com a evidenciação de tais achados em relação aos aspectos negativos. A maioria cessante das publicações sobre o tema, apontam que os impactos positivos se sobressaem aos negativos.

Palavras-chave: Tecnologia; Contabilidade; Escrituração.

TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO NO BRASIL: AS INFLUÊNCIAS DO PATRIARCADO E CAPITALISMO SOB A ÓTICA TRABALHISTA

Maria Clara Aguiar Silva
Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Tocantins
claraa.aguiar@icloud.com

Maria Augusta Figueiras Fagundes
Acadêmica de Direito da Universidade Federal do Tocantins
exupery07@gmail.com

Resumo: O informe pretende analisar, a partir do contexto histórico e social brasileiro, a situação das mulheres frente ao trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não. Ocorre que a prestação desse serviço reflete as heranças escravocratas e patriarcais, de maneira a ser viável a abordagem e aplicação das ideias que Bell Hooks trata em *Teoria feminista: da margem ao centro*. Na obra, a autora afirma que "o trabalho doméstico e as outras prestações de serviços são particularmente desvalorizados pelo patriarcado capitalista", algo facilmente comprovável sob a ótica dos dados retratados através da pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *(IBGE)*, que demonstra que, independente de raça ou classe social, são as mulheres que possuem as maiores taxas de realização de trabalho doméstico. Essa desigualdade explicitamente marcada por aspectos econômicos e sociológicos, conforme explica Silvia Federici em *Calibã e a bruxa*, é justificada arbitrariamente pelo capitalismo quando o sistema inferioriza "a 'natureza' daqueles que explora". Em outras palavras, através da limitação das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e por meio do menosprezo das atividades servis, as atividades domésticas compõem um outro campo de opressão às mulheres. Dessa forma, o presente texto se propõe a trazer luz à invisibilidade do trabalho doméstico não remunerado no contexto brasileiro, permeando sobre as problemáticas da divisão sexual do trabalho doméstico, através de uma análise crítica fundamentada por perspectivas anticapitalistas de gênero.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Patriarcado; Divisão sexual do trabalho; Anticapitalismo.

Coordenadoras: Roseli Bodnar.
Data: 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A LITERATURA DE MASSA COMO PRIMEIRO PASSO PARA A LITERATURA CLÁSSICA

Sabrina Bianca Correia Pinto
Graduanda do curso de Letras-Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Vitória de Jesus Costa de Paula
Graduanda do curso de Letras-Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Resumo: Objetiva-se nesta pesquisa discutir o uso da Literatura de Massa como princípio para a leitura dos clássicos. Mediante o objetivo tem-se como problema de pesquisa: como transformar a literatura de massa em um objeto de auxílio para transformar jovens em leitores frequentes? Como procedimento metodológico adotou-se a abordagem qualitativa interpretativista, e a pesquisa bibliográfica é embasada em autores como: CALDAS (2000), FREIRE (1989), DAMASCENO (2019), CHARTIER (2011), MARTINS (1994). As seções desse artigo encontram-se divididas em: 1. Cultura de Massa: o que é? 1.1 Como surgiu a literatura de massa; 2. Literatura de massa e seu espaço na vida dos jovens; 2.1 Leitura no ambiente escolar; 3. Caminhos para a literatura Clássica. Desse modo, para que se formem leitores, é preciso buscar conteúdos que os despertam o desejo de ler, e para isso, a literatura de massa, não pode ser vista como inferior, principalmente por se tratar de um objeto que a longo prazo, pode levar leitores inclusive, a consumir Literatura Clássica.

Palavras-chave: Literatura de Massa; Literatura clássica; Leitura.

LITERATURA TOCANTINENSE E SEUS SENTIDOS

Tamires Iwanczuk de Oliveira
Graduanda em Letras Português-Espanhol pela Unopar
myrysoliveira@gmail.com

Resumo: A literatura Tocantinense tem sido uma proposta na valorização e ressignificação dos sentidos que são apresentados, produzidos por meio das colocações e representações descritas pelos textos dos autores regionais, contos, poemas, crônicas, ao qual expressam suas percepções relatando fatos do cotidiano, os espaços de suas vivências que são expostos por animais, plantações nativas, paisagens, pratos típicos, e culturas locais,destaca-se também diversos sentimentos que são manifestados pela imensurável importância desse pertencimento. Sendo assim por meio de uma oficina de leitura composta por uma proposta de resgatar as memórias, incentivar a leitura da literatura local e despertar a criatividade para a escrita de novas produções dos adolescentes participantes. Projeto voluntário no Instituto Fabiano de Cristo, havendo a participação de 10 alunos na faixa etária de 12 até 15 anos, contribuindo com a análise das obras literárias e as práticas de escrita que propõe a percepção de mundo de cada um deles, referente a apropriação dos sentidos que atribuem a literatura de seu Estado, município ou sendo autores das mesmas em seu próprio bairro. Espera-se como resultado da realização desta proposta a troca de experiências dos participantes e suas colocações por meio da escrita de seus poemas.

Palavras-chave: Literatura. Tocantins. Regionalismo.

SOBRE O ESPAÇO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA LITERATURA TOCANTINENSE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rubens Martins da Silva
Doutor em Letras.Professor do curso de Pedagogia (Unitins)
rubens.ms@unitins.br

Resumo: Os instrumentos oficiais de ensino, como é o caso do Documento Curricular do Tocantins (DCT), orientam que os estudos literários contemplem produções consideradas canônicas, mas a literatura em fase de divulgação também deve ser valorizada. Nesse sentido, o objetivo desta comunicação busca problematizar o espaço didático-pedagógico ocupado pela Literatura Tocantinense na Educação Básica. Na linha de um simpósio que discute a literatura na escola, as produções literárias produzidas e/ou publicadas em solo tocantinense têm atingido números expressivos, o que a faz ocupar espaço didático-pedagógico na educação básica. Sobre esse espaço de ocupação, esta comunicação tomou como evidência indicadores dos seguintes cursos de extensão: (i) literatura tocantinense em debate; (ii) sustentabilidade e ensino da literatura tocantinense na educação básica e superior. Os indicadores obtidos na realização do primeiro curso apontaram que a Literatura Tocantins possibilita a realização de debates alinhados a questões sociais, acadêmicas e profissionais. O segundo curso gerou a percepção de que essa literatura atingiu o viés da sustentabilidade porque as escolas da educação básica, no papel de professores e alunos, têm realizado estudos e executado projetos de leitura contemplando obras literárias tocantinenses. Sob o efeito da não conclusão, esta comunicação apresenta relevância para o eixo temático acima epigrafado porque a Literatura Tocantinense apresenta potencialidade literária.

Palavras-chave: Literatura Tocantinense; Leitura; Educação Básica.

Coordenadoras: Flavio Joselino Benites e Rosely Tavares de Souza
Data: 11 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A REINVENÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR IMPOSTAS PELA PANDEMIA DO COVID-19

Daiane Amorim da Silva
daianeamorim.da.s@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo discutir a reinvenção dos professores do ensino regular impostas pela pandemia da covid 19. Assim, através de toda explanação–busca-se fazer com que os gestores e os docentes resistentes à inserção da tecnologia no processo educacional percebam como a educação ganhou com esta mudança emergencial no ensino, com base nas inquietações decorrentes da vivência como Auxiliar de desenvolvimento infantil no colégio ABRE (Academia Bordoni de Referência Educacional), em Salinópolis-Pa. Diante deste novo cenário, surgiu a seguinte questão problematizadora da pesquisa: quais desafios os professores enfrentaram para se adequar à nova realidade? Partiu-se da mesma para analisar as dificuldades enfrentadas e as soluções encontradas. ~~A~~ abordagem qualitativa, e o tipo utilizado será o exploratório, contribuindo para tornar explícito como a educação remota imposta pela novo Coronavírus, obrigou os professores do ensino regular a desenvolverem competências digitais para poder incorporar a tecnologia na sua forma de ensinar, proporcionando assim uma nova visão para essa temática pelos docentes. A pesquisa utilizou-se de questionários em uma entrevista estruturada para análise da investigação do caso foram escolhidos um grupo de 9 professores, divididos entre ensino infantil, fundamental anos iniciais, finais e ensino médio devido às características de cada segmento serem diferenciadas, assim como suas metodologias. Constatou-se que apesar da rotina cansativa os professores conseguiram se reinventar adaptando suas estratégias metodológicas e o uso da criatividade para fazer com os alunos se sentissem motivados em assistirem as aulas remotamente trazendo engajamento ao seu trabalho.

Palavras-chave: Educação. Ensino remoto. Metodologias. Pandemia.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA: A QUESTÃO DO USO DAS TECNOLOGIAS NAS AULAS DA ESCOLA MUNICIPAL GENUÍNO BRITO DA CIDADE DE MONTADAS – PB

Cristiano do Nascimento
cristiano.cn96@gmail.com

Resumo: O presente estudo aborda o tema educação e tecnologia: A questão do uso das tecnologias nas aulas da escola municipal Genuíno Brito da cidade de Montadas-PB. O município, está localizado no Estado da Paraíba, numa distância de 160 km da capital João Pessoa, sua economia está ligada a agricultura de subsistência e recursos federais. Neste artigo propomos como objetivo geral: analisar as possibilidades de inserção das tecnologias no processo de ensino aprendizagem do fundamental 1 na escola municipal Genuíno Brito. A metodologia da pesquisa, será empregada a abordagem qualitativa, buscando esses dados por meio da pesquisa de campo, indo a loco perceber tais questões desenvolvidas aqui, coletando esses dados por meio de entrevista estruturada junto aos professores. Os resultados obtidos com o estudo reforçam o quanto é necessário a inserção e o uso das tecnologias nos ambientes escolares, para um melhor ensino aprendizagem. Assim, por

meio da entrevista foi coletado opiniões dos docentes desta instituição sobre o assunto, podendo considerar inicialmente com suas respostas o quanto esses recursos beneficiam a educação e desenvolvem o alunado, pois é, por meio dessas tecnologias os discentes se envolvem mais com as atividades ministradas. No entanto, foi falado por um dos professores como a tecnologia dinamiza a aula tornando-a mais lúdica e próxima dos mesmos. Nessa perspectiva, se torna primordial o acesso a tais recursos, o que por sua vez está distante da escola em estudo, segundo os professores, só existe disponível uma televisão para toda escola, impossibilitando de usa-la ao mesmo tempo, evidenciando a precariedade tecnológica escolar, assim, praticando um ensino voltado ao uso dos livros didáticos e lousa, sem uma variação destes materiais. Portanto, a inserção das tecnologias se faz necessária, como os próprios docentes enfatizaram, a disponibilidade pela escola de data shows, computadores e tablets, melhoraria consideravelmente o ensino aprendizagem da escola, podendo o professor, trabalhar de formas diversas os conteúdos, mediante sua prática, dando um papel relevante aos educandos, quais, teriam mais autonomia e engajamentos nas aulas, com pesquisas e interações sobre o que é estudado. Diante de tudo isso, podemos concluir, que a escola Genuíno de Brito localizada na cidade de Montadas-PB, é mais uma, dentre tantas outras no Brasil, com poucos recursos tecnológicos disponíveis. O que dificulta aos estudantes um pleno conhecimento, além, de distancia-los do acesso ao mundo das tecnologias, essenciais a qualquer indivíduo neste mundo globalizado, e, engessando os docentes, sem poder se reinventar metodologicamente, tornando assim, os resultados da pesquisa, importante. Quais, os professores, afirmam a falta de tais recursos e a necessidade dos mesmos para desenvolver aulas cada vez mais atrativas e menos monótonas, dando uma relevância ao estudo, pois, nos dias atuais é crucial o uso em sala de aula, sendo eles mescladas com outros materiais, sem substituir nenhum, mas utilizando todos a favor da educação.

Palavras-chave: Educação; Tecnologia; Prática Docente; Ensino-Aprendizagem.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO NORTE DO TOCANTINS: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIAS

Maicon Douglas Holanda
Mestrando (UFNT)/Centro de Ciências Integradas
maicondouglasholanda@gmail.com

Resumo: A presente proposta de comunicação tem como mote apresentar os resultados de uma pesquisa histórica sobre trajetórias pessoais e profissionais de docentes aposentadas e migrantes no norte do Tocantins, a partir da segunda metade do século XX. A metodologia utilizada foi a História Oral (THOMPSON, 1992; PORTELLI, 2016; FERREIRA E AMADO, 2006), e fazendo o uso da técnica da história oral de vida foi possível compreender quais foram as motivações da escolha profissional docente, iniciada durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 no ensino público do povoado São José, no antigo norte goiano. Com isso, o estudo abrange os aspectos memorialísticos das colaboradoras, analisando os percursos socioespaciais em suas histórias de vida, com base em suas memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2006) acerca do cotidiano educacional vivido por mais de três décadas no ensino básico e público. O estudo qualitativo, em linhas gerais, versa sobre as memórias e narrativas evocadas por quatro professoras migrantes e aposentadas de Santa Fé do Araguaia – antigo povoado São José –, município localizado no norte do estado do Tocantins, numa região que pode ser compreendida como Vale dos Rios Araguaia e Tocantins (CORMINEIRO, 2010). Como resultados da pesquisa, as narrativas evidenciam que a escolha para a docência foi marcada por fatores intrínsecos e extrínsecos, este último pode ser evidenciado pelas dificuldades socioeconômicas vivenciadas durante a maioria de seus percursos socioespaciais. No entanto, as dificuldades foram intensificadas também devido à deficiência de políticas públicas educacionais nesta região do antigo norte goiano. Além destas questões, infiro que a escola esteja representada como um "lugar de memória" (NORA, 1993) da história de vida dessas mulheres, lugar este que contribui para a construção de suas identidades pessoais e profissionais do "ser professora" (NÓVOA, 1992; 1999), e que perfaz, por assim dizer, numa memória coletiva acerca da cultura educacional neste território interiorano do Brasil. Não obstante, as interlocutoras também evocam o sentimento de missão cumprida e de reconhecimento social que é atribuído à concretização da profissão docente em suas vidas.

Palavras-chave: História da Educação; Memória; Tocantins.

O USO DAS TECNOLOGIAS NAS AULAS REMOTAS COMO FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO DIGITAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM RECIFE- PE

Natália Tavares de Souza Aniceto
nataliatavares3005@gmail.com

Resumo: A pesquisa tem como objetivo analisar o uso das tecnologias nas aulas remotas como ferramenta para a inclusão digital da pessoa com deficiência intelectual do ensino fundamental I em escolas públicas do município de Recife -PE. Com a suspensão das aulas presenciais devido a pandemia (COVID-19), as aulas remotas surgiram como resposta imediata. Esse modelo foi adotado em caráter excepcional visando garantir a continuidade da escolarização dos estudantes. Para a consolidação das aulas remotas é fundamental o uso das tecnologias e inclusão digital. Diante desse cenário, devido as medidas de isolamento social, se fez necessário novas propostas pedagógicas para mitigar os impactos negativos no processo de escolarização, na perspectiva de responder às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. A metodologia é bibliográfica e documental e a pesquisa de campo para a coleta de dados, será desenvolvida. Foi realizado um levantamento preliminar com a coleta de informações em textos, artigos e materiais de caráter científico para o embasamento do conceito aula remota. Por ser um objeto de estudo recente, é indispensável a análise de ângulos distintos. Na pesquisa documental, avaliou-se documentos institucionais produzidos no contexto da pandemia (leis, ofícios, decretos, calendários letivos, instrução normativa 2020/2021) identificando as ações ofertadas pela Secretaria de Educação do município do Recife averiguando as contribuições educacionais. Na pesquisa de campo, para a coleta de dados, realizar-se-á entrevistas semiestruturadas com professores regentes, professores do atendimento especial especializado e pais dos estudantes com deficiência intelectual. Assim, apresentaremos as possíveis respostas educacionais do município do Recife nesse contexto de pandemia, para compreendê-lo mais amplamente possível. Através da pesquisa como um todo, descrevê-lo pormenorizadamente avaliando os impactos da inclusão digital dos professores e estudantes, publicizando os resultados das reflexões para melhor compreensão dos interessados e, compreender as transformações ocasionadas com o avanço da pandemia, o papel da inclusão digital e o uso das ferramentas tecnológicas e, orientar ações futuras para construção de uma escola democrática e cumpridora de suas finalidades. **Palavras-chave:** Aulas remotas, estudantes com deficiência intelectual, ferramentas tecnológicas, inclusão digital.

Palavras-chave: Tecnologia; Aulas remotas; Inclusão; Deficiência; Ensino Fundamental.

Coordenadora: Liliane de Moura Borges
Data: 11 e 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A ARBITRAGEM COMO RESOLUÇÃO DE CONFLITO DE CONSUMO: AVANÇO OU RETROCESSO?

João Pedro Melquiades Soares
Bacharel em Direito pela Faculdade Serra do Carmo
joao7pedromelquiades@gmail.com

Resumo: O instituto da arbitragem é um método heterocompositivo para dar tratamento adequado a solução de conflito. A arbitragem tem natureza jurídica própria, norteada pelo princípio da autonomia da vontade. Está presente no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei 9.307 de 23 de setembro de 1996 para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Recentemente o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional do Consumidor, iniciou uma discussão a respeito da arbitragem como meio de solução de conflito nas relações de consumo. A partir desta iniciativa abriu-se espaço para uma fervorosa discussão que divide opiniões, de um lado há os que criticam a demora, formalidade e imprevisibilidade do judiciário e que o direito não pode relutar à inovação, defende o lado positivo da arbitragem abordado como avanço no direito brasileiro, como a demora na prestação jurisdicional por isso, a arbitragem seria mais vantajosa por causa da morosidade, progredindo com a celeridade e efetividade na solução dos conflitos, argumento este considerado avanço na justiça brasileira. Por outro lado, há os que defendem a incompatibilidade entre o sistema arbitral e o sistema nacional de defesa do consumidor e o dever estatal previsto na constituição federal de proteção ao consumidor, que Arbitragem não é jurisdição e seria uma violação dos direitos constitucionais como o direito ao devido processo legal, ao contraditório, à ampla defesa, assim como o principio do juiz natural. Neste ínterim, o presente estudo busca demonstrar os argumentos para considerar que a proposta de arbitragem para os conflitos de consumo pode significar muito mais retrocesso do que uma vantagem significativa para a solução dos conflitos de consumo, partindo da análise constitucional que ao contrário de Espanha e França por exemplo, que o consumidor configura como parte do título de direitos econômicos e o que se protege é o direito ao consumo, ao passo que na Constituição República Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 5º inciso XXXII dispõe que "o Estado promoverá na forma da lei, a defesa do consumidor", pautando-se no princípio da vulnerabilidade que norteia toda a norma consumerista no Brasil. Adotar o sistema de Arbitragem para relações de consumo, pode significar retirar da pessoa natural e vulnerável o cuidado do Estado-protetor deixando-o sob a égide do mercado-julgador, nos dizeres do Promotor de justiça e Presidente do Brasilcon Fernando Rodrigues Martins.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; Conflito; Arbitragem; Vulnerabilidade.

A UTILIZAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL: UM ESTUDO A PARTIR DO PORTAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA-TO

Luziane de Lima
Graduada/UNITINS, Campus de Augustinópolis/Ciências Contábeis.
luyannathavyne23@gmail.com

Ana Paula Monteiro de Oliveira
Especialista/INESPO, Polo Imperatriz/Coordenação de Curso.
anna.pm@unitins.br

Antônia Alice Silva Moreira
Especialista/FACIBRA, Polo Imperatriz/Assistente de Coordenação.
antonia.as@unitins.br

Resumo: O presente estudo busca evidenciar o índice de transparência contido no portal eletrônico de Esperantina-TO. Justifica-se por mostrar que através da divulgação e entendimento das atividades públicas, conseguirão ser superadas possíveis falhas entre a transparência da gestão pública e o exercício do controle social. Partindo do pressuposto de que a administração municipal presta significante divulgação dos atos por ela praticados, a pesquisa busca responder qual é o índice de transparência do portal eletrônico da prefeitura de Esperantina-TO e sua contribuição como ferramenta de controle social e para isso foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar em que medida o município de Esperantina-TO atende à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Acesso à Informação (LAI); Verificar a usabilidade e acessibilidade do sítio eletrônico do município de Esperantina-TO; Examinar a conformidade em relação à LRF e à LAI, bem como da usabilidade e acessibilidade, comparando os resultados aos requisitos básicos para um efetivo controle social. A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi definida quanto ao delineamento como sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualiquantitativa, de caráter exploratória e descritiva e natureza aplicada. Os resultados demonstram que a amostra se comporta de forma diferente a depender do dispositivo que está sendo analisado. A LAI apresenta resultado significativo, diferentemente da LRF. Revelando grande discrepância entre os índices de conformidade. Os dados obtidos não descartam a hipótese norteadora em sua totalidade, devido a existência de muitos dados evidenciados. No entanto, a amostra não pode ser considerada perfeitamente adequada para o exercício do controle social. Mesmo tendo avançado em relação a estudos anteriores, há muito o que melhorar, principalmente, quando o assunto for o acesso à informação transparente objetivando o exercício do controle social.

Palavras-chave: Transparência; Controle Social; Contabilidade Pública.

AS TENDÊNCIAS DAS CRIPTOMOEDAS SOBRE AS PESPECTIVAS DOS PAÍSES DO G20: UM OLHAR SOBRE AS PREOCUPAÇÕES DO MARCO REGULATÓRIO, CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO

Edimilson Brito Júnior
Bacharelando em Ciências Contábeis pela UNITINS/Campus Augustinópolis - TO
britojunior@unitins.br

Valdenes Pacheco Barbosa
Professor do curso de Ciências Contábeis da UNITINS/Campus Augustinópolis - TO
valdenes.pb@unitins.br

Resumo: A falta de regulamentação das criptomoedas tem sido objeto de debate em todo o globo, o aumento de sua utilização para pagamentos e investimentos em negócios impactou na busca de *stakeholders* por ofertas generalizada ao crédito por meio de produtos do mercado financeiro *Fintech.* Diante disso, o estudo analisa o posicionamento das nações que compõem o G20 sobre a regulamentação das criptomoedas. A análise foi realizada por meio de dados obtidos do G20 em um formulário adaptado do estudo de Rodrigues e Kurtz sobre cinco categorias de fontes: Regulação do país, regulação da *Library of Congress,* avaliação do GAFI, fontes indiretas e *websites*. Com isso, discute-se de que modo as nações emitiram notas oficiais de esclarecimentos e orientações para suas respectivas populações, assim como aquelas que já criaram leis para tratar do assunto, como esclarecimento fiscal e financeiro. A seguir, apresenta-se debates e discussões sobre a ótica do capitalismo contemporâneo impulsionado pela lógica do endividamento da sociedade sob a vertente de uma política de acesso ao crédito com impulso neoliberalista.

ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SOBRE O COMÉRCIO ELETRÔNICO

Eder Lucas Abreu do Vale
Eidan Barbosa do Nascimento
Enzo Matheus Diniz Rocha
Géssica Silva Sousa
Luana Carvalho Castro
Lucas de Azevedo Peixoto
Iury Bruno Pereira Lima
Letícia Costa Bezerra
Rita Kássia Araújo Costa
Wedsen Alves da Cruz Santos Júnior

Resumo: O trabalho visa discutir a necessidade de atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC) para garantir maior efetividade da legislação nas relações de consumo do comércio eletrônico, pois quando entrou em vigor há 30 anos não regulamentava e não previa tal modalidade de consumo, gerando insegurança a seus consumidores. Assim, o estudo expõe os problemas relacionados à desatualização do Código de Defesa do Consumidor, dando maior visibilidade à ineficácia existente na atual legislação que não garante a devida proteção e regulamentação do direito aos consumidores que utilizam o comércio eletrônico no Brasil. O estudo foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa dedutiva, por intermédio de pesquisas bibliográficas e documentais. Com esse trabalho, podemos perceber que existem hoje diversos projetos apensados à proposta de atualização do Código de Defesa do Consumidor visam aperfeiçoar o direito e a proteção do consumidor, além de instituir o consumo sustentável, e regulamentar o comércio eletrônico, devido ao avanço do e-commerce, e a polarização da internet nos últimos anos, o projeto mais significativo existente hoje é o Projeto de Lei n.º 3.514 de 2015, que institui a transparência nas informações constante nos anúncios e serviços prestados online, dada a atual situação pandêmica, foi observado que houve o aumento de fraudes cometidas no e-commerce, e que vários brasileiros tiveram seus dados vazados ilegalmente na internet. Essas atualizações são fundamentais para dar amparo principalmente aos mais vulneráveis nas relações de consumo, seja pela falta de informação ou pela incapacidade de consumo responsável, sendo esses consumidores vítimas de captações abusivas pelos credores. Em síntese, o artigo possibilitou enfatizar a importância da atualização do Código de Defesa do Consumidor em se fazer necessária devidos ao e-commerce se tornar a nova maneira de consumo predominante na sociedade, e, com o avanço do comércio eletrônico, nota-se a carência de uma legislação específica, para amparar o consumidor e o fornecedor que tenha, a proteção de seus dados pessoais e garantia de obrigações extracontratuais.

Palavras-chave: Superendividamento; atualização; E-commerce; PL 3.514/15; PL 3.515/15; Consumidor; Comércio; Eletrônico; Pandemia; Economia.

CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA TOMADA DE DECISÃO

Leonardo Alves Carvalho Couto
Acadêmico Curso Ciências Contábeis- Campus de Dianópolis
leocoutogt2521@gmail.com

Mônica de Souza Lima
Mestre em Ciências Contábeis/Professora na UNITINS-Campus de Dianópolis
monica.sl@unitins.br

Débora Cristiana Alves Soares de Albuquerque
Mestranda em Educação/Professora na UNITINS-Campus de Dianópolis
debora.cs@unitins.br

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar por meio de revisão bibliográfica a importância da contabilidade rural como ferramenta de gestão para tomada de decisão. A metodologia aplicada nesse estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e de acordo com a bibliografias estudadas o trabalho conclui que a contabilidade rural se trata de um componente de grande valia para as empresas rurais, pois como todo objeto de estudo, essa prática está sempre em evolução.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Gestão. Empresa Rural.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO CONTEXTO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS VANTAGENS E DESAFIOS

Misleny Rodrigues Pereira
Estudante do curso de Direito – Faculdade Serra do Carmo
mislenyr12@gmail.com

Liliane de Moura Borges
Professora do curso de Direito da Faculdade Serra do Carmo/TO.
lilianeborgesm.adv@gmail.com

Resumo: A mediação e a conciliação nascem com a proposta de enfrentar de modo adequado o litígio, a disputa, construindo mudanças pessoais e sociais positivas. A forma de resolução de conflitos através dessa nova ferramenta precisa ser vista como uma possibilidade ofertada à sociedade, para que de uma forma mais rápida, séria e eficiente possam ter seus anseios atendidos e suas lides solucionadas. A fim de consolidar o incentivo à resolução de conflitos através da conciliação e mediação o CNJ editou o Provimento 67/2018 inserindo as Serventias Extrajudiciais nessa organização, ocorrendo o que é modernamente chamado de desjudicialização. A edição de todas as normas para a resolução de conflitos tem por finalidade resgatar o fluxo de comunicação entre as partes a fim de realizarem a autocomposição dos seus conflitos. Diante desse novo cenário mostra-se oportuno realizar uma pesquisa que versa sobre a adesão das serventias a nível nacional uma vez que já se passaram dois anos da publicação do provimento que respalda essa atuação. O presente trabalho tem como objetivo geral fazer levantamento das serventias extrajudiciais autorizadas para os procedimentos de conciliação e de mediação no país bem como verificar os elementos que justificam o crescimento ou a baixa adesão a esses métodos. Como objetivos específicos podemos definir a abordagem acerca da importância da desjudicialização das demandas de baixa complexidade; discorrer sobre os principais entraves por parte dos cartórios que justifique o desinteresse pelo credenciamento; coletar dados a fim de ser utilizados como embasamento teórico. A pesquisa bibliográfica e documental será a metodologia a ser utilizada, por meio de busca nos sites oficiais da jurisdição e das corregedorias-gerais de justiça (CGJ) dos Estados e do Distrito federal e dos Territórios. Diante da busca por serviços notariais e de registro autorizados no site da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins não foi possível obter resultado, o que redirecionou a pesquisa de outros estados que contam com cartórios habilitados para tais serviços. No entanto, a inexistência de serventias extrajudiciais estaduais desperta o alerta dos motivos que ensejam o desinteresse ou até mesmo a baixa procura para tal habilitação. O marco teórico da mediação e conciliação iniciou-se na Resolução nº 125/2010 – CNJ a qual instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, criando melhores bases para o desenvolvimento da conciliação e da mediação no âmbito do Judiciário, por conseguinte com a Lei nº 13.140/2015 e Lei nº 13.105/2015 que prestigiaram os meios consensuais entre os mecanismos de gestão de conflitos – instituindo, inclusive, a audiência de conciliação ou mediação como etapa destacada do procedimento comum em juízo (TARTUCE, Fernanda. Mediação nos conflitos civis, cit. p. 11) e por último com o Provimento nº 67/2018 inaugurando a transferência da jurisdição voluntária para o extrajudicial incluindo as Serventias de Notas e de Registro nessa nova estrutura, por prestarem serviços dotados de segurança e confiança, leis essas que tem o *animus* de fomentar o uso e a propagação dos meios consensuais para resolução de conflitos buscando a cultura da paz.

Palavras-chave: Mediação; Conciliação; Serventias extrajudiciais.

OS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICO-FINANCEIROS RESULTANTES DA ASCENSÃO NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS PARA O MERCADO CONSUMIDOR E EMPRESARIAL

Henrique de Sá Santana
Graduando em Ciências Contábeis/UNITINS – Campus Augustinópolis
henriquedes.santana@outlook.com

Jucicléia Teodoro de Lima Izidoro
Professora Mestre/UNITINS – Campus Augustinópolis
jucicleia.tl@unitins.br

Resumo: A alta no preço dos produtos e serviços geram diversas consequências que abrangem toda a sociedade. Diante desse contexto, este trabalho tem como problemática o questionamento sobre: "Quais os principais impactos sociais e econômico-financeiros no mercado consumidor e empresarial em razão da ascensão no preço dos combustíveis automotivos e a opinião dos Contadores acerca do tema?". O objetivo geral da pesquisa é identificar a resolução da questão problema, de modo que para concluir com êxito, a pesquisa traz a importância da contabilidade para a gestão; os combustíveis automotivos em aspecto amplo, valendo-se de: conceituações relevantes, a formação dos preços, os reajustes, a importância e como os combustíveis interfere na vida das pessoas. A metodologia utiliza-se de uma pesquisa básica; descritiva e exploratória; com uma abordagem quantitativa e qualitativa; com método hipotético-dedutivo e envolvendo procedimentos de cunho bibliográfico, documental e de campo. O levantamento de informações aconteceu no município de Augustinópolis, Tocantins, com aplicação de questionários, estruturados com perguntas fechadas, para quatro pessoas na condição de gerente geral de postos de revenda de combustíveis; cinco pessoas na condição de gerente geral de empresas de segmentos diversos, dos ramos de comércio e serviço; e cinco Contadores responsáveis por escritórios de contabilidade. Todas as informações coletadas foram analisadas e representadas por meio de gráficos, para se ter uma melhor organização e criação de sentido. Estabelecendo relação direta com os profissionais da contabilidade, os usuários das informações contábeis e a população em geral, que faz uso dos combustíveis automotivos. Entre os principais resultados obtidos a pesquisa mostra a opinião sobre as alterações que a alta nos preços dos combustíveis causou para os participantes, como as mudanças em seus aspectos sociais, em que citaram entre outros: A mudança no lazer, na diminuição em receber ou fazer visitas a parentes, amigos ou colegas; nos aspectos econômico-financeiros: a alteração no poder de compra, forma de se locomover. A pesquisa mostra ainda a opinião dos contadores atuantes na área contábil, sobre como a contabilidade pode auxiliar as empresas em meio a instabilidade de preços dos combustíveis, bem como a população em geral. As considerações finais trazem informações referentes as principais pontuações dos resultados obtidos, as confirmações e refutações obtidas por meio das hipóteses primárias e secundarias, além de fatores determinantes para a obtenção dos dados identificados, analisados, evidenciados e comparados, como também sugestões para novas pesquisas.

Palavras-chave: Contabilidade; Ascensão; Combustíveis.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS CONSUMIDORES DE TRANSPORTE AÉREO DURANTE A PANDEMIA

Ana Karoline Silva Lima
Graduanda, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
anakarolineslima@gmail.com

Ana Paula de Almeida Massoli
Graduanda, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
pingomassoli@hotmail.com

Herculano Marques Miranda de Araújo Bittencourt
Graduando, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
cartoriocko@gmail.com

Murillo de Freitas Araújo
Graduando, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
freitasmurillo@hotmail.com

Vitória de Almeida Gomes
Graduanda, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
almeidavit16@gmail.com

Yury Coelho Miranda
Graduando, Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Direito
ycoelhomiranda@gmail.com

Resumo: Desde o final do ano de 2019, a COVID-19, nome da doença causada pelo SARS-Cov-2, vem sendo tratada como surto na China e rapidamente se espalhou por outros países da Ásia e do mundo e com isso diversos setores foram afetados não só pelas várias mortes e infectados, mas também com medidas preventivas a fim da não disseminação do vírus. Um desses setores foi o de transporte, seja ele terrestre ou aéreo. O trabalho é uma revisão bibliográfica de artigos publicados sobre o assunto assim como legislação vigente e a criada após o início da pandemia com a finalidade de desenvolver uma análise de como as empresas de transporte aéreo tem se comportado com essa nova realidade. Devido a rápida disseminação da Covid-19 no Brasil e no mundo, um dos setores mais afetados foi o de aviação com fronteiras fechadas para estrangeiros, voos cancelados, jatos voando quase vazios, frotas inteiras no chão, geraram grandes transtornos para as empresas aéreas e consumidores. A pandemia encarregou-se de derrubar o valor de mercado das três principais empresas do setor aéreo (Latam, Gol e Azul) nas primeiras semanas da crise 47%, 65% e 82%, respectivamente. Outro grupo que sofre também grandes perdas são os consumidores, onde os mesmos dispuseram de enormes prejuízos tanto pessoais com o cancelamento de viagens importantes de trabalho ou visitas a parentes, quanto econômicos onde o os mesmos encontraram em determinadas empresas dificuldades de obter por direito ao ressarcimento de suas passagens sem serem cobrados por isso, já que se trata de uma pandemia mundial sem precedentes. As leis criadas no período de pandemia, na sua maioria, têm um como objetivo garantir a saúde pública, evitando o seu colapso. Para os advogados especialistas consultados pelo InfoMoney, as medidas determinadas em lei, que passaram a valer após a pandemia, prometem promover um certo equilíbrio na balança entre os lados envolvidos, empresas e consumidores, mas o foco principal é dar assistência ao setor. Outras medidas foram adotadas pelas empresas de transporte aéreo conforme determinações da ANAC agindo de forma paralela com outros órgãos. Tudo criado para que os direitos dos passageiros fossem assegurados, entretanto, apesar disso ainda foram registrados um aumento no número de reclamações principalmente no que diz respeito ao reembolso.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; Transporte Aéreo; Pandemia.

Coordenadora: Roberta Avila Pereira e Lisiane Costa Claro
Data: 11 e 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A TEMÁTICA DA PESCA NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS-TO

Mateus Filho Vieira do Nascimento
Educador Físico (UFT), Mestrando em Ensino em Ciências e Saúde (PPGES)
mateusqzy@gmail.com

Lisiane Costa Claro
Doutora em Educação Ambiental (FURG), Professora do PPGES/UFT
lisiane.claro@uft.edu.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender como a pesca, enquanto prática corporal, pode contribuir nas aulas do ensino fundamental I, com foco na Educação Ambiental, em uma escola municipal de Tocantinópolis – TO. A Educação Ambiental, para além de se preocupar com as causas ambientais, busca despertar nos cidadãos o poder da criticidade, levando-a a compartilhar a ideia de que o sujeito tem o direito de opinar abertamente numa sociedade democrática. Nesta perspectiva, os atores sociais propõem a transformação de uma realidade por meio de um ato político, cuja ação, é baseada num modelo sustentável (CARVALHO, 2001). Entendendo a Educação Ambiental, como um tema transversal, previsto na BNCC, nota-se a importância de discutir esse conteúdo nas escolas, sobretudo no seu caráter interventivo e sociocultural, elementos de caráter formativo (BRASIL, 2017). De acordo com Almeida (2017), a pesca, por ser uma prática corporal revestida de sentidos e significados, dispõe de um potencial didático-pedagógico bastante rico, possibilitando a interligação com EA e sua possível discussão no universo escolar. Por conseguinte, iremos realizar uma pesquisa de campo, na qual utilizaremos como instrumento, a construção de diários de campo. Ademais, serão construídas atividades pedagógicas de EA e pesca, com uma linguagem acessível para os alunos do ensino fundamental I, na qual discutiremos a pesca numa perspectiva direcionada para a consciência crítica, levando os sujeitos a problematizar o modo de como o ser humano tem cuidado do meio ambiente e as consequências de sua má conduta e dos processos de degradação ambiental oriundo do pensamento hegemônico e modelo econômico predatório. Sendo assim, por meio de uma abordagem qualitativa, buscaremos analisar os registros obtidos no campo, possibilitando a compreensão das principais atividades desenvolvidas. Outrossim, estabelecer uma relação aproximada entre estudantes e o meio ambiente, traz à tona a necessidade de um diálogo entre corpo e natureza, elementos essenciais para discussão no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Pesca, Escola e Ensino Fundamental I.

CARTAS PEDAGÓGICAS; MULHERES CAMPONESAS E EDUCAÇÃO LIBERTADORA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Gracilene dos Santos
Mestranda (PPGECS/UFT)
nandatoc2010@hotmail.com

Lisiane Costa Claro
Professora Doutora. Curso de Pedagogia (UFT)
lisiane.claro@mail.uft.edu.br

Resumo: O trabalho apresentado é um recorte da pesquisa de Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins Campus de Palmas -TO, que está em andamento, neste trabalho abordo as relações de ensino e de aprendizagem na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) com base na escrita de cartas pedagógicas redigidas por mulheres camponesas na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins - TO. Para compreender como ocorreu o processo de escolarização destas mulheres, que por alguma ocasião deixaram de estudar na sua infância, propõe-se às participantes da pesquisa a escrita de cartas e trocas destas correspondências entre si. As "cartas pedagógicas" são consideradas enquanto instrumento pedagógico e formativo que possibilitam a escrita sobre a aprendizagem e o compartilhamento de conhecimentos (FREITAS, 2018; CAMINI, 2012). Objetiva-se compreender o processo de escolarização e as relações de ensino e aprendizagem de camponesas egressas da Educação de Jovens e Adultos na região do Bico do Papagaio – TO. Considera-se pertinente o estudo em propor o registro das experiências e aprendizados vinculados ao processo de escolarização na EJA das participantes da pesquisa por meio da escrita, apostando no compartilhamento das cartas pedagógicas enquanto um instrumento formativo e que viabiliza a análise dos sentidos atribuídos ao processo de escolarização na região referida. Para tanto neste trabalho apresento o conceito e a história das Cartas pedagógicas, e Educação de Jovens e Adultos, buscando enfatizar como essas categorias contribui para o processo de ensino e aprendizagens de mulheres camponesas, visto que o retorno à escolarização traz para mesmas a oportunidade de acesso ao conhecimento e informações em relação aos seus direitos, proporcionando o sentimento e ação efetiva de sujeito participativo na sociedade (CITTADIN; BADALTTI, 2015). Em suma é necessário conhecer os elementos que caracterizam as mulheres camponesas, para compreender a relevância da modalidade da EJA no contexto social do Campo, buscar-se-á a motivação de afastamento e reaproximação da escolarização das mulheres do campo, assumindo uma perspectiva humanizadora e propondo um espaço investigativo sobre a formação deste grupo social. Espera-se identificar e problematizar os elementos necessários para uma escolarização de qualidade de mulheres que não tiveram a formação na idade do ensino regular.

Palavras-chave: Cartas pedagógicas, Mulheres Camponesas, EJA.

MOVIMENTO ESTUDANTIL E EXTENSÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NO CENTRO ACADÊMICO DE DIREITO DO CAMPUS PALMAS-CAD/UNITINS EM 2020

Gabriel Soares Messias
Graduando em Direito na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
gabrielsoaresmessias2020@gmail.com

Buenã Porto Salgado
Doutor em Direito. Professor na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
buena.ps@unitins.br

Resumo: Um Centro Acadêmico (CA) é uma entidade estudantil que representa o corpo discente de um curso superior. A existência de tais entidades é assegurada pela lei N° 7.395, de 31 de outubro de 1985. Nesse sentido, uma das atribuições mais notórias e recorrentes dos CAs é a organizações de eventos acadêmicos voltados para a comunidade discente que representam. Assim sendo o presente resumo trata-se de relato de experiência das atividades extensionistas desenvolvidas pelo Centro Acadêmico de Direito do Campus Palmas da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. Em que pese o quantitativo de ações desenvolvidas é notável o aumento exponencial, ao considerar o ano de 2019 infere-se que foram promovidos cinco eventos distintos. O ano de 2020 no que lhe concerne, contabilizou doze eventos distintos entre lives, cursos, congressos entre outros. Tal aumento é justificado pela capilarização da comunicação provocada pela internet, visto que o marco significativo

entre os anos supracitados é a pandemia de COVID-19, que marca o início de 2020. A possibilidade de organizar e participar de ações de extensão sem sair de casa potencializou a produção em números. Nesse sentido, conclui-se que a extensão produzida pelo CA em 2020 é marcada por uma mudança de paradigma em relação aos anos anteriores, a migração para o campo virtual em função da pandemia provocou uma atuação mais intensa em matéria de eventos acadêmicos.

Palavras-chave: Extensão; Movimento Estudantil; Pandemia.

Coordenadora: Kathianne Carneiro Borges Carvalho
Data: 10 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

APROXIMAÇÕES DAS FIGURAS FEMININAS INDÍGENA E NEGRA: ELIANE POTIGUARA E AS VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS

Francinilde Pereira dos Santos Furtado
Graduanda em Letras (Unitins), Bolsista PIBIC/Unitins
pereirafurtado2@gmail.com

Luama Socio
Professor/Pesquisador, Câmpus Araguatins da Unitins
luama.s@unitins.br

Resumo: Refletir sobre a posição da mulher na sociedade leva à constatação das condições de subordinação e apagamento intelectual. A essas condições gerais, soma-se o agravamento da situação das mulheres indígenas e negras que, embora figurem em grupos étnicos distintos, compartilham a mesma forma de exclusão social e intelectual, a qual ultrapassa as condições das mulheres brancas. A pesquisa literária apresenta-se, nesse contexto, como uma ferramenta importante de observação e análise do valor das produções de autoras indígenas e negras, apontando para a necessidade de leitura de obras que promovem o enfrentamento do determinismo do ambiente da intelectualidade brasileira, majoritariamente masculino e branco. Nosso objetivo é apresentar uma leitura e análise crítica da obra "Metade cara, metade máscara", da escritora indígena Eliane Potiguara, e fazer uma análise comparativa desta obra com textos integrantes da coletânea de escritos de mulheres negras organizada por Bianca Santana, intitulada "Inovação ancestral de mulheres negras: táticas e políticas do cotidiano". Nossa pesquisa é de caráter bibliográfico. Além das obras principais mencionadas, estudamos textos de pensadores tais como Antônio Cândido, que nos fornece uma visão inclusiva do conceito de literatura, Ailton Krenak, que nos ajuda a entender o peso do pensamento indígena na contemporaneidade, Darcy Ribeiro, sobre a formação étnica do Brasil e Sueli Carneiro, sobre a questão do feminismo e a condição da mulher afrodescendente. Por conta da semelhança de condições de subalternidade sofridas no processo de colonização do Brasil, observamos que as literaturas indígena e afrodescendente, produzidas por mulheres, refletem as marcas dessas condições a partir de temáticas em comum. De modo geral nota-se, nos textos analisados, a valorização ancestral por meio do perfil de origem, desde as questões históricas que marcaram a vida desses povos até as consequências dessas marcas que até os dias atuais permanecem em caráter de discriminação e preconceito. Do ponto de vista formal é possível observar uma forte influência do modo oral na literatura escrita e a confluência de gêneros diversos inseridos nas unidades textuais. Antônio Cândido diz que a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas”, diante disso concluímos que a literatura feita por mulheres indígenas e afrodescendentes contribui para a construção de diferentes saberes e diversidade de pontos de vistas importantes para a cultura brasileira como um todo e para a formação da literatura contemporânea.

Palavras-chave: Literatura indígena; Literatura afrodescendente; Literatura feminista; Eliane Potiguara.

CÍRCULO DE LEITORES DA BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO - IETU

Maria José Pereira da Silva
Mestranda em Letras (UFT). Bibliotecário-Documentalista (UNIFESSPA)
maria.jose@unifesspa.edu.br

Eliane Miranda Machado
Doutoranda em Letras pela UFT. Secretária Executiva (UNIFESSPA)
elianemiranda@unifesspa.edu.br

Débora Maria Oliveira Costa
Graduanda em Licenciatura Plena em História (UNIFESSPA)
debymaria@unifesspa.edu.br

Resumo: A leitura é um hábito e, como qualquer hábito, necessita de empenho e dedicação, principalmente no início. Com a grande quantidade de informações que chegam pela internet a todo instante, de maneira rápida, acabamos perdendo um pouco a capacidade de foco e atenção. Ler textos mais longos ou até mesmo parar para ler um romance, impresso em papel, tornaram-se tarefas extremamente maçantes e desinteressantes para os jovens. Quando ingressamos em uma universidade, a maioria tende a pensar somente em aprender sobre temas da escolha profissional, atualizado em sua área e ficar preparado para o mercado de trabalho. Mas, para que o aprendizado ocorra de maneira eficiente e não superficial, é necessário não somente se aprofundar em determinados assuntos dos estudos acadêmicos, mas também em leituras diversas: romances, jornais, revistas. O hábito de ler permite uma expansão incrível do nosso conhecimento e é fundamental para o sucesso acadêmico. Na maioria das vezes, os alunos tendem a adiar leituras, a dividir a leitura de livros e textos entre componentes do grupo para realizar trabalhos e quase nunca vão além da bibliografia sugerida pelo professor da disciplina. Essas atitudes limitam demais o conhecimento e o tornam parcial. Assim, o hábito de ler um livro e textos completos vai se perdendo, devido a leituras especificas e rápidas dos cursos. Visto isso, a proposta do projeto tende a incentivar o aluno acadêmico a fazer outras leituras além do habitual do curso e fazer isso através do "Círculo de leitores" e com a mediação da Biblioteca do Instituto de Estudos do Trópico Úmido – IETU (campus Xinguara-PA). A intenção do projeto é reunir leitores – internos do IETU – para leitura de livros com temas específicos e posterior troca de experiências e debates acerca do tema/livro selecionado. O Círculo de Leitores busca também fornecer um ambiente propício para a discussão de temáticas de gêneros literários contemporâneos (Romance, Conto, Poesia) e de autores nacionais e internacionais, incentivo à leitura e a produção textual focada em resenhas literárias simples dos livros a serem lidos.

Palavras-chave: Leitura; Círculo de leitores; Mediação de leituras.

CLUBE DE LEITURA LITERÁRIA NA BIBLIOTECA: AÇÃO TRANSFORMADORA E DE INCLUSÃO SOCIAL PELO ATO DE MEDIAR

Kathianne Carneiro Borges Carvalho
Mestre em Letras (UFT). Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
kathiannecarvalho16@gmail.com

Rosy Mikaely Gomes Alencar
Graduada em Letras (Unitins) e Pedagogia (Estácio). Professora da Educação Básica
rosymikaely2810@gmail.com

Resumo: Este artigo discute sobre a formação do aluno leitor literário por meio de práticas inovadoras da mediação da leitura literária pela biblioteca escolar aos quinze alunos matriculados na sala de recurso, considerando o direito ao acesso a literatura (CANDIDO, 2014) e a democratização desse acesso para a

transformação do sujeito leitor (CASTRILLÓN, 2011). Desse modo, procuramos expor sobre alternativas possíveis para o desenvolvimento do letramento literário dos alunos com necessidades especiais, dentre eles possuem: baixa visão; deficiência visual; síndrome de Asperger; reumatismo; dislexia mista; transtorno de déficit de atenção; hiperatividade; transtorno de ansiedade; deficiência intelectual; epilepsia; esquizofrenia; deficiência auditiva, surdez e psicose leve, uma vez que é papel da biblioteca escolar mediar ações de leitura literária para todos. A capacidade de fruição e construção de novos saberes por meio da leitura de textos literários facilita a disseminação de informação e prepara o leitor para uma nova postura autônoma diante de diferentes situações sociais. Para isso, baseamo-nos em alguns estudos que discutem sobre o ensino de literatura, a formação do leitor literário e as práticas de mediação da leitura literária no espaço da biblioteca escolar, assim, destacamos alguns autores como: (COSSON, 2020); (COMPAGNON, 2009) ;(SANTOS, NETO, RÖSING, 2009); (PRADO, 2019); (COLOMER, 2007); (ROUXEL; LANGLADE; REZENDE 2013). Por fim, apresentamos uma prática diferenciada de inclusão social desenvolvida com os alunos da sala de recurso mediada pela biblioteca escolar na garantia do direito de ler e escrever principalmente as minorias e grupos marginalizados.

Palavras-chave: Formação do leitor literário; Mediação de leitura literária pela biblioteca escolar; sala de recurso.

FUTURO E TRADIÇÃO: O SENTIDO DAS FIGURAS DA TRADIÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS EM TEXTOS POÉTICOS DE JOVENS AUTORES NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Érika Rodrigues Jerônimo
Graduanda em Letras, Campus Araguatins da Unitins
erika1jer@gmail.com

Francivaldo Souza da Silva
Graduando em Letras, Campus Araguatins da Unitins
francivaldosouza@unitins.br

Luama Socio
Professora da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins)
luama.s@unitins.br

Resumo: Considerando o contexto da era globalizada, capitaneada pela cibercultura, observamos que os discursos e as poéticas dos povos originários proliferam na internet, veiculando temas que, do ponto de vista indígena, são tradicionais, mas que, na contemporaneidade, se combinam com necessidades atuais em nível planetário. Dentre esses temas destaca-se a visão do ser humano em integração harmônica com a natureza, algo que se apresenta como um importante contraponto às práticas que tem levado à degradação generalizada dos recursos naturais. Busca-se apresentar um panorama da presença indígena nas plataformas digitais apontando para a presença do elemento temático recorrente da valorização da natureza, exemplificado mais detalhadamente através da análise de obras de Djuena Tikuna e Roni Wasiry Guará. A pesquisa é exploratória e bibliográfica, através da internet, conduzindo ao levantamento da presença indígena em canais cibernéticos, bem como de leitura e análise de obras dos autores Djuena Tikuna e Roni Wasiry. A análise é embasada pelos pensamentos teóricos de Ailton Krenak, quanto ao pensamento indígena; Marshall McLuhan; Pierre Lévy sobre comunicação e cibercultura e Antonio Cândido com relação à estrutura do texto poético. Das 305 etnias, 900 mil povos e 274 línguas indígenas, 57 são escritores na categoria individual que produzem e distribuem suas obras principalmente através de canais digitais. A poética indígena, no entanto, vai além das formas literárias convencionais. Há uma profusão de perfis de artistas indígenas de várias áreas em todas as redes sociais. Um exemplo é a compositora e cantora Djuena Tikuna que, na canção "A floresta cura", mostra a ligação entre o tempo presente, os ancestrais e o tempo futuro a partir da temática do valor da natureza em conexão com a ideia de "aldeia global", expressão cunhada por Marshall McLuhan e ressignificada a partir do ponto de vista indígena integrado à cibercultura. Sua obra pode ser acessada pelo YouTube. De modo análogo, o escritor Roni Wasiry Guará, no livro "Olho D´água, o caminho dos sonhos", mostra como a devastação da natureza ameaça a

sobrevivência da humanidade. A pesquisa conduz à constatação de que a presença indígena na internet promove a quebra do estereótipo do indígena como representante de uma cultura "atrasada", em comparação com a cultura europeizante. Observa-se que os sujeitos indígenas disseminam mensagens e estéticas que se alinham às necessidades mais atualizadas da contemporaneidade, confrontando a lógica do pensamento colonizador eurocêntrico.

Palavras-chave: Literatura brasileira; Poéticas indígenas; Povos originários na internet.

POÉTICA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ

Suellen dos Santos Rodrigues
Estudante do Curso de Letras, Câmpus Araguatins da Unitins
suurodrigues99@gmail.com

Luama Socio
Professor/Pesquisador, Câmpus Araguatins da Unitins
luama.s@unitins.br

Resumo: A literatura oral é manifestação da cultura popular e, no Brasil, os cânticos de trabalhos se encaixam na literatura oral, dentre os quais se destacam os cantos das quebradeiras de coco babaçu. Ao analisar o vocabulário, os temas, as rimas e o ritmo desses cantos, construímos um entendimento do dia-a-dia da vida das quebradeiras, responsáveis pela conservação de vários traços da tradição da literatura oral brasileira mas que, não obstante, formam um grupo social marginalizado na atualidade. Objetivos: Analisar o canto das quebradeiras de coco de modo geral, à medida que conformam um gênero delimitado no âmbito da literatura brasileira e, mais especificamente, o canto de quebradeiras de coco do município de Palestina do Pará. Material e Métodos/Metodologia: Nossa pesquisa se orienta pelo viés qualitativo, incluindo pesquisa bibliográfica e também pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica se dá através da leitura, fichamento e reflexões sobre obras teóricas relacionadas ao nosso tema. Destacamos aqui nossas pesquisas em obras de Câmara Cascudo, com relação à literatura oral no Brasil, Antônio Cândido, com relação ao conceito de literatura, métodos de análise e sua relação com as questões sociais e José Miguel Wisnik a respeito de elementos melódicos e rítmicos. A pesquisa de campo consiste em escuta e registro de cantos e histórias contadas por quebradeiras de coco de Palestina do Pará. Desenvolvimento: A coleta de cantos e histórias se baseia em relatos de anciãs quebradeiras de coco que, por meio das suas trajetórias, deixam marcas culturais importantes na literatura da região de Palestina do Pará, com seus mitos, lendas, poemas e ritmos (canções ou cantos). Destacamos, em nossa análise, o traço identitário desses cantos à medida que combinam as poéticas e ritmos de raízes indígenas e africanas, com a expressão das letras em língua portuguesa (herança europeia). Considerações finais: A condição de vida das quebradeiras de coco babaçu, com sua rotina sofrida e pesada, além de constituir a base do sustento material das famílias dessas mulheres, se expressa através de arte e cultura. Os cantos se entrelaçam ao cotidiano de trabalho ao mesmo tempo que marcam o legado cultural dessas mulheres à literatura brasileira.

Palavras-chave: Cantos de quebradeiras de coco; Quebradeiras de coco Palestina do Pará; Literatura oral.

Coordenadoras: Franciana Di Fátima Cardoso Costa e Gleys Ially Ramos dos Santos
Data: 12 de novembro de 2021, 14h00 às 16h00, via Google Meet.

RESUMOS

ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DAS TEORIAS JURÍDICAS FEMINISTAS NO SISTEMA DE JUSTIÇA DE PALMAS E PORTO NACIONAL (TO)

Isadora Vieira Guimarães
Acadêmica do Curso de Direito. OUTRAS-UFT
isadora.vieira@mail.uft.edu.br

Gleys Ially Ramos dos Santos
Doutora em Geografia. Curso de Relações Internacionais (UFT). OUTRAS-UFT
gleys.ramos@uft.edu.br

Resumo: Visando apresentar, permitir e construir uma relação mais próxima entre acadêmicos (as), as teorias e práticas jurídicas junto as realidades sociais, proporcionando uma relação a ponto de compreender na teoria e prática muitas questões atinentes à direito e gênero, justiça e mulheres, além da interdisciplinaridade aplicada a pesquisa acadêmica, apresentamos essa proposta. Visa também permitir que levem à sociedade tocantinense sua contribuição como acadêmicos de uma instituição pública, possibilitando por sua vez, a construção de um produto coeso para utilização de instituições e órgãos públicos, especialmente aqueles que atendem às mulheres em situação de vulnerabilidade social e as violências; O projeto permitirá que a IES possa interagir com as entidades governamentais e não governamentais da rede de enfrentamento à violência doméstica na microrregião compreendida para aplicação deste.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; Mulheres Negras; Direitos Humanos; Interseccionalidade.

EFEITOS PSICOLÓGICOS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE PARTURIENTES E PUÉRPERAS NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19 NO TOCANTINS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Jady Aline Albuquerque de Araújo
Graduanda em Psicologia, Curso de Psicologia (UFT), Campus de Miracema
jady.aline@uft.edu.br

Carolina Pedreira
Doutora em Antropologia, Curso de Psicologia (UFT), Campus de Miracema
carolinapedreira@uft.edu.br

Resumo: Essa comunicação tem como intuito apresentar reflexões iniciais acerca dos efeitos psicológicos de violações de direitos de parturientes e puérperas no contexto de pandemia da Covid-19 no Estado do Tocantins. Desde 23 de março de 2020, o Estado do Tocantins adaptou os protocolos de biossegurança propostos pelo Ministério da Saúde (ASCOM/DPE-TO, 2020) vetando a entrada de acompanhante nas maternidades com intuito de conter a circulação do vírus SARS-CoV-2 nesses ambientes (ASCOM/DPE-TO, 2020). A literatura aponta que a garantia dos direitos, tais como o acompanhante no parto e puerpério, podem resultar em maior calma,

conforto, segurança e bem-estar das mulheres preconizados pelo momento, além de ser um fator de proteção contra violências obstétricas (MALDONADO 1995; MOZARDO, 2021; PAIXÃO et al., 2021; SARMENTO E SETÚBAL, 2012). A OMS (2014, p. 1) reconhece a violência obstétrica como qualquer violência física, psicológica, moral, procedimentos médicos sem consentimento, coercitivos, sem confidencialidade, recusa de analgesia, cuidados negligentes no parto e puerpério, complicações evitáveis ou que ameacem a vida e detenção de mulheres e seus recém-nascidos nas instituições, após o parto, por incapacidade de pagamento. No cenário brasileiro, há de se considerar, ainda, a discussão interseccional da violência obstétrica, uma vez que o racismo estrutural assujeita mulheres negras à violência obstétrica de forma sistemática (LEAL at al, 2017). De acordo com a Organização Panamericana de Saúde (2020), as disparidades raciais, étnicas, sociais e de gênero foram potencializadas durante a pandemia de Covid-19. Posto isto, importa refletir: por que um estado em que 72,1% da população se autodeclara negra, e que 66,6% das pessoas atendidas pela maternidade referência do estado se autodeclaram negras (TOCANTINS, 2015) é um dos poucos estados que ainda resiste à garantia dos direitos perinatais em maternidades públicas frente à pandemia da Covid-19? A qualidade da vivência perinatal depende tanto da saúde física quanto da integração de ações que promovam o bem-estar das mulheres a nível biopsicossocial, os quais são garantidos por lei. Entretanto, a pandemia deflagrou diversas violações desses direitos por todo país, calcado no argumento de que gestantes e puérperas configuram-se como grupo de risco para desenvolvimento da forma grave da Covid-19. Quando pensamos o cenário de violação de direitos, os dados supracitados nos contam da assimetria de classe e raça na garantia de direitos humanos fundamentais às mulheres negras e de baixa renda no estado, cujas consequências podem reverberar na manutenção de políticas de controle destes corpos, em ações de violências psicológicas e físicas e em experiências perinatais que podem comprometer sua experiência parental, e, consequentemente, a saúde de seus filhos.

Palavras-chave: Perinatalidade; Covid-19; Direitos Humanos; Interseccionalidade; Psicologia.

"MEU SONHO É SER GENTE": RACISMO INSTITUCIONAL, EFEITO MATHEUS DO DIREITO E (IN)JUSTIÇA PENAL

Isabella Faustino Alves
Doutoranda em Sociologia/Universidade de Coimbra
isabellafaustinoalves@gmail.com

Denize Souza Leite
Graduada em Direito/ Universidade Federal do Tocantins.
denizedef@gmail.com

Resumo: A presente proposta dedica-se a uma reflexão acerca do racismo institucional e de sua manifestação na justiça penal, com ênfase para a filtragem racial levada a efeito a partir de abordagens fundamentadas, explícita ou implicitamente, nos conceitos de "fundada suspeita" ou de "atitude suspeita". Articulando-se um cotejo entre as noções de privilégio e repressão o estudo compreende ainda uma análise acerca do chamado "Efeito Matheus" do Direito, aplicada a estes contextos. Visa-se a trazer à discussão importantes pontos fixados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos nas sentenças proferidas nos Casos Acosta Martínez e outros vs. Argentina e Fernandez Prieto e Tumbiero vs. Argentina, interpretação que se aplica, em ambos os casos, ao Estado brasileiro. Não se olvida, ainda, em razão da relação para com as temáticas abordadas, do recentíssimo julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido da imprescritibilidade do crime de injúria racial (Habeas Corpus 1542.48). Nessa seara, e ante o enfoque do evento ao qual se submete este resumo, recorda-se a relevância da doutrina de Adilson Moreira, chamando-se a atenção para o papel da academia relativamente à afirmação e mobilização do direito antidiscriminatório como área de especial importância para a sociedade brasileira, numa perspectiva inter e transdisciplinar.

Palavras-chave: Racismo institucional; Efeito Matheus do Direito; Direito Antidiscriminatório.

RACISMO ESTRUTURAL: RACISMO INSTITUCIONAL NO SISTEMA EDUCACIONAL SUPERIOR PRIVADO PALMAS – TO

Taynara de Sousa Paula
Faculdade Serra do Carmo, Palmas - Tocantins, Curso de Direito

Andressa Borges da Cruz
Faculdade Serra do Carmo, Palmas - Tocantins, Curso de Direito

Everton de Souza Alencar Oliveira
Faculdade Serra do Carmo, Palmas - Tocantins, Curso de Direito

Juliana Batista da Fonseca
Faculdade Serra do Carmo, Palmas - Tocantins, Curso de Direito

Mateus Ricardo Rocha Souza
Faculdade Serra do Carmo, Palmas - Tocantins, Curso de Direito

Resumo: O seguinte artigo tem como objetivo abordar o racismo estrutural e seus estigmas sociais, de modo a revelar as consequências históricas na base estrutural da nossa organização social, que tende a discriminar e dificultar a ingressão de negros em um sistema educacional de ensino superior em instituições privadas, além de investigar o processo de manutenção do racismo institucional no Brasil, como verificar a criação de leis, medidas e projetos que contribuam para desenvolvimento comportamental da causa. O artigo científico citado tem como o objeto específico trazer ponderações pautadas nas diretrizes legais e dados de institutos de pesquisa locais concernentes ao tema acerca da desigualdade racial promovida pelos entes institucionais, e as dificuldades enfrentadas pela população negra na sua inserção no âmbito do Ensino Superior. Possui uma metodologia de pesquisa exploratória e dissertativa abordando através de questionário sobre o quantitativo de pessoas negras cursando instituições privadas, as estatísticas, e as consequências promovidas pela problemática, como: a exclusão das minorias em relação ao ensino superior privado e a desigualdade social. Mediante o silêncio das instituições observamos o descaso com o tema e o quanto a desigualdade social dos povos negros está presente em nossa sociedade. De modo a demonstrar a falta de efetividades das políticas públicas na diminuição desta desigualdade racial e o interesse na criação e efetivação de políticas afirmativas e integrativas para a manutenção do negro nas instituições até o momento de conclusão do curso, para que assim consigam ascender socialmente com oportunidades equiparadas.

Palavras-chave: Desigualdade; Educação Superior; Ensino Privado; Racismo Institucional.

OFICINAS

OFICINAS

OFICINA 1. Oficina de Escrita Criativa: escrevendo em sala de aula

Conduzida por: Roseli Bodnar
Pontos trabalhados: Processos de escrita literária; Leitura de textos narrativos curtos (minicontos ou nanocontos) e exercício de reescrita; Exercício de recepção crítica de alguns textos literários, refletindo sobre as escolhas estéticas do escritor; Leitura coletiva das produções literárias dos participantes da oficina e possibilidade de reescrita, a partir das sugestões e reflexões críticas/estéticas.
Carga-horária: 4 horas.
Data: Dias 10 e 11 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 2. Comunicação não-violenta e escutatória

Conduzida por: Liliane de Moura Borges
Pontos trabalhados: Aprendendo a observar; Conhecendo os sentimentos e reconhecendo os valores e necessidades; Como lidar com as curvas da emoção (sua e do seu interlocutor); Como desenvolver estratégias e pedidos não violentos.
Data: Dias 10 e 11 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Carga-horária: 2 horas.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 3. Direitos Sociais das crianças e adolescentes

Conduzida por: Henna Gilsa Pereira Barros e Ana Paula de Souza Baganha.
Pontos trabalhados: Legislações que garantem os direitos sociais das crianças e adolescentes.
Carga-horária: 2 horas.
Data: 10 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 4. Intercâmbio Voluntário: O que é e como participar?

Conduzida por: Clarissa de Sousa O. McCoy, Maria Tereza C. Miranda e Iaraí Vizzoli.
Pontos trabalhados: Organização AIESEC, missão, visão, valores, histórico e números; A importância de uma experiência internacional de intercâmbio; Programa de intercâmbio Voluntário Global, contendo pré-requisitos, duração, benefícios e ainda apresentar os ODS da Agenda 2030 da ONU difundidos nesse programa. Apresentação de um projeto; Programa de intercâmbio profissional Professor Global, com pré-requisitos, duração, benefícios, apresentação de um projeto. Dúvidas e esclarecimentos. Pré-seleção de interessados para os programas de intercâmbio; Programa Programa Global Talent; "Hands on" - tutorial sobre cadastramento na plataforma da AIESEC, como procurar por vagas de intercâmbio, como participar de entrevistas após a candidatura.
Carga-horária: 2 horas.
Data: Dia 10 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 5. Propagação Vegetativa: Enxertia e Alporquia

Conduzida por: Maria Angélica Oliveira Marinho e Ingrid Sara Silva Vieira
Pontos trabalhados: A importância das técnicas de enxertia e alporquia; Como multiplicar plantas com a garantia da manutenção das suas características agronômicas através da propagação vegetativa.
Carga horária: 2 horas.
Data: Dia 11 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 6. Entendendo a Mobilidade Internacional: chamadas, documentos e requisitos

Conduzida por: Leila Dias Pereira do Amaral, Clarissa de S. Oliveira McCoy e Janaína Senem.
Pontos trabalhados: O que é internacionalização universitária? Editais de mobilidade e requisitos específicos; Preenchimento de propostas e documentos necessários. Tira dúvidas.
Carga horária: 2 horas.
Data: Dia 12 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 7. Estratégias de ensino da Língua Inglesa para Aulas Síncronas e Assíncronas: um envolvimento do aluno nas quatro habilidades do inglês

Conduzida por: Lígia Felix Parrião Matos
Pontos trabalhados: *Warm Up* (Aquecimento inicial da aula e recepção); Cultura e linguagem; Estratégias de ensino e aprendizagem da língua inglesa; Flexibilidade: Ponto de estratégia de frequência do aluno.
Carga horária: 2 horas.
Data: Dia 12 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

OFICINA 8. Leitura Literária: poesia, fruição e construção de saberes

Conduzida por: Kathiane Carneiro Borges Carvalho.
Pontos trabalhados: Leitura literária e a formação do sujeito leitor; Poesia: acesso aos bens culturais e à obra de arte Literária.
Carga horária: 2 horas.
Data: Dia 12 de novembro, das 16h30min às 18h30min.
Plataforma: Google Meet.

APRESENTAÇÕES CULTURAIS

APRESENTAÇÕES CULTURAIS

O Festival Cultura Pra Cima! foi uma ação do Projeto Sarau Cultural, institucionalizado na Coordenadoria de Programas e Projetos Culturais da Proex/Unitins, e envolveu as áreas de música, dança, literatura, dramaturgia e humor. Foram selecionados diferentes conteúdos artístico-culturais para exibição no V Colóquio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unitins, via canal Youtube.

Puderam participar da ação as pessoas físicas da comunidade acadêmica da Unitins e da comunidade externa, residentes no estado do Tocantins, a partir de 18 anos de idade. Os vídeos selecionados podem ser conferidos nas transmissões das mesas.

MÚSICA INSTRUMENTAL | Interpretação do choro "Carinhoso"
Cleber Ferreira Guimarães
Hugo Paceli Sousa Albuquerque
Iogo da Silva Landinho

MÚSICA CANTADA | Vai Ver
Glauko Carvalho

DANÇA | "Uma nova concepção é formulada quando somos refeitos"
Antonia Beatriz Carneiro Silva

TEXTO LITERÁRIO | "A briga na procissão"
Valquíria Lima Maranhão

ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

ANAIS ELETRÔNICOS DO V COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS

Proex/Unitins | Profa. Dra. Kyldes Batista Vicente
Graduada em Letras (UFG), Mestre em Letras e Linguística (UFG), Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e Pós-doutora em Letras (UFG). Atualmente é professora na Unitins e no Centro Universitário ITOP.

Proex/Unitins | Prof. Me. Eduardo José Silva Lima
Licenciado em História (UFRPE), Mestre em História Social da Cultura Regional (UFRPE) e com doutorado em curso no Programa de Pós-graduação em História (UFG) na linha de pesquisa História, Memória e Imaginários Sociais. Desde 2016 é professor efetivo da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS atuando nos cursos de Direito, Serviço Social e Pedagogia. Realiza pesquisas na área de História do Brasil República com temas ligados a cidade, movimentos sociais, trabalhadores, cultura e memória.

Proex/Unitins | Profa. Me. Maria Tereza Ribas Sabará
Cientista Social (UFV) e mestre em Desenvolvimento Regional (UFT). É líder do Grupo de Pesquisa em Democracia, Instituições e Participação (Cnpq/Unitins) e Coordenadora do grupo temático Participação, Democracia e Políticas Públicas do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH/Unitins).

Proex/Unitins | Profa. Me. Rafaela Costa Vidal
Historiadora e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). É coordenadora do Projeto de Extensão "Educação Crítica e o Saber Histórico" vinculado ao NEDIH/Unitins e está lotada na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos comunitários. Realiza pesquisa no âmbito do projeto Memória Institucional, pertencente ao programa Cultura, Arte e Memória.

V COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Kyldes Batista Vicente
Prof. Me. Eduardo José Silva Lima
Profa. Me. Maria Tereza Ribas Sabará
Profa. Me. Rafaela Costa Vidal

Coordenação Geral

Albetânia Pessoa Sousa
Adriana de Sousa Reis
Ana Márcia Pereira Gurski
Avelino Pereira Neto
Dayane Nunes Rodrigues
Iarilene Saraiva da Silva
Láisa Giseli Neiva Leite Santos
Márcia Rezende Silva
Maria de Fatima Rocha Medina
Marinalva do Rego Barros Silva
Miraci Pereira da S. Maracaipe
Míriam Dorneles S. Monteiro
Mylena Costa Jacundá
Soely Kunz Cericatto
Suely Brandão
Talicia dos Santos Braga
Vida Kamila P. da Conceição

V COLÓQUIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Universidade em movimento:
novas ideias e experiências

UNITINS | PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO